

# **A HABITAÇÃO POPULAR OITOCENTISTA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

## **O CASO PORTUENSE - ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A SUA REQUALIFICAÇÃO**

PEDRO MANUEL DE OLIVEIRA SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

À FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM 2016

ÁREA CIENTÍFICA: ARQUITETURA

Orientação científica:

**Professor Doutor Eliseu Gonçalves**

*Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto*



À Patrícia, parte inseparável, pelo apoio e suporte.

... aos meus pais, família e amigos.





## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero expressar a minha gratidão ao orientador deste trabalho, o Professor Eliseu Gonçalves, que, desde o primeiro momento demonstrou disponibilidade e interesse. Foi um privilégio a oportunidade de estar novamente sob sua orientação.

Agradeço ainda ao arquiteto José Patricio, pela contribuição na formação de um pensamento e opinião sobre o tema e, sobretudo, pela providencial colocação de possíveis hipóteses a desenvolver.

Por fim, a minha profunda estima para colegas da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, amigos de percurso, pelas aventuras e amizade.



## **RESUMO**

Na presente dissertação são sugeridas estratégias de intervenção para a requalificação de dois casos de habitação popular oitocentista, na cidade do Porto, para as quais se definem valores – histórico, enquanto símbolo da relação estabelecida entre a residência e o desenvolvimento industrial no tecido urbano; cultural, na responsabilidade por parte da conservação de uma identidade portuense e das suas tradições; social, na sua condição habitacional, compacta, económica e comunitária.

Reunindo bibliografia e cartografia de referência, o trabalho verifica condicionantes e considerações inerentes à situação, precária, associada a estas tipologias. Neste quadro, face às incapacidades financeiras e jurídicas dos moradores, foram identificadas problemáticas que colocam em causa, a existência destes espaços na cidade, pelo seu estado deteriorado e pela aquisição agressiva de habitação para alojamento local.

Assim, enuncia-se um espaço doméstico tradicional num discurso urbano contemporâneo, para o qual se procura proporcionar visões e estratégias da sua reintegração.

PALAVRAS CHAVE:

*Arquitetura; habitação popular; habitação operária; espaço doméstico tradicional;  
habitação económica; cidade contemporânea; Porto*

## **ABSTRACT**

In the present thesis are suggested intervention strategies for the rehabilitation of two cases of popular housing, from the nineteenth century, in the city of Oporto, through the definition of its value - historical, as a symbol of the relationship between home and industrial development in the urban grid; cultural, for being responsible for part of the conservation of Oporto identity, its values and traditions; social, as a compact, economic and community housing.

Gathering bibliography and cartography reference, this document checks the conditions and considerations inherent to the situation, precarious, within these typologies. In this context, given the financial and legal disabilities of the residents, issues were identified, calling into question the existence of these spaces in the city, not only for his deteriorated state, but as well the aggressive acquisition of property's for local housing.

Thus, in this document, a traditional domestic space is integrated in a contemporary urban discourse, in which it tries to illustrate visions and strategies of bounding possibilities.

A HABITAÇÃO POPULAR OITOCENTISTA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA  
O CASO PORTUENSE – ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PARA A SUA REQUALIFICAÇÃO

KEYWORDS:

*Architecture; popular housing; workers housing; traditional domestic space;  
affordable housing; contemporary city; Oporto*







## SUMÁRIO GERAL

1.	<b>APRESENTAÇÃO</b>	17-27
2.	<b>A HABITAÇÃO POPULAR OITOCENTISTA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA</b>	
2.1.	A degradação, desagregação e destruição dos bairros e “ilhas” portuenses;	28-34
2.2.	Condicionantes e considerações para intervir na habitação popular oitocentista;	35-39
3.	<b>HABITAÇÃO ECONÓMICA, COMPACTA E SUSTENTÁVEL. CASOS INTERNACIONAIS</b>	
3.1.	Procurar a identidade individual no contexto coletivo. O caso da <i>Sustainable Housing Prototype</i> ;	40-48
3.2.	A valorização habitacional através da apropriação do espaço. O caso da <i>Quinta Monroy</i> ;	49-55
3.3.	Intervir na pré-existência densa e compacta. O caso da <i>Casa Vila Matilde</i> ;	56-59
4.	<b>O CASO PORTUENSE, ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIRROS</b>	
4.1.	Delimitação das operações: Processo e Método;	60-65
4.2.	Estratégia de requalificação para o Bairro Praça da Alegria;	66-90
4.3.	Estratégia de requalificação para o Bairro da Polícia;	91-127
5.	<b>NOTAS CONCLUSIVAS</b>	128-131
A.	<b>IISTA DE IMAGENS E BIBLIOGRAFIA</b>	132-142
B.	<b>DESENHOS EM ANEXO</b>	143-146



1. APRESENTAÇÃO

## 1. APRESENTAÇÃO



## I. INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, o Património portuense é vítima do seu próprio reconhecimento, encontrando-se em “ (...) perigo de transmutarmos a cidade histórica num produto para o consumismo, no lazer de quem a visita, desligado das questões de quem a habita.”<sup>1</sup>

Exemplo deste produto e do seu impacto é o aumento na procura de casas portuenses de carácter popular que, apesar de a maioria não ser protegida por leis do património, é de reconhecimento geral, o seu valor histórico, social e, nalguns casos, arquitetónico.

No entanto, sob o pretexto do seu estado precário, as iniciativas focam-se na procura de investimento privado onde, sob a promessa da facilidade e da rápida rentabilidade, dirigem as intervenções para os alugueres turísticos ou temporários, instalando-se processos de restauro e reabilitação, rápidos e pouco dispendiosos, em desacordo com a caracterização das tipologias originais.

Por outro lado, o crescimento dos sectores turísticos e de investimentos privados conduzem a algumas consequências negativas para os habitantes, especialmente para os que não podem acompanhar a mudança a eles intrínseco – o aumento do valor da propriedade e das rendas, a pressão do investimento privado sob a expropriação e a alteração dos usos da cidade.

A maioria dos moradores de menores posses são empurrados para zonas mais periféricas, intensificando uma segregação social antiga na cidade. Em paralelo a esta situação continua a existir um Porto envelhecido e em decréscimo populacional, sendo necessário facilitar habitação que agrade tanto aos proprietários como aos investidores e aos moradores.

---

<sup>1</sup> Campos, J. (2002). *Concretizar o Intangível*. In Campos, J. (Ed.). *A Dimensão Intangível na Cidade Histórica*. Porto, Município do Porto, p.13.

Mesmo reconhecendo a crucial importância que o setor tem no crescimento económico da cidade, bem como no incentivo à continuação da reabilitação urbana, é necessário reconhecer que o Património portuense, considerado Mundial e da Humanidade, pertence, em primeiro lugar, a quem o habita.

## II. OBJETO

O fenómeno da industrialização na cidade do Porto, do ponto de vista urbanístico, difere dos processos clássicos de outras cidades europeias. Singularmente, a expansibilidade ocorre não só como uma incrementação horizontal, mas também como uma implosão para os espaçosos logradouros, no interior dos quarteirões. Este processo é consequente não só da pouca capacidade de investimento dos industriais, mas também à condição ímpar da topografia e morfologia do loteamento urbano<sup>2</sup>.

Perante as defetivas capacidades da cidade em reagir ao veloz crescimento da oferta e procura de emprego e, consequentemente, à intensificação populacional, a forma espontânea e improvisada das unidades fabris reflete-se também no alojamento dos trabalhadores.

Por um lado surgem as “ilhas”, caracterizadas por estruturas improvisadas e embutidas nos vazios existentes na malha urbana onde o baixo capital para investimento e a necessidade de maximizar o rendimento das propriedades, manifestava-se em construções de fraca qualidade e de pequenas dimensões, na sua pluralidade insalubres e propícias a doenças. Por outro, constroem-se os bairros operários enquanto alternativa de habitação económica salubre, destinados às classes trabalhadoras, constituídos por condições habitacionais melhoradas e relações com a cidade distintas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Informação extraída do texto de Cordeiro, J. (2002). *A Dimensão Escondida do Património Histórico Portuense*. In: Campos, J. (Ed.). *A Dimensão Intangível na Cidade Histórica*. Porto, Município do Porto, pp. 69 – 76.

<sup>3</sup> Teixeira, M., C., (1996). *Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*. Lisboa, FCG/JNICT.

Importa esclarecer que, neste trabalho, o universo de habitações popular oitocentistas, abrange toda a construção económica operária, construída desde 1800 até meados de 1900, entendendo-se que as características destas tipologias transitaram para a construção deste tipo de habitação ainda durante o século XX.

### **III. OBJETIVO**

Determinar o valor neste modo de habitação é imprescindível, o mesmo que está, por um lado, associado à memória de um episódio histórico importante no desenvolvimento urbano - o processo de industrialização e a estreita relação entre fábrica e residência. Mas acima de simbolismos está a potencialidade de realizar uma intervenção económica capaz de facilitar uma habitação de qualidade mas de rendas acessíveis à população de menores recursos.

O objetivo de trabalho foca-se no processo estratégico, inerente ao intervir nas tipologias da habitação popular oitocentista, pretendendo contribuir para uma reabilitação urbana, de forma homogénea e a pensar na preservação de dimensões intangíveis do património da cidade do Porto.

Em suma, a presente dissertação tem como objetivo procurar responder às seguintes questões:

- **De que maneira os atributos arquitetónicos, culturais e sociais, intrínseco ao modo de habitar a cidade oitocentista, se pode adaptar à cidade contemporânea?**
- **Assumindo que necessitam de diferentes respostas, que estratégias de intervenção devem ser consideradas para tipologias de “ilha” e tipologias de bairro operário?**

### **IV. MOTIVAÇÃO**

O interesse em trabalhar este tema surgiu durante um estágio que realizei, em 2013, na SRU-Porto Vivo, no qual tive a oportunidade de visitar algumas “ilhas” e

bairros populares e experienciar os problemas que estes espaços enfrentam. Durante este contacto conclui que estes espaços diferem muito entre si, e uma intervenção nunca poderá ser replicada sem antes compreender as diferentes realidades, físicas e sociais, intrínsecas ao contexto.

Durante estas visitas percorri “ilhas” velhas e húmidas, outras já renovadas ao gosto de cada um, umas alegres e simpáticas, outras amargas e hostis para com os estranhos à sua comunidade. Algumas estão debruçadas para a rua, mas muitas outras estão completamente escondidas do olhar da cidade. São espaços conhecidos somente pelos residentes através de ruelas afuniladas ou por passagens quase secretas. Muitas vezes, embora ainda em espaço público, este já é apropriado pelo morador como seu.

O primeiro passo numa “ilha” é intimidador, a sensação é idêntica ao entrar em casa de alguém pela primeira vez, não sabendo por onde caminhar, o que poder pisar, no que tocar, onde se estar e para onde se olhar.

Esta sensação de, ainda em espaço público, sentir que penetramos o íntimo do privado é uma característica da identidade portuense presente em todas as ruas e vielas. Podemos dizer que é uma cidade dos habitantes, construída e usufruída por eles, apropriando-se dela sem pudor.

## **V. METODOLOGIA**

Para responder aos objetivos, anteriormente mencionados, pretendeu-se, inicialmente, incidir os esforços em concretizar um trabalho de componente, maioritariamente prática, através do desenho de soluções construtivas para a habitação popular oitocentista.

Para tal, iniciou-se uma recolha de projetos internacionais, excecionais e inovadores relativamente à habitação social, seguida de um processo de delimitação para identificar casos de estudo portuenses que reunissem, em si, características



representativas da amostra global das “ilhas” e bairros.

No entanto, ao avançar para a fase da delimitação dos casos a estudar, realizada através da análise de bibliografia e cartografia de referência<sup>4</sup>, conduziu a uma maturação do tema e à consciencialização da existência de várias condicionantes e diferenças a ter em conta no desenvolvimento de intervenções neste modo de habitar, surgindo o interesse na criação de um processo de seleção mais completo e coerente.

Sob esta perspetiva, considerou-se uma estruturação do território, inspirado na proposta do engenheiro Ezequiel de Campos, de estratificação funcional da cidade do Porto<sup>5</sup>, um sistema radial com centro na baixa portuense onde se concentra a maior parte das funções administrativas. Por conseguinte, o mapa desenhado (Fig.1 - 2), sob a mesma cartografia de referência, anteriormente mencionada, permitia estabelecer um processo que nos indicava quatro anéis equidistantes ao Centro Histórico:

- i. O primeiro, representado pela baixa da cidade, enquanto charneira, para além das funções administrativas, é caracterizado, hoje, pela zona classificada como Património Mundial e à enorme presença do sector turístico a ela associado;
- ii. O segundo anel corresponde, atualmente, a uma mistura entre função residencial e serviços gerais, ainda relacionados às funções encontradas no centro;
- iii. O terceiro, distinto do anterior, concentra, em si, atividades empresariais e comerciais, assistidos pelas principais vias rodoviárias da cidade;
- iv. Estas artérias, rasgadas através do quarto anel, alimentam ainda os fluxos produzidos pela zona industrial, serviços pontuais e polos de especialidade como é o caso do Polo Universitário e o Centro Hospitalar S. João.

---

<sup>4</sup> Cartografia reveladora das localizações dos núcleos habitacionais. Vásquez, B., I., e Conceição, P., (2015) *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*. 1ª Edição. Porto. Município do Porto. fig.1.1 p.158-159

<sup>5</sup> Estruturação da cidade do Porto, utilizando um método de circunferências equidistantes de um quilómetro, com charneira fixada no Largo do Terreiro da Ribeira, indicadora do processo de expansão radial da cidade. CAMPOS, Ezequiel de - *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932, p. 20.

Perante esta classificação, ponderou-se a seleção de casos tipo, distribuídos por diferentes pontos do tecido urbano com funções distintas, sendo relevante do ponto de vista urbanístico e arquitetónico, estudar a relação destas habitações com estes vários contextos que compõe a cidade do Porto. Assim, perante a estratificação desenhada, seleccionaram-se os seguintes quatro casos de estudo (Fig.3 - 6):

Fig. 1: Mapa de anéis equidistantes: cartografia de referência.

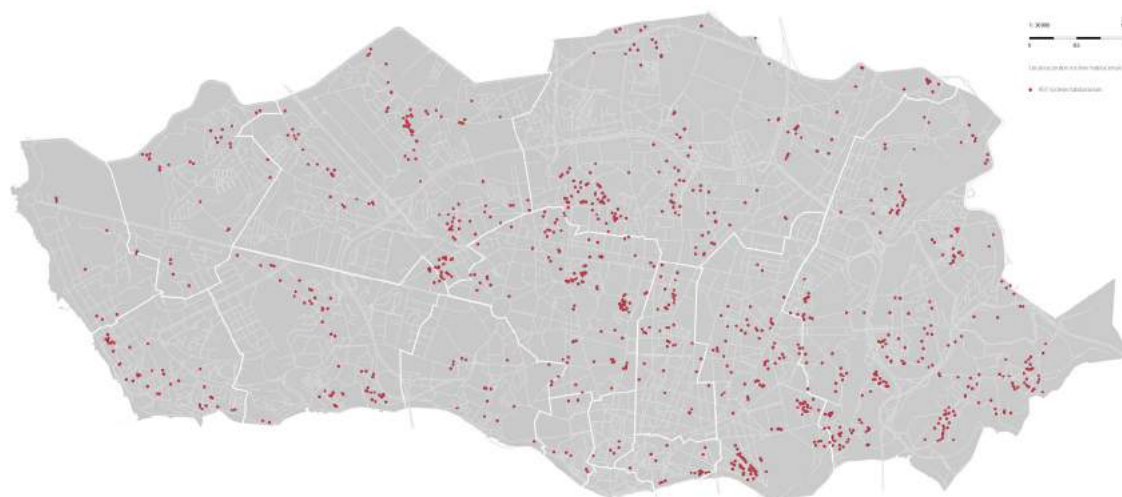


Fig. 2: Mapa de anéis equidistantes: localização das operações previamente seleccionadas.

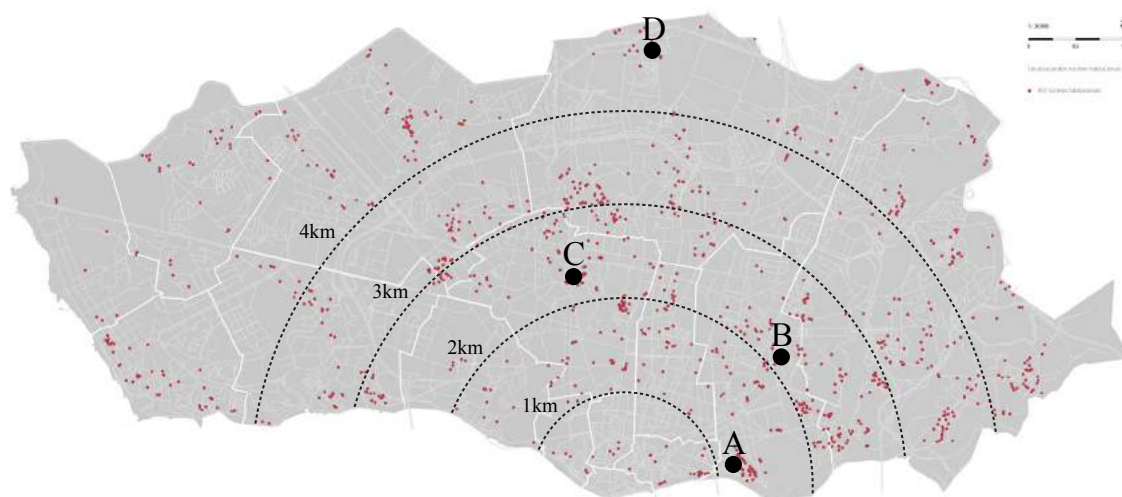


Fig. 3: Mapa da operação (A): tipo “ilha”.



Fig. 4: Mapa da operação (C): tipo “ilha”.



Fig. 5: Mapa da operação (B): tipo bairro.



Fig. 6: Mapa da operação (D): tipo bairro.



A **operação (A)**, o Bairro Praça da Alegria, localiza-se na Praça da Alegria, no quarteirão das ilhas de S.Victor, pertencente ao segundo anel da referida estruturação. A operação é um caso de estudo pertinente, pela grande concentração de “ilhas” e respetiva proximidade ao Centro Histórico, revelando-se uma zona de resposta urgente, dado o avanço da atual regeneração urbana.

A **operação (B)**, o Bairro da Polícia, localiza-se entre a Travessa das Eirinhas e a Travessa do Bonfim, pertencente ao terceiro anel. Trata-se de um antigo bairro de habitação para funcionários do estado, particularmente para polícias e respetivas famílias. O seu estado descaracterizado, aliado à sua localização perto de grandes equipamentos e futuros projetos de requalificação urbana, salienta a sua importância de reintegração. Para além disso, o conjunto é composto por duas tipologias distintas, sendo uma delas, idêntica à utilizada nas Colónias Operárias Manuel Laranjeira e Antero de Quental (ambas igualmente em risco de destruição), sendo por isso tida em conta como um caso tipo.

A **operação (C)**, a Ilha dos Burgões, localiza-se na Rua dos Burgões da freguesia de Cedofeita, pertencente ao terceiro anel. Na mesma rua existem várias “ilhas” de tipologia típica, semelhantes entre si e de poucas condições habitacionais, sendo que uma delas é onde se encontra a Associação de Moradores da Bouça, relevante na possibilidade de estabelecer uma relação participativa entre as diversas partes intervenientes no projeto.

A **operação (D)**, o Bairro dos Pobres, localiza-se na Rua da Ribeira Grande da freguesia de Paranhos, pertencente ao anel exterior. É um bairro operário de origem filantrópica, composto por cinco unidades, tipo pavilhão, que representa no seu todo trinta fogos habitacionais, dispostos em banda com jardim na face da casa. Cada fogo contém uma sala, uma cozinha, um quarto e uma retrete no seu exterior. No entanto, apesar da inicial ambição, a seleção de quatro casos de estudo demonstrou-se para o tempo disponível, um trabalho incomportável. Decidiu-se

introduzir novas variantes de delimitação e reduzir a seleção para dois casos de estudo.

Para os casos selecionados, foi traçada uma estratégia de intervenção, baseada em condicionantes e objetivos provenientes da análise de bibliografia e cartografia de referência, bem como de sínteses empíricas, oriundas das diferentes classificações urbanas e arquitetônicas.

## **VI. ESTRUTURA**

O trabalho aqui apresentado divide-se em cinco capítulos;

O primeiro é definido por uma breve apresentação do tema proposto, revelando, de forma sumariada, o objeto de estudo, os respectivos objetivos sugeridos, o processo metodológico e a presente estruturação.

No segundo capítulo, pretende-se desenvolver as problemáticas relacionadas com o intervir na habitação popular oitocentista, iniciando o discurso com incluindo um tópico sobre as condicionantes e considerações inerentes às intervenções nestes espaços residenciais.

O terceiro reserva-se à síntese de casos exemplares internacionais, relativos a habitação económica, compacta e sustentável, dos quais se retiram conclusões sobre como introduzir características funcionais, inovadoras, capazes de trazer novas dinâmicas e valores a estas habitações.

Por conseguinte, no quarto capítulo são expostas as análises urbanas e arquitetônicas dos casos selecionados, seguidas das estratégias delineadas e respectivas soluções tipológicas.

Por fim, o último capítulo, remata o trabalho com um comentário conclusivo sobre a pertinência e as respectivas dificuldades, do intervir nestas tipologias habitacionais, enunciando questões a ser consideradas em trabalhos posteriores.



## **2. A HABITAÇÃO POPULAR OITOCENTISTA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

## **2.1. A DEGRADAÇÃO, DESAGREGAÇÃO E DESTRUIÇÃO DOS BAIRROS E “ILHAS” PORTUENSES**

A habitação popular oitocentista, apesar de não constar na lista do património da cidade, pode ser enquadrada nos parâmetros de caracterização patrimonial, definidos pelos quadros europeus.

Para sustentar este argumento, saliente-se o primeiro princípio presente na Carta de Amesterdão<sup>6</sup>, onde podemos ler:

“O património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”.

Explicando, inclusive que;

“A proteção somente dos monumentos e edifícios históricos, pode conduzir a uma perda parcial do carácter local se a sua envolvente for transformada na ausência proteção”.

Deste modo, podemos concluir que estas estruturas de carácter popular e respetivos residentes, muito acima de qualquer pedra ou monumento, são parte da identidade do património da cidade. Como exemplo, citando uma passagem do inquérito acerca da dimensão intangível do centro histórico do Porto<sup>7</sup>, proferida por um dos inquiridos, quanto a fotografar um momento importante da baixa da cidade:

“O meu Pai disse-me para não os fotografar, que era só para ser coisas importantes e não pessoas. Mas eu disse-lhe: pois para mim uma das coisas mais importantes do Centro Histórico são as pessoas e desde logo a minha família. E fotografei”.

Invoca-se aqui o real sentimento de pertença, que os habitantes do Porto transportam para a definição e afirmação da sua identidade enquanto cidadãos.

---

<sup>6</sup> *Carta Europeia do Património Arquitetónico* - 1975

<sup>7</sup> Santos, M., P., (2002). *Um Lugar na Cidade – o Centro Histórico do Porto e a dimensão intangível do sujeito Patrimonial*. In: Campos, J. (Ed.). *A Dimensão Intangível na Cidade Histórica*. Porto, Município do Porto, pp. 41 – 53.



No entanto, apesar da habitação popular oitocentista do Porto ser um conjunto que se enquadre no valor patrimonial, a sua maioria é representado por estruturas de muito pouca qualidade construtiva, encontrando-se, hoje, em risco de degradação, desagregação e destruição, o que conduz a perdas irreversíveis de carácter sociocultural.

A crescente decadência tem como principal origem a desertificação que a cidade encara. O acentuado envelhecimento da população leva a uma pouca capacidade de manutenção dos espaços, dando lugar ao abandono completo, tendo como consequência a imagem arruinada presente na maioria das ruas do Porto. Similarmente, o superabundante número de casas e infraestruturas públicas devolutas, favorece um processo relativamente recente, com tendência a florescer, da aquisição de habitação para alojamento local.

Assistimos, portanto, à formação de dois perfis tipológicos no centro da cidade;

- a. Uma primeira proveniente da recente reabilitação, pensado para o setor turístico e para a população de classe sociais médias e altas;
- b. E um segundo constituído pelos residentes nativos que, por resistência ou por falta de capacidades de se mudarem, vivem em condições lastimáveis, temendo as pressões que o mercado imobiliário tem evidenciado na procura de novas formas de rendimento.

Semelhante ao contexto atual de Lisboa<sup>8</sup>, o crescimento turístico e a sua exploração tem claros impactos positivos para o crescimento económico, regional e nacional, funcionando como motor para a reabilitação do património arquitetónico e para a revitalização urbana. Estes efeitos contribuem, assim, para a criação de novos empregos que, consequentemente revela-se como uma força positiva para a cooperação no combate à crise económica portuguesa.

<sup>8</sup> “Urge estancar a sangria do centro histórico da cidade e regular a atividade turística para que sirva os interesses da cidade, de quem a habita e de quem a visita”, Vieira, B., A., et alii. (2016). *Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas*.

Contudo, é importante compreender as consequências negativas de quem vive nestas áreas urbanas, onde o crescimento turístico tem acarretado grandes transformações nas suas vidas, sobretudo no que toca à habitação. Por consequência, observa-se um aumento considerável do preço habitacional, provocado pela aquisição progressiva de imóveis para arrendamento turístico ou temporário, comparativamente mais vantajoso em relação ao arrendamento normal.

A causas deste fenómeno poderá estar na combinação entre;

A Nova Lei das Rendas, a legislação do Alojamento local, os Vistos Gold e o licenciamento de novos Hotéis e Hostels, facilitam aos proprietários, soluções mais rentáveis, desistindo do aluguer tradicional e optando pelo mercado das rendas temporárias de serviços dedicados ao setor do turismo.

Em defesa destes novos modos de arrendamento ocorre a argumentação da existência de uma grande percentagem destas tipologias, atualmente abandonadas e em estado de ruína. De facto, este processo torna-se uma força de revitalização em que pouco interfere na vida dos portuenses a não ser melhorar as condições dos mesmos<sup>9</sup>.

Contudo, existem já inúmeros casos de senhorios a terminar contratos e processos de expropriação em zonas mais propícias ao setor turístico, não focando na porção das casas abandonadas e degradadas, mas sim naquelas em que apresentam melhor perspectiva de rendimento. Pouco a pouco, a cidade resigna-se á lógica económica implementada que privilegia o visitante e empurra os seus moradores para a periferia e concelhos vizinhos. Embora o município admita ter consciência deste problema, afirmando que serão estudados apoios comunitários aos proprietários privados de “ilhas” para requalificação das casas, de maneira a entrar no mercado de arrendamento social, o arrendamento temporário ou o alojamento local continuam a ser os mais vantajosos e os mais simplificados pelo prisma do investidor.

---

<sup>9</sup> *Venda de ilhas e bairros populares no Porto pode aumentar rendas* (sicnoticias.sapo.pt,2016).

Sem leis e políticas que protejam os bairros e as “ilhas”, verificamos que, tal como em Lisboa, tem sido rápido o crescimento da aquisição destes espaços para o arrendamento temporário, negando o direito da habitação aos seus anteriores inquilinos, reduzindo drasticamente o número de moradores permanentes nestas áreas urbanas, segregando-os para bairros periféricos.

Constatando tamanha realidade da dimensão das implicações dos diversos processos de demolição e realojamento, salienta-se o sequente encadeamento de eventos:

- i. No ano 2011, com o alibi de combater o narcotráfico existente na cidade, iniciou-se o processo de demolição, entaipamento e expropriação de uma das cinco Torres do Aleixo, situadas num local privilegiado da cidade, com boas vistas sobre a Foz do Douro<sup>10</sup>;
- ii. Dois anos depois, em 2013, a segunda Torre foi demolida. Os moradores que ainda residem no Bairro do Aleixo, aguardando pela sua vez de realojamento, vivem em condições igualmente precárias a muitas “ilhas” da cidade. Este processo acaba por ter implicações violentas na comunidade, onde os laços de fraternidade e de vizinhança são rasgados e distribuídos pelos cantos da cidade;
- iii. Hoje, em pleno ano de 2016, cinco anos após a queda da primeira torre, avançam dois projetos de habitação social que servirão para realojar os últimos moradores das restantes Torres do Aleixo;
- iv. O primeiro, no Bairro do Leal<sup>11</sup>, atualmente uma urbanização fantasma composta por casas devolutas que, após vários anos da expropriação gradual dos moradores, é finalmente afirmada intenção de concretizar o projeto da sua requalificação;
- v. O segundo, na zona das Eirinhas<sup>12</sup>, que pressupõe a introdução de uma nova dinâmica habitacional com a demolição dos bairros populares deteriorados.

---

<sup>10</sup> *Bairro do Aleixo, querer ficar querer sair* (Costa,N,R e Bastos,R, cit in [jpn.up.pt](http://jpn.up.pt),2015)

<sup>11</sup> *Bairro do Leal, um problema sem fim à vista* (Fernandes,C e Figueiredo,F. cit in [jpn.up.pt](http://jpn.up.pt),2016)

<sup>12</sup> *Solução para o Aleixo, resolve problema das Eirinhas* ([porto.pt](http://porto.pt),2016)

Resumidamente, podemos afirmar que o conjunto de tipologias habitacionais populares oitocentistas da cidade do Porto tem sofrido atentados, de caracterizadores do seu valor sociocultural, carecendo, sobretudo, de uma inclusão concreta no Plano de Gestão da Reabilitação Urbana, que discipline as intervenções nestes espaços, garanta a preservação do carácter arquitetónico dos mesmos e evite a segregação social das populações mais desfavorecidas que, no seu conjunto, constituem uma considerável percentagem da população caracteristicamente portuense.

## 2.2. AS INICIATIVAS DO MUNICÍPIO

Como já foi afirmado, previamente, acerca destas tipologias, estas foram, e são, a única estrutura habitacional capaz facultar um lar em pleno centro urbano a baixos custos, onde é possível criar laços de fraternidade e, sobretudo, uma identidade individual e coletiva.

A recuperação destas tipologias deve preservar estas características sociais, encontrando os meios de ação que estabeleçam o equilíbrio entre o investimento público, para habitação económica, e investimento privado, para procura de maior rentabilização.

Como tal, o presente capítulo é indicador de premissas de intervenção, através da sequente síntese de documentos, e iniciativas de ação pública relativos à reabilitação das “ilhas” e bairros portuenses.

Da leitura dos diversos pontos do Programa Norte 2014-2020<sup>13</sup>, interessa sobressair os associados a estas intervenções;

- **O apoio à eficiência energética, dirigido para a habitação social de propriedade pública;**
- **A melhoria do ambiente urbano e revitalização das cidades, dirigida para o apoio à reabilitação integral de edifícios, com prioridade para os edifícios com idade igual ou superior a 30 anos;**
- **A inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, dirigida, igualmente, a intervenções na habitação.**

Da análise do documento *Levantamento e Caracterização*<sup>14</sup>, relativo às “ilhas”,

<sup>13</sup> PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE 2014-2020 (porto.pt,2016)

<sup>14</sup> O estudo aqui mencionado divulga-nos um completo inquérito sobre diversas tipologias de “ilhas” típicas, híbridas e, englobando inclusive, os bairros populares.

Vásquez, B., I., e Conceição, P., (2015) *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*. 1ª Edição. Porto. Município do Porto. p.147-154

importa sublinhar as seguintes ideias delineadas:

**As “estratégias de intervenção e modelos de ação” existentes e aplicáveis nos casos em análise;**

- O modelo de demolição e realojamento (imediato);
- O modelo baseado nos proprietários existentes;
- O modelo de alteração - negociação das relações de propriedade;
- O modelo de novos tipos de ocupação;

**“A forma, localização e inserção urbana” levantam duas situações;**

- “O tipo de intervenção para os contextos menos integrados, do ponto de vista espacial”
- “As ligações entre as estratégias de intervenção para as “ilhas” mais gerais de desenvolvimento e reabilitação urbana”.

**Sobre o tipo, dimensão e rendimento das famílias residentes;**

- As famílias sem filhos e moradores isolados correspondem a cerca de sessenta por cento dos inquilinos e cerca de metade destes é dependente de reformas, representando trinta e sete por cento de população residente com mais de sessenta e cinco anos.
- Em relação ao valor das rendas, verifica-se que sessenta e dois por cento das famílias tem uma despesa direta com a habitação (renda ou prestação de crédito para compra) inferior a cem euros, onde o valor médio ronda os oitenta e cinco euros, superior ao registado na habitação social do município do Porto (sessenta euros) e inferior á média da restante habitação do município (cento e noventa e um euros).
- Embora as rendas das “ilhas” sejam inferiores à média praticada na habitação privada, mais de um terço das famílias vivem acima dos valores admissíveis da taxa de esforço para pessoas de baixos rendimentos.

**Sobre a ocupação, conservação e intervenção das estruturas;**

- As “ilhas” padrão são as que apresentam uma maior taxa de desocupação em contraste com as “ilhas” de desenvolvimento híbrido e dos bairros populares. O estado de ocupação está, em parte, relacionado com o estado de conservação, sendo que a maioria dos núcleos habitacionais encontram-se bem estimados, apesar de apresentarem patologias inerentes às deficientes condições habitacionais.
- Em relação a intervenções construtivas, o inquérito revela que cerca de noventa e dois por cento dos inquiridos realizou intervenções, dos quais cerca de sessenta e seis por cento, efetuadas nos últimos cinco anos, sendo os residentes os principais promotores destas manutenções, demonstrando disponibilidade e vontade de mudança. As freguesias de Campanhã, Bonfim, Paranhos, Ramalde e Cedofeita são as que apresentam mais casos de habitação em mau estado de conservação.
- Importa mencionar que neste estudo foram observados doze alojamentos em estado de ruína e habitados, o que significa que, existem núcleos habitacionais em estado crítico de intervenção.
- Por fim sobre a ocupação, salientam-se duas situações de interesse – as habitações ocupadas, com um estado de deterioração considerado crítico, onde a recuperação das estruturas é quase impossível e habitações ocupadas minimamente bem conservadas, permitindo ponderar a salvaguarda das edificações, como é o caso do projeto piloto atualmente em execução para a recuperação da Ilha da Bela Vista.

**A respeito do projeto de recuperação acima mencionado, de iniciativa pública, para transformação destes espaços em habitação digna e respeitando a mesma lógica de acessibilidade social (Fig.7 - 12);**

A “ilha”, localizada num terreno de grandes proporções, era composta originalmente por quarenta e três casas, dispostas em quatro filas paralelas, sendo que duas destas se encontravam encostadas aos muros de limite, existindo um corredor de

acesso entre as habitações para cada duas filas.

A ausência/ deficiência da iluminação natural, ventilação e as infiltrações frequentes dão origem a patologias como a existência de fungos, bolores e humidade. A inexistência de instalações sanitárias privadas e as cozinhas improvisadas agravam a problemática/ carência que caracteriza este tipo de habitação.

Assim, a solução arquitetónica define-se pelo desenho das novas habitações, com especial atenção na conservação das estruturas das casas, reforçando estas segundo as novas necessidades habitacionais.

O programa funcional é constituído por diferentes espaços comunitários que promovem as boas relações de vizinhança e contribuem para uma comunidade mais sustentável. Como exemplo destaca-se a existência de uma zona para lavandaria comum, um salão para reuniões e eventos de convívio, bem como espaços verdes dedicados a jardins e hortas urbanas.

As habitações são caracterizadas por distintas tipologias, diversidade esta que tem como objetivo oferecer espaços residenciais capazes de se adaptar a diferentes núcleos habitacionais, sendo elas denominadas por casa alcova, casa colmeia, casa camarata e por fim a casa mezanino.

Assim, o presente documento tem como propósito final a apresentação de propostas com objetivos semelhantes ao projeto da Bela Vista, visando a requalificação habitacional e a promoção da vida comunitária, conservando, ao mesmo tempo, o seu carácter e valor histórico, prevendo tipologias dentro dos padrões da sociedade atual, e adequadas, ao contexto urbano da cidade, através de um design económico, sustentável e compacto.



Fig. 7: Modelo Ilha da Bela Vista.

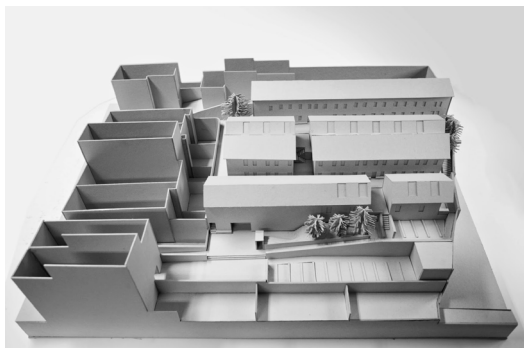


Fig. 8: Modelo Ilha da Bela Vista.



Fig. 9: Modelo Ilha da Bela Vista.



Fig. 10: Modelo Ilha da Bela Vista.



Fig. 11: Modelo Ilha da Bela Vista.



Fig. 12: Modelo Ilha da Bela Vista.





3. HABITAÇÃO ECONÓMICA, COMPACTA E SUSTENTÁVEL  
CASOS INTERNACIONAIS

### **3. HABITAÇÃO ECONÓMICA, COMPACTA E SUSTENTÁVEL CASOS INTERNACIONAIS**

Hoje em dia, a habitação social é, mais do que em qualquer outra altura da história, um tema mundialmente discutido com vista a ser repensado e redefinido. Ainda se associa este tipo de habitação a uma noção de que esta é unicamente para os mais desfavorecidos e conseqüentemente de pouca qualidade.

Contudo a “(...) habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social.”<sup>15</sup>

Por conseguinte, no presente capítulo serão analisados conceitos exemplares de requalificação e valorização da habitação social que servirão como referência ao desenvolvimento dos casos de estudo que serão descritos mais à frente no referido documento.

São expostos três casos de habitação social, situados geograficamente em países onde o tema carece de uma resposta urgente.

Os primeiros dois conceitos caracterizam-se pela procura da identidade individual no contexto coletivo e a valorização habitacional, através da apropriação do espaço, referentes a um caso no Chile e outro no México, e por fim a respeito da organização interior, compreender a resposta face às condicionantes da habitação no lote com uma pré-existência densa e compacta, encontrado num caso de referência internacional, no Brasil.

---

<sup>15</sup> Siza, A. (2009). *Évora Malagueira*. In: Siza, A. (Ed.). *01 textos*. Porto. Civilização Editora, p.228.

### **3.1. PROCURAR A IDENTIDADE INDIVIDUAL NO CONTEXTO COLETIVO. O CASO DA *SUSTAINABLE HOUSING PROTOTYPE***

#### CONCEITO

Como será verificado no presente caso em estudo, quando a acessibilidade à habitação carece de uma resposta urgente, devido ao défice de infraestruturas que respondam ao rápido crescimento demográfico, os promotores de habitação investem em urbanizações, compostas por milhares de unidades habitacionais, repetidas em série, sem qualquer tipo de qualidade construtiva, quer na escala da casa, quer na escala do meio urbano.

Estas urbanizações, desprovidas de planeamento urbano, resultam na inexistência de qualidade de vida, na impossibilidade de estabelecer laços de fraternidade e boa vizinhança, bem como na gradual perda dos valores socioculturais, reduzindo famílias a números de identificação e conjuntos de coordenadas.

Urge assim encontrar novas formas de construção rápida, económica e compacta, mas que acima de tudo ofereçam aos seus habitantes a possibilidade de conservarem ou recriarem uma identidade própria no contexto coletivo, preocupação esta, igualmente incluída no caso portuense.

#### DESCRIÇÃO

Com este objetivo em mente, no México é desenvolvido um protótipo habitacional, da autoria do gabinete da arquiteta Tatiana Bilbao<sup>16</sup>, exposto em 2015 na Chicago Architecture Biennial que ambiciona responder a este problema através de uma casa modular capaz de se adaptar a diferentes situações geográficas, sociais e culturais.

Este protótipo, de custo aproximado a seis mil euros, é constituído por um módulo habitacional, de construção rápida e económica, capaz de ser executado com poucos recursos e técnica. Foi pensado especialmente a pensar na possibilidade de serem construídos com a ajuda dos próprios moradores, reduzindo o tempo e

---

<sup>16</sup> Palestra concedida por Tatiana Bilbao, *Tatiana Bilbao Porto Academy*, Porto, 2016.

o capital necessário para a conclusão de cada unidade.

Os módulos são compactos, de dimensões muito reduzidas, mas bem organizados e planeados, com qualidade espacial e material a preço acessível. A sua principal característica é a hipótese de apropriação dos moradores adaptando estas casas aos seus modos de vida, pois contém em si várias possibilidades de ampliação pré-concebidas, sempre com o cuidado de manter o aspeto de uma casa finalizada e digna.

A base é composta por dois quartos, sanitário, cozinha e um espaço que congrega em si uma zona de estar e de jantar. Algumas paredes são rígidas e constituídas por blocos de cimento, outras por materiais leves, sobretudo derivados de paletes de madeira, o que possibilitam a sua posterior transformação.

Depois de concluída, consoante as necessidades e orçamento de cada família, a casa pode ser ampliada até a um máximo de cinco quartos, cada um com a vantagem de ser construído separadamente e ser utilizado com diferentes funções, como por exemplo dedicar parte da casa à criação de um estabelecimento que proporcione serviços, desde uma mercearia local, a um cabeleireiro ou até mesmo as designadas “tasquinhas”. Esta variedade de soluções permite, não só, satisfazer as necessidades de alojamento, mas ao mesmo tempo criar traços de comunidade.

Em suma, a adaptação das habitações às diferenças dos agregados familiares, quer no seu número, quer nos seus hábitos, tradições urbanas e rurais, proporciona, a cada família mexicana, a possibilidade de cultivar a sua identidade e de a passar às próximas gerações.

A solução aqui analisada, apesar de pertencer a um contexto socioeconómico e demográfico diferente do encontrado em Portugal, consegue demonstrar que é possível criar habitação compacta, económica e digna para os padrões atuais da sociedade, incluindo questões de sustentabilidade e formação de valores

REFERÊNCIA  
PARA O CASO  
PORTUENSE

comunitários, acesso a poucos meios e técnicas de construção representadas por um baixo valor de investimento.

Importa salientar a subtileza do desenho modular na sua possibilidade de transformação e ampliação para responder às diversas necessidades locais e sociais. Esta procura resolve a questão da perda da identidade de uma determinada cultura, igualmente em causa neste documento, podendo este conceito ser importado para o redesenho das habitações populares oitocentistas.

Fig. 13: Fotografia *Sustainable Housing Prototype*.



Fig. 14: Fotografia *Sustainable Housing Prototype*.



Fig. 15: Fotografia *Sustainable Housing Prototype*.



Fig. 16: Fotografia *Sustainable Housing Prototype*.



Fig. 17: Fotografia *Sustainable Housing Prototype*.



Fig. 18: Modelo *Sustainable Housing Prototype*.





3. HABITAÇÃO ECONÓMICA, COMPACTA E SUSTENTÁVEL  
CASOS INTERNACIONAIS

Fig. 19: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 1.

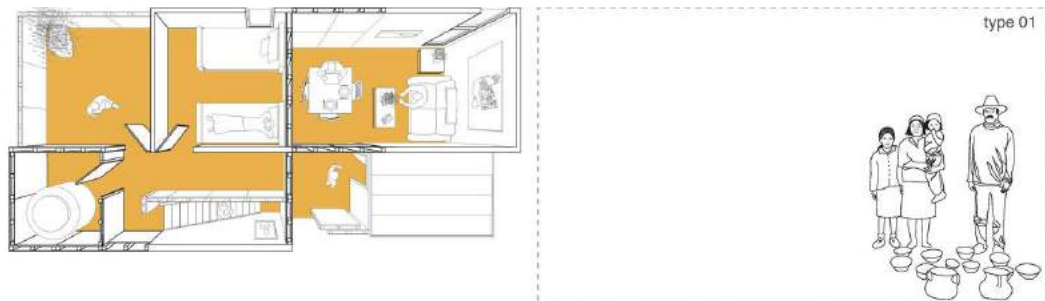


Fig. 20: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 2.

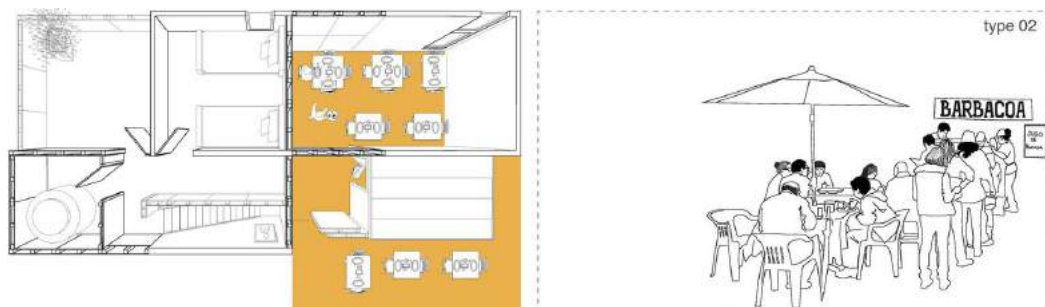


Fig. 21: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 3.

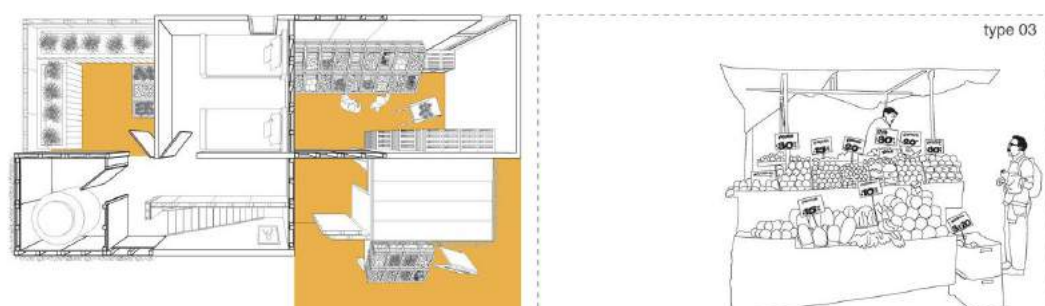


Fig. 22: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 4.

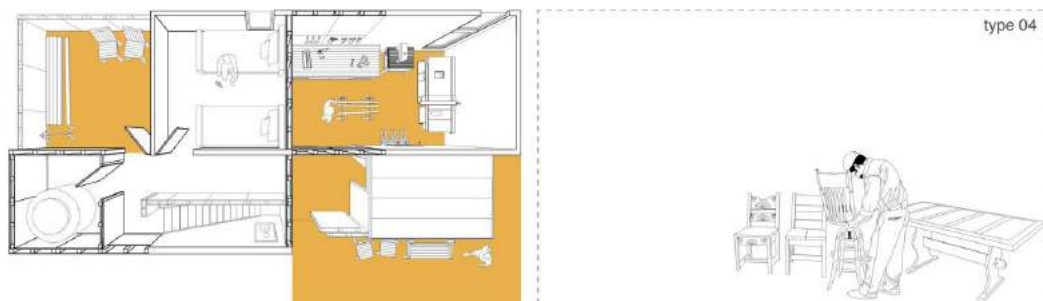


Fig. 23: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 5..

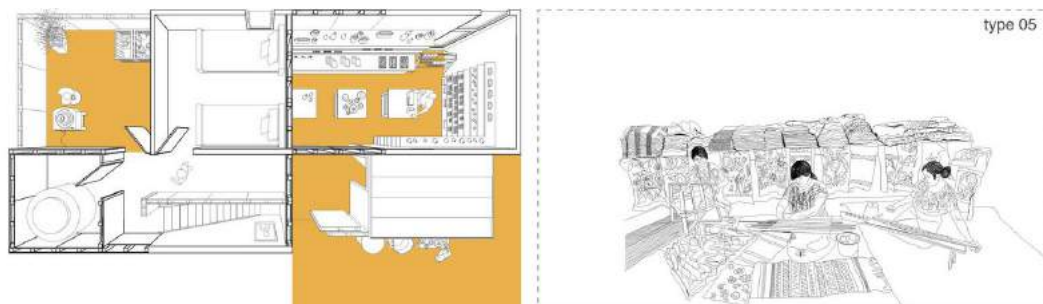
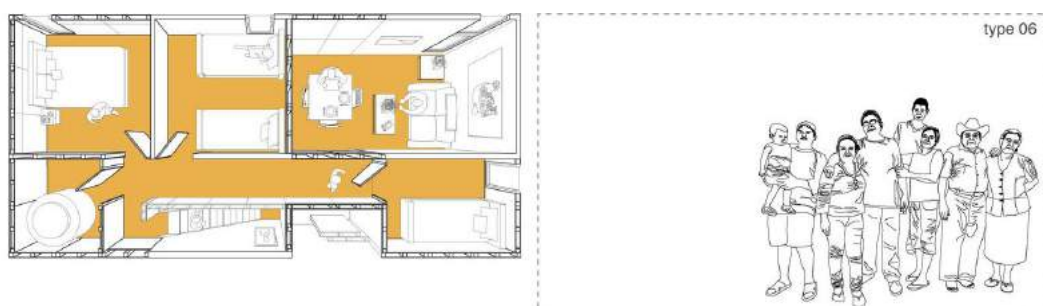


Fig. 24: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 6..



### **3.2. A VALORIZAÇÃO HABITACIONAL ATRAVÉS DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO. O CASO DA QUINTA MONROY**

#### CONCEITO

Ainda na esfera da habitação económica, é de interesse mencionar as vantagens e desvantagens, colocadas pela apropriação do espaço, pois apesar de esta apropriação garantir, simultaneamente, a preservação das identidades individuais, esta é muitas vezes abusiva e caótica, uma constante, igualmente encontrada nas habitações de carácter popular.

O conceito aqui em foco, procura equilibrar este problema, através do desenho de um espaço compacto que reúna, em si, as infraestruturas essenciais, deixando em aberto a construção da restante parte da habitação. Desta forma, ao perspetivar a transformação, apropriação e ampliação do espaço vazio, consegue-se reduzir o capital de investimento inicial, permitindo organizar as casas de origem com melhor qualidade espacial e construtiva, valorizando economicamente o território e o bem patrimonial.

#### DESCRIÇÃO

Neste âmbito, é de interesse referenciar o trabalho desenvolvido no Chile, pelo arquiteto Alejandro Aravena, recentemente premiado com o Pritzker 2016, do qual aqui se salienta a “Quinta Monroy”<sup>17</sup>, um projeto de carácter público, que apresenta uma solução baseada na valorização da residência.

O pedido apresentado pelo Governo do Chile consistia na conceção de um projeto de requalificação de forma a evitar o desalojamento de cerca de cem famílias a viver em comunidade, apesar de ilegalmente, há mais de trinta anos.

O terreno ocupado, de meio hectare, localiza-se no centro de Iquique, uma cidade importante do deserto do Chile, onde a boa localização eleva o custo do terreno a valores que os fundos de habitação social normalmente não podem pagar.

---

<sup>17</sup> Informação encontrada no portfólio *ELEMENTAL*, (alejandroaravena.com, 2016) e no artigo presente na revista online (archdaily.com, 2016).

Além deste obstáculo, apenas eram disponibilizados cerca de seis mil e setecentos euros por cada casa, verbas estas que teriam de suportar todo o processo de conceção e construção. Em termos práticos, este financiamento apenas possibilitaria a construção de uma habitação básica e económica que rondasse os trinta metros quadrados, dimensão esta, muito aproximada às habitações populares oitocentistas aqui em causa.

Perante este desafio, foi montada uma estratégia para maximizar a rentabilização do solo e de densificar o conjunto, de forma a evitar a propagação improvisada e ilegal, mas que ao mesmo tempo evitasse o amontoamento excessivo. A solução cruza-se pelo desenho de uma urbanização, repartida em grupos de vinte famílias, através de aglomerados que encerram, em si, um espaço coletivo a céu aberto, permitindo criar relações de maior vizinhança e fraternidade.

As habitações consistem numa tipologia de três pisos, dispostas em banda, de sessenta metros quadrados cada, mas onde apenas é construída metade desta área, ou seja os trinta metros quadrados, que corresponde às verbas que o governo disponibiliza. Esta parte edificada engloba todas as instalações sanitárias e equipamentos de cozinha, que é o lado de maior investimento de capital e por isso mais difícil de obter para uma família de poucos recursos económicos, ficando em aberto, e a encargo de cada morador, a construção da ampliação do módulo base.

Apesar da liberdade construtiva, concedida aos moradores, a ampliação está predeterminada no desenho da tipologia, embutida na secção edificada que limita a expansão, em altura, largura e comprimento, funcionando quase como uma moldura, cujo conteúdo poderá ser livremente completado.

Deste modo, a tipologia, equivalente a T1, com uma sala, uma cozinha, sanitários e um quarto individual, pode ser ampliada ao longo do tempo e consoante as necessidades até a um T4 ou até mesmo T5.

REFERÊNCIA  
PARA O CASO  
PORTUENSE

O resultado final acaba por atribuir uma identidade própria ao conjunto de habitações, marcado pela repetição dos módulos estruturantes, intercalados pelas diferentes intervenções dos moradores.

Este carácter singular permite a valorização do património em território, já por si, bem situado e de valor, uma característica inovadora aos conjuntos habitacionais ditos sociais, permitindo aos moradores uma fuga ao sistema viciado pela pobreza e pela miséria, uma situação idêntica à encontrada na cidade do Porto.

Sublinha-se ainda a criação de uma moldura, capaz de limitar e de estabelecer uma lógica disciplinada que evite o crescimento desorganizado, evitando o acrescento de anexos como muitas vezes é encontrado na habitação popular oitocentista.



Fig. 25: Fotografia “Quinta Monroy”.



Fig. 26: Fotografia “Quinta Monroy”.



Fig. 27: Fotografia “Quinta Monroy”.



Fig. 28: Fotografia “Quinta Monroy”.



Fig. 29: Fotografia “Quinta Monroy”.



Fig. 30: Fotografia “Quinta Monroy”.



Fig. 31: Esquema conceptual “Quinta Monroy”: implantação.

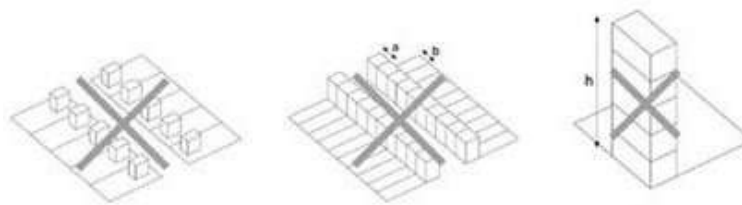


Fig. 32: Esquema conceptual “Quinta Monroy”: moldura do espaço vazio.

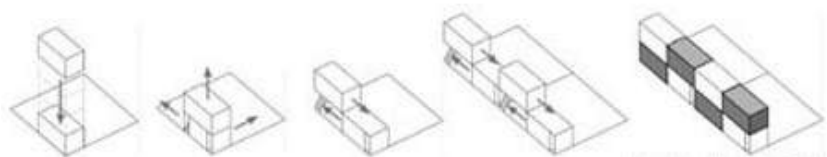


Fig. 33: Plano geral “Quinta Monroy”.



Fig. 34: Corte transversal “Quinta Monroy”.

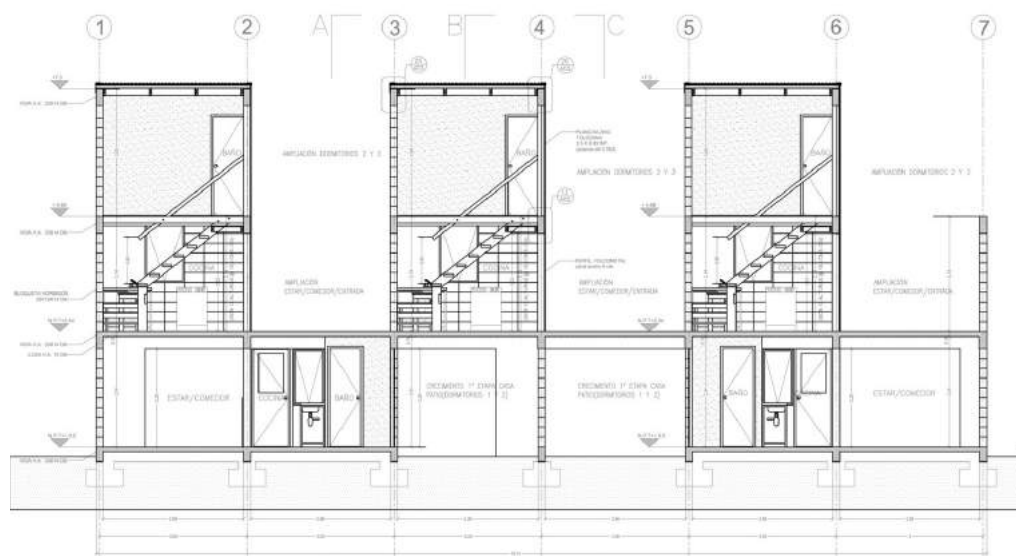
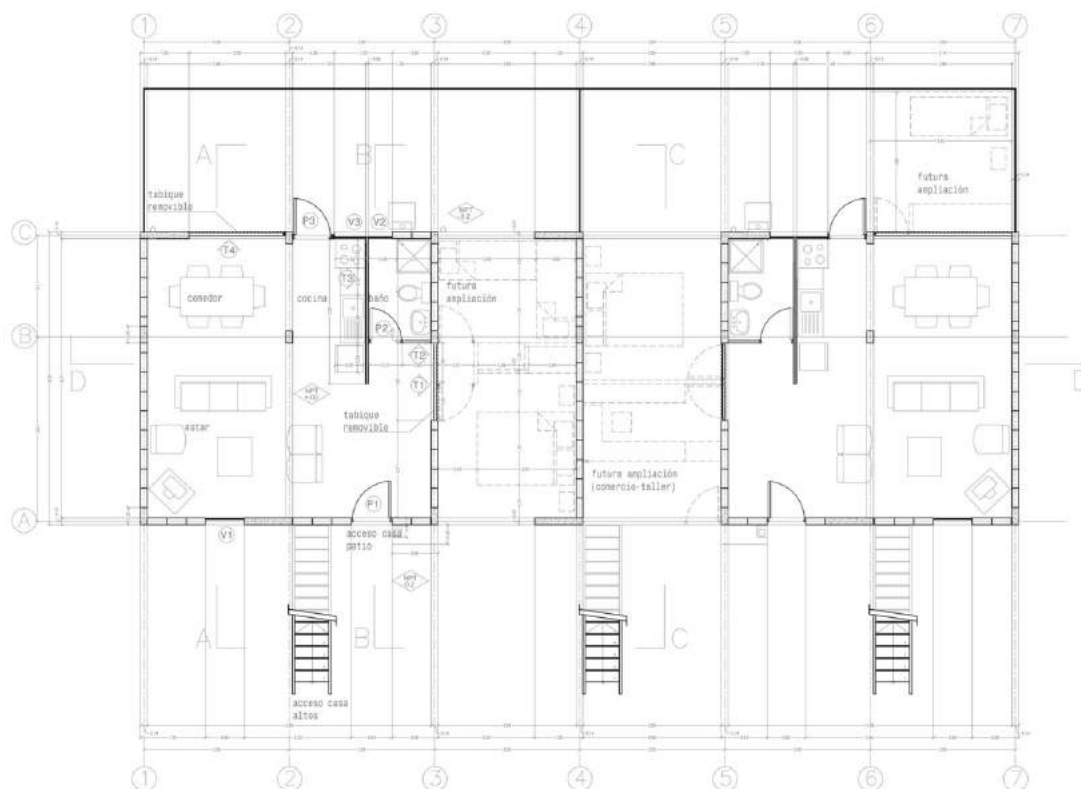


Fig. 35: Planta “Quinta Monroy”.





### **3.3. INTERVIR NA PRÉ-EXISTÊNCIA Densa E COMPACTA. O CASO DA CASA VILA MATILDE**

#### CONCEITO

Os dois casos, anteriormente analisados, apresentam projetos onde o conceito de habitação social é repensado, por meio de soluções económicas, com o propósito da construção de um ambiente comunitário saudável e sustentável.

Porém, estes são modelos de habitação a ser replicados em grandes urbanizações, faltando compreender como aplicar tais conceitos, urbanos e arquitetónicos, face a uma pré-existente, densa e compacta, como é o caso da malha urbana da cidade do Porto.

#### DESCRIÇÃO

Assim, a obra “Casa Vila Matilde”, da autoria do gabinete de arquitetura Terra e Tuma, localizada em São Paulo, no Brasil, vencedora do prémio *ArchDaily Building of the Year 2016*<sup>18</sup>, construída sob um lote de condição morfológica, com frente estreita de quatro metros e meio e uma profundidade de vinte e seis metros, cuja proporção se assemelha ao loteamento português.

Face a uma pré-existência, insalubre e arruinada, a preservação das estruturas não foi equacionada, dado que se encontravam deterioradas e que inviabilizavam uma fácil reorganização dos espaços interiores. A abordagem arquitetónica assume-se pragmática na demolição das estruturas precárias, apesar de, cuidadosamente, para não prejudicar os edifícios envolventes.

A pouca luz e ventilação natural, inerentes aos lotes destas proporções, tornam-se a principal causa de patologias problemáticas. Assim, a integração de um pátio interior revela-se fundamental no diagrama organizador da casa, dividindo esta em três espaços distintos:

- i. A zona de estar e de uso diurno é antecedida por um pátio de receção que

<sup>18</sup> Informação presente no portfólio *Terra e Tuma*, (terraetuma.com.br,2016) e online em (archdaily.com.2016)

estabelece um afastamento entre a fachada da casa e a rua, podendo este espaço servir de estacionamento caso necessário. Desta forma, é garantido um primeiro momento de chegada ao íntimo do privado, exterior à entrada do fogo. Este acesso, direto para a sala de estar, de dimensão modesta, inclui uma zona para refeições.

ii. Num segundo momento surge a cozinha, disposta paralelamente ao pátio interior, de igual largura, funcionando como corredor, com dimensões mínimas de circulação, composta por três zonas distintas<sup>19</sup>;

- a. A primeira, junto da sala de estar, tem um sanitário de serviço;
- b. A segunda corresponde ao balcão de cozinha;
- c. A terceira ajusta a uma zona de lavandaria.

iii. Após a passagem pelo corredor, um primeiro espaço de articulação permite-nos o acesso a um quarto suite com abertura para o pátio interno. Concede, também, o acesso a uma escadaria que nos conduz ao piso superior, onde encontraremos um quarto de igual natureza e proporção ao do piso inferior. Aqui existe um acesso à cobertura, espaço transformado em horta urbana e terraço praticável.

REFERÊNCIA  
PARA O CASO  
PORTUENSE

Em relação à organização interna das habitações verifica-se a tendência de privilegiar o espaço social da habitação, nomeadamente as zonas comuns e de uso diário, reduzindo o espaço individual, definido por quartos meramente funcionais de dimensões mínimas. A cozinha surge como um elemento rótula extremamente funcional e que pressupõe um uso dinâmico pensado nos fluxos de movimento rápido e constante do quotidiano.

Deste projeto destaca-se o desenho do átrio interno como rótula organizadora do programa onde, pela sua amplitude, luminosidade e ventilação, proporciona uma tipologia mais sustentável, funcional e atrativa.

---

<sup>19</sup> Esta disposição, embora pouco ortodoxa, acaba por ser extremamente funcional para a moradora, visto que estes espaços são locais de grande dinâmica, movimento e ação.

3. HABITAÇÃO ECONÔMICA, COMPACTA E SUSTENTÁVEL  
CASOS INTERNACIONAIS

Fig. 36: Fotografia “Casa Vila Matilde”.



Fig. 37: Fotografia “Casa Vila Matilde”.



Fig. 38: Fotografia “Casa Vila Matilde”.



Fig. 39: Fotografia “Casa Vila Matilde”.

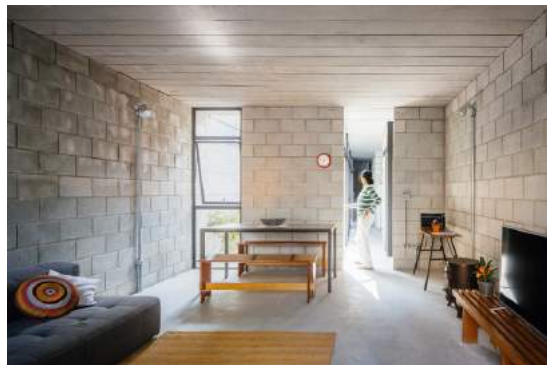


Fig. 40: Fotografia “Casa Vila Matilde”.



Fig. 41: Fotografia “Casa Vila Matilde”.



Fig. 42: Fotografia “Casa Vila Matilde”.



Fig. 43: Fotografia “Casa Vila Matilde”.



Fig. 44: Corte longitudinal “Casa Vila Matilde”: percurso de ligação a todos os compartimentos.

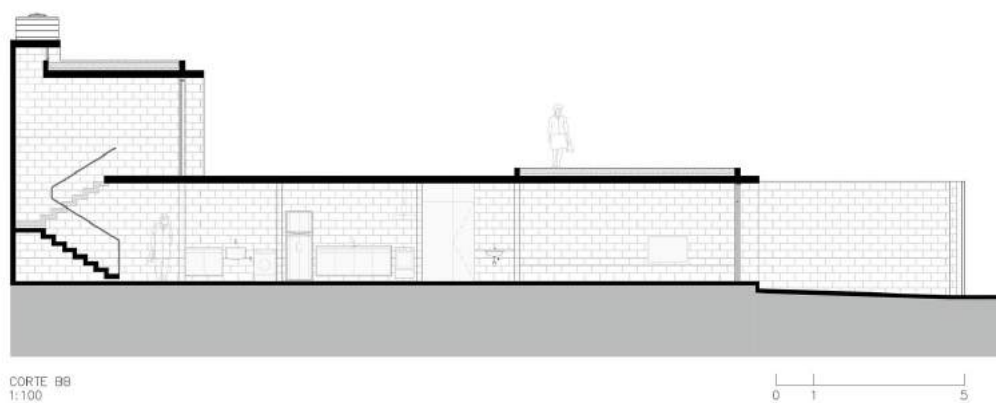
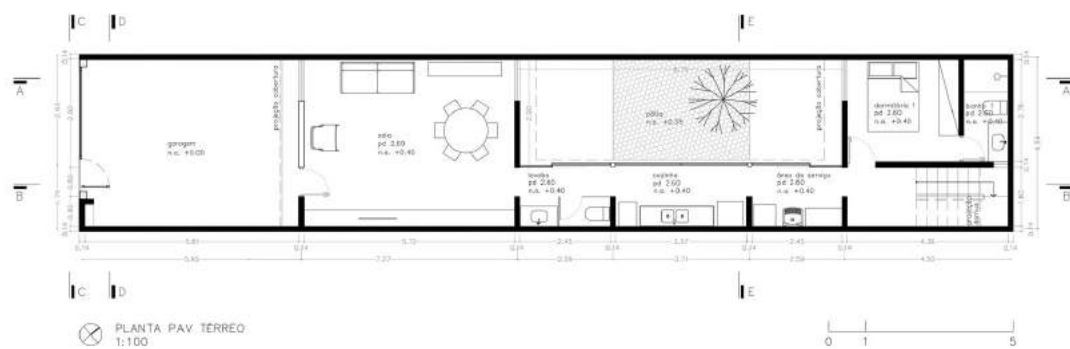


Fig. 45: Planta “Casa Vila Matilde”: piso térreo.



3. HABITAÇÃO ECONÓMICA, COMPACTA E SUSTENTÁVEL  
CASOS INTERNACIONAIS

Fig. 46: Corte longitudinal “Casa Vila Matilde”: pátio interior.

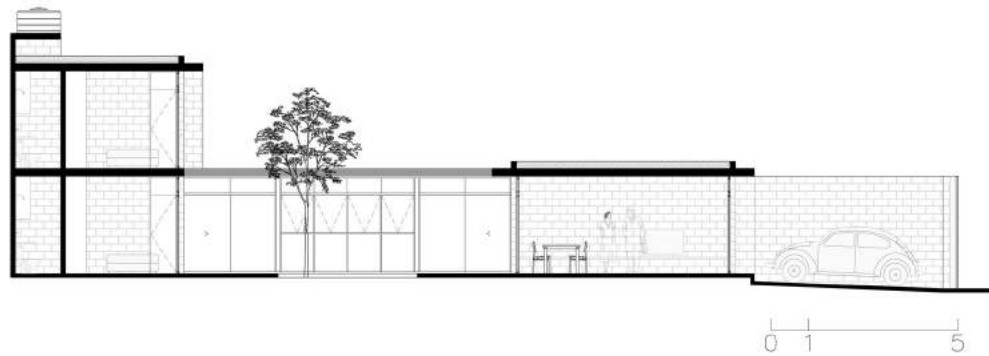
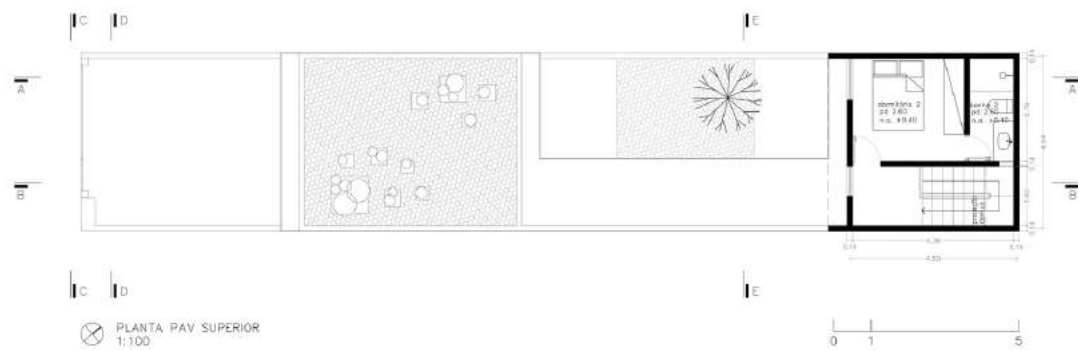


Fig. 47: Planta “Casa Vila Matilde”: piso superior.





4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

**4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS**

Os problemas de localização e integração urbana, inerentes a estas tipologias, são um dos principais pontos a resolver, apontados no documento de estudo *Levantamento e Caracterização*<sup>20</sup>, uma vez que, apesar de se encontrarem em pleno centro urbano, estas tipologias são compostas, na sua maioria, por comunidades isoladas e desintegradas da restante população da cidade.

Este fenómeno obriga a um processo de análise complexo, para que se compreendam as dinâmicas do território, ambicionando atingir um diagnóstico completo e apto para uma estratégia de requalificação eficaz.

Por conseguinte, através da síntese do contexto urbano, bem como da desconstrução das mutações inerentes à apropriação dos moradores e às dinâmicas instaladas ao longo do tempo, as análises seguintes demonstrarão as diferenças entre cada uma destas variantes habitacionais, das quais serão definidos objetivos para a estratégia de intervenção.

Em suma, com os dois casos de estudo selecionados pretende-se proporcionar, pelo menos, visões bidimensionais e tridimensionais de como os princípios domésticos tradicionais e a vida contemporânea se podem cruzar neste tipo de espaço.

---

<sup>20</sup> Vázquez, B., I., e Conceição, P., (2015) *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*. 1ª Edição. Porto. Município do Porto.



#### 4.1. DELIMITAÇÃO DAS OPERAÇÕES: PROCESSO E MÉTODO

A delimitação, como mencionada no primeiro capítulo, iniciou-se por uma classificação funcional do território, através de uma estratificação anelar, da qual foram selecionados casos representativos das diversas relações estabelecidas entre a casa popular oitocentista e a cidade contemporânea.

Para reduzir a amostra selecionada, a dois casos de estudo, um representativo de uma “ilha” e outro de um bairro operário, foi introduzida uma nova variante - a proximidade.

Esta é uma questão cada vez mais importante no debate sobre as cidades contemporâneas, não só pelo tempo exorbitante nas deslocações do quotidiano, mas também pela consciencialização da poluição inerente ao movimento pendular. Especialmente em Centros Históricos, o fluxo viário tende a ser reduzido e a ser substituído por meios de transporte rápidos e sustentáveis, como é o exemplo do Metro do Porto<sup>21</sup>.

Tendo em conta a importância que esta rede de transportes detém na deslocação urbana, tanto no presente como no futuro, assinalaram-se no mapa, os respetivos pontos de maior afluência\*. As paragens “Trindade”, “24 de Agosto”, “Campanhã” e “Casa da Musica” são as que se destacam enquanto pontos de maior acesso e, ao mesmo tempo, as que abrangem na sua envolvente, uma maior concentração de núcleos habitacionais de tipologia “ilha” ou bairro (Fig.48).

Foi ainda tido em conta o recente anunciado projeto de requalificação do antigo Matadouro de Campanhã<sup>22</sup> e ao considerável impacto que terá na sua envolvente.

---

<sup>21</sup> Informação presente no *Relatório de Contas do Metro do Porto*, p.24, onde são identificadas as paragens de maior afluência.

<sup>22</sup> Projeto apresentado na 21ª Trienal de Artes, Design Arquitetura, O antigo Matadouro irá comportar valências de: “Área de Empresas Criativas e Tecnológicas”; o “Museu da Indústria”; “Arte e Comunidade”; “Reserva de Arte Contemporânea”; “Nave-multiusos”; “Laboratório de Gastronomia” (porto.pt.2016)

Podemos especular que a respetiva estação de metro verá a sua procura diária aumentada, revelando-se um local de interesse e de oportunidade para requalificação urbana e, conseqüentemente, para repensar soluções da reintegração destas tipologias.

Por conseguinte, com estas condicionantes em mente, nos quatro bairros anteriormente delimitados, selecionaram-se dois (Fig.49):

A. O Bairro Praça da Alegria – localizada na Rua da Praça da Alegria, que compõe quarteirão com a Rua de S. Victor, a zona, na atualidade, notável pela maior concentração de “ilhas” na cidade, relevante no potencial de popularizar a requalificação entre as “ilhas” vizinhas;

B. O Bairro da Polícia – um bairro operário, esquecido pela cidade, situado entre a Travessa das Eirinhas e a Travessa do Bonfim, rodeado de ruínas e urbanismos defeituosos.

Fig. 48: Mapa de delimitação: linha do Metro do Porto e paragens dispostas por afluência.

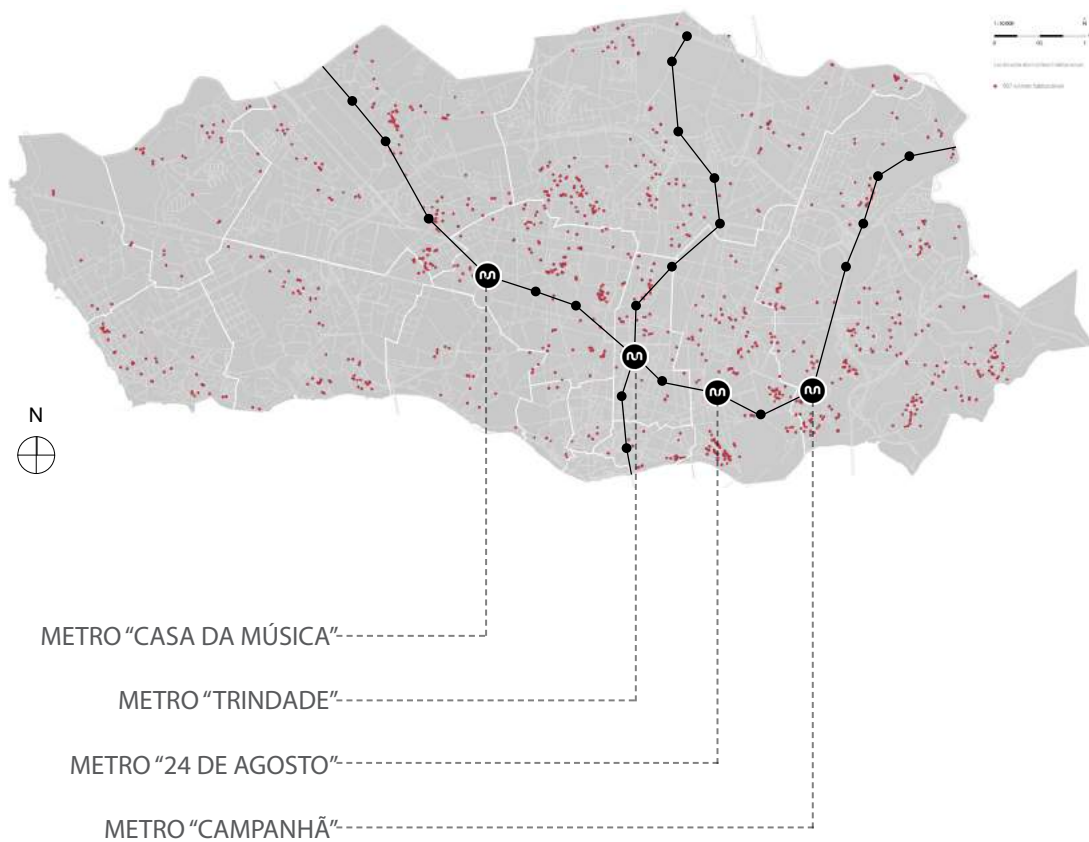
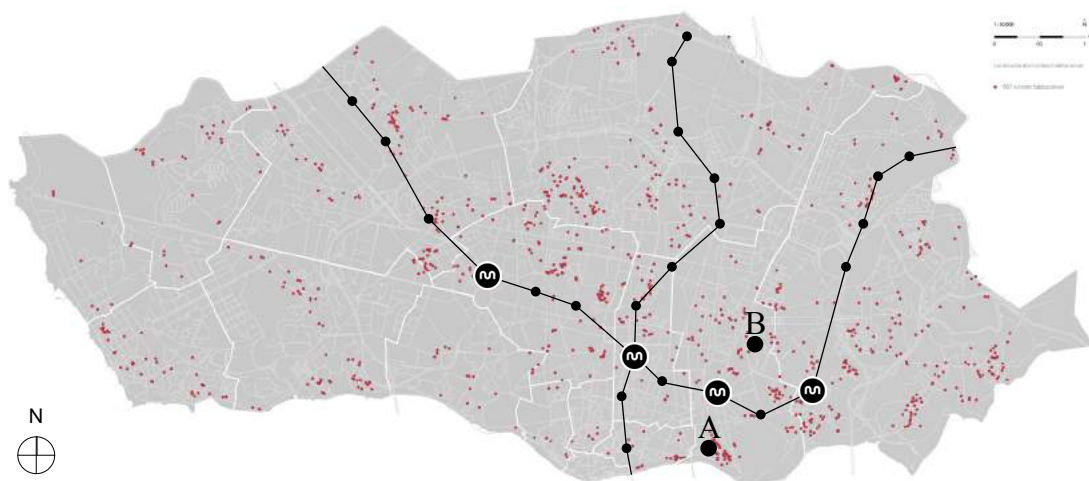


Fig. 49: Mapa de delimitação: localização das operações (A) e (B).



## 4.2. ESTRATÉGIA DE REQUALIFICAÇÃO PARA O BAIRRO PRAÇA DA ALEGRIA

As denominadas “ilhas” do Porto são resultado do processo industrial já mencionado, onde o baixo capital para investimento e a necessidade de maximizar o rendimento das propriedades, manifestava-se em construções de fraca qualidade e de pequenas dimensões, na sua pluralidade insalubres e propícias a doenças.

Estas unidades de alojamento, dispostas em fileiras ao longo de lotes estreitos e compridos, na sua maioria com áreas a rondar entre os dezasseis e os vinte metros quadrados, nas quais se abrigavam agregados familiares de quatro ou mais elementos. Na tipologia original, a organização interna era geralmente constituída por duas ou três divisões, onde as famílias conviviam, cozinhavam e dormiam. O chão era de terra batida e o teto era de telha à vista sem qualquer tipo de forra. Os sanitários eram comuns a todos os habitantes da “ilha” e de condições lastimáveis<sup>23</sup>.

A sobrevivência a estas conjunturas de extrema pobreza era possível meramente pelo apoio mútuo entre vizinhos que, graças á empatia das suas situações precárias, desenvolviam uma relação de proximidade e de grande espírito comunitário. Todavia, pela sua condição, nociva, favorável ao alastramento de doenças e pelo facilitismo de concentrações, motins e resistência política, as “ilhas” eram e são, alvo de estigmatismo.

Apesar de ilegais e objetos para erradicação, as “ilhas” continuam a ser construídas e habitadas, visto serem a única possibilidade de alojamento para a grande maioria da classe operária e, independentemente de precárias, foram o lar de milhares de portuenses, permitindo que a cidade reforçasse o seu forte carácter comunitário.

Consequentemente, o primeiro caso de estudo selecionado, referente à tipologia de “ilha”, encontrando-se incluído na Área de Reabilitação Urbana, é alinhado com os

---

<sup>23</sup> Teixeira, M., C., (1996). *Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*. Lisboa, FCG/JNICT.

objetivos do programa Norte 2014-2020<sup>24</sup>, como já anteriormente referido, dirigido para intervenções em territórios socialmente desfavorecidos e de reabilitação integral de edifícios, com idade igual ou superior a 30 anos.

Assim, para a estratégia de requalificação, definiram-se três tópicos de síntese:

## I. ANÁLISE DO CONTEXTO URBANO

Para se assimilar a integração urbana da operação em causa foram desenhados múltiplos mapas de análise, tendo como base cartografia de referência<sup>25</sup>. A esta, adicionou-se um sistema radial equidistante de duzentos e cinquenta metros, que identifica a relação distância-tempo de percurso pedonal, a variar, em média, entre os três e os cinco minutos<sup>26</sup>. Valores estes, acessíveis no uso quotidiano<sup>27</sup>, no acesso a transportes e serviços, particularmente para a população de idade avançada e com mobilidade reduzida que, como já mencionado, representam uma elevada percentagem dos moradores nas tipologias habitacionais aqui em causa.

Por conseguinte, como primeira análise, foi produzido um mapa que apresenta vários tempos de distância pedonal entre o caso em estudo e os respetivos acessos aos meios de transporte público, mais eficazes e sustentáveis, para a deslocação urbana no quotidiano (Fig.50). Neste pode observar-se que, entre o raio de ação de setecentos e cinquenta metros e o de mil metros, são abrangidos pontos importantes de acesso a meios de transporte, nomeadamente a Estação de Autocarros da Batalha, as paragens de metro de “S. Bento”, “Bolhão”, “24 de Agosto” e “Heroísmo” e ainda a Estação de Comboios de S. Bento.

Relativamente à envolvente construída, procurou-se compreender a caracterização histórica e patrimonial e o seu respetivo potencial de influência, sobretudo no

---

<sup>24</sup> Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020.

<sup>25</sup> Cartografia referente ao património, disponibilizada online pela Câmara Municipal do Porto.

<sup>26</sup> Intervalo de tempo dependente da topografia local.

<sup>27</sup> valores obtidos por experiência empírica

desenvolvimento, imponente, do setor turístico na área, perspetivando uma relação equilibrada entre as políticas de habitação social e o investimento no setor turístico.

Assim, dentro do raio mais próximo, equivalente a uma distância, capaz de ser percorrida em média entre três a cinco minutos, encontram-se os seguintes elementos de interesse patrimonial (Fig.51):

- i. O Bloco Duque de Saldanha, simbolizando a construção do primeiro edifício de habitação plurifamiliar, em 1940, no Porto, de carácter social;
- ii. O Bairro São Vítor, realizado em 1974, no âmbito do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) de autoria do arquiteto Álvaro Siza. Ambas as obras, representações da vontade de resolução dos problemas de habitação social, procuraram alternativas económicas à tipologia “ilha”;
- iii. O edifício Abrigo dos Pequeninos, uma escola primária, atualmente encerrada e entaipada, apesar do estado de conservação razoável;
- iv. O conjunto de edifícios da Faculdade de Belas Artes e da Biblioteca Municipal, de igual relevância pela sua função, responsável pela existência de um grande fluxo de estudantes;
- v. Enquanto zonas de interesse patrimonial, destaca-se a escarpa das Fontainhas, a Alameda das Fontainhas, o Jardim de S. Lázaro e os Jardins de Nova Sintra (Fig.52,53);
- iii. Relativamente à conservação<sup>28</sup> verifica-se que, a mancha predominante, referente ao bom estado, compõe a maioria dos casos, apesar de se observar várias situações de má conservação, já em vias de ruína (Fig.56).



4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIRROS

Fig. 50: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente ao Metro, Estação S. Bento, Estação Campanhã e Estação de autocarros da Batalha.

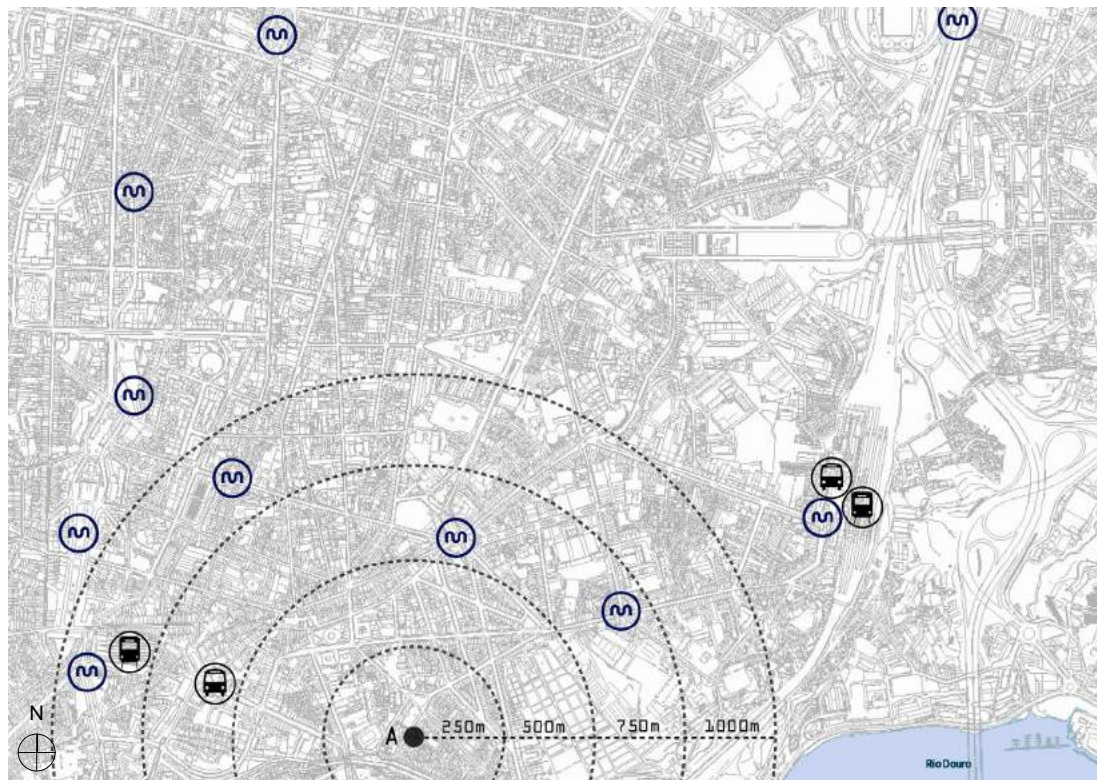


Fig. 51: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente a edifícios de interesse patrimonial.

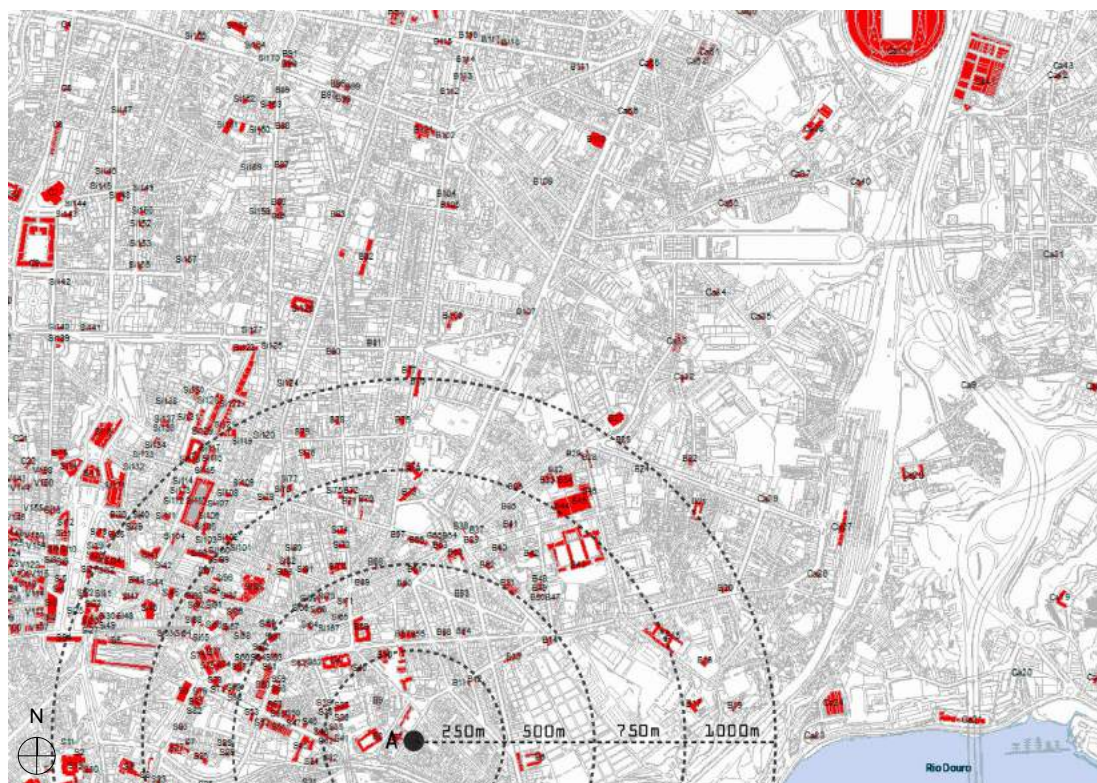




Fig. 52: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente a zonas urbanas de interesse patrimonial.



Fig. 53: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente a zonas verdes de interesse patrimonial.





Fig. 54: Cartografia da envolvente da operação (A): localização .



Fig. 55: Cartografia da envolvente da operação (A): estado de ocupação.

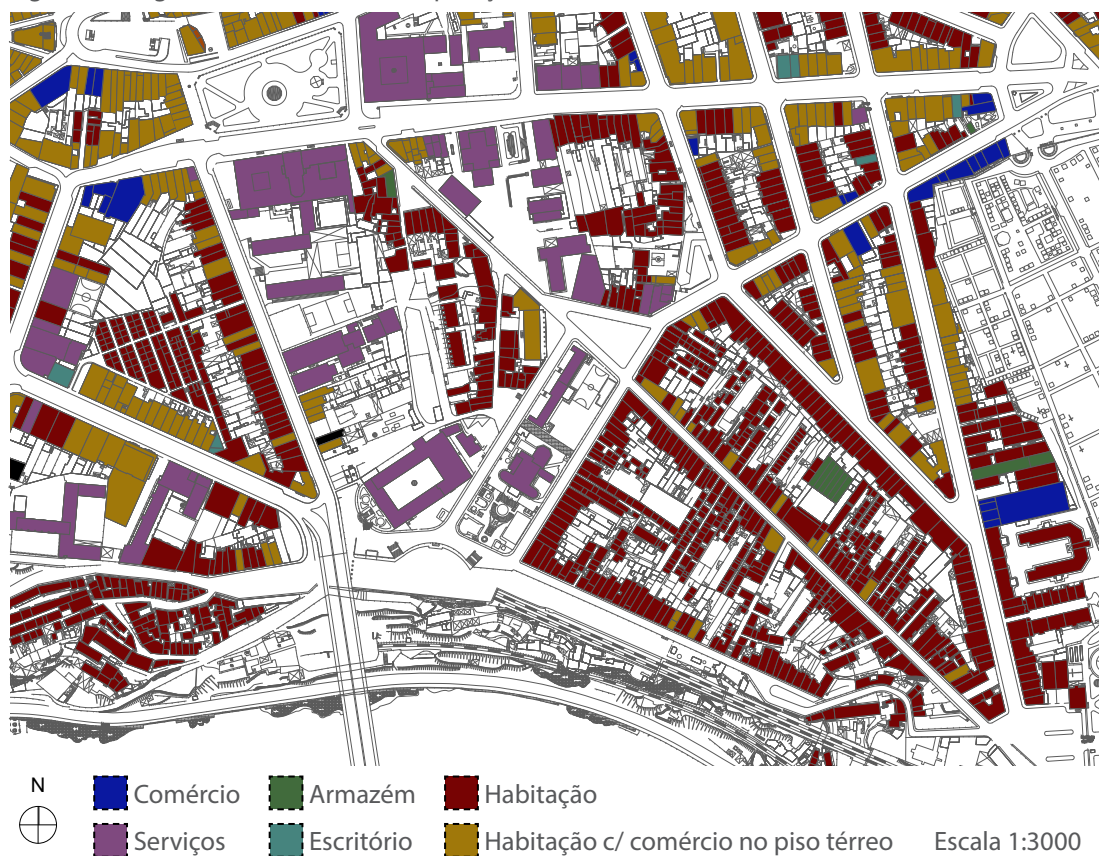




Fig. 56: Cartografia da envolvente da operação (A): estado de conservação.



Fig. 57: Cartografia da envolvente da operação (A): usos funcionais.



Para análise mais detalhada das várias dinâmicas da envolvente construída, efetuou-se um conjunto de quatro mapas que a definem pela sua densidade, ocupação, tipos de utilização e estado de conservação, dos quais foram retiradas três conclusões:

- i. Esta é uma zona compacta e densamente construída, cuja maioria das edificações se encontram ocupadas (Fig.55);
- ii. Verifica-se que a envolvente responde maioritariamente à função residencial, distinguindo-se nas artérias principais, pela presença da tipologia de habitação com espaço comercial no piso térreo. Apesar de em menor proporção, observa-se uma presença relevante de equipamentos, essencialmente, relacionados com a educação (Fig.57).

## II. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA URBANA

Fundamentando-nos nas análises anteriores sobre o contexto urbano, pode-se concluir que a envolvente, para além de densa e compacta, apresenta um grande dinamismo funcional de forte componente residencial, serviços e equipamentos escolares. Apurou-se que, nas artérias principais, foi instalado um efeito de proliferação da requalificação urbana, já influenciado pelas primeiras ações de reabilitação no Centro Histórico, concentrando-se, nestas zonas, o maior número de edifícios bem conservados.

Por oposição, o quarteirão em estudo é composto por uma grande percentagem de edificações cuja conservação se classifica entre médio a mau, essencialmente devido à grande concentração de “ilhas” que, apesar da envolvente dinâmica e ativa, resignam-se como uma parte da cidade desconhecida e invisível para a maioria da população.

Contudo, muitos dos moradores foram realizando uma manutenção frequente

---

<sup>28</sup> Segundo os critérios de classificação do estado de conservação de:  
Vásquez, B., I., e Conceição, P., (2015) *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*. 1ª Edição. Porto. Município do Porto. tab.1.1 p.29

das suas habitações, evitando que estas se transformassem em ruína, ação que indica vontade de melhorar as suas condições habitacionais, existindo assim, interesse na requalificação coletiva e participativa das “ilhas” deste quarteirão, caso sejam disponibilizados instrumentos e modelos de ação para tal.

Para além da manutenção realizada pelos residentes começa a surgir interesse por terceiros, existindo inclusivamente “ilhas” a ser renovadas para venda, cuja procura começa a ganhar popularidade entre jovens entusiastas por um estilo de vida mais comunitário e sustentável. Existem também “ilhas” a ser reabilitadas para albergar novos programas, destacando-se a iniciativa da artista plástica Dalila Vaz na reabilitação de uma “ilha” para residência de artistas, projeto de autoria do gabinete de arquitetura BAAU<sup>29</sup>.

Assume-se, neste trabalho, que o principal perfil de procura pelas habitações em estudo, não se focaliza apenas no seu lado económico, mas também na boa localização e no seu carácter comunitário, numa escala provavelmente não encontrada em nenhum outro local da cidade. Para além da grande percentagem dos habitantes nativos que gostariam de continuar a permanecer nas “ilhas”<sup>30</sup>, o potencial público-alvo para estes espaços são os jovens recentemente licenciados, os casais em vias de constituir família e ainda os estudantes universitários. Ademais deste perfil, podemos ainda reconhecer o interesse que estes espaços têm no setor turístico, quer pelo interesse histórico e cultural, quer pela sua condição compacta e económica ou pela proximidade ao Centro Histórico.

A reintegração destes espaços tem como principal objetivo explorar as características positivas da tipologia original e incorporar algumas das particularidades apresentadas no capítulo anterior, relativo aos casos exemplares para a habitação económica, compacta e sustentável.

---

<sup>29</sup> Portfólio da obra visitável em <http://www.baau.pt/>

<sup>30</sup> Numero de residentes que demonstra vontade de ficar, caso os espaços sejam requalificados; Vásquez, B., I., e Conceição, P., (2015) *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*. 1ª Edição. Porto. Município do Porto. tab.2.43 p.87

Desta forma, procura-se preservar a identidade do espaço através de uma solução tipológica que permita a apropriação do vazio de forma disciplinada que possibilite a introdução de novas funções, evitando o crescimento anárquico. Por outro lado, é imperativo reforçar a dimensão e qualidade da vida comunitária, privilegiando as áreas em comum e fomentando o contacto social, reintroduzindo o conceito das hortas urbanas e lavadouros comunitários, de modo a promover um ambiente saudável e ecológico, apropriado não só para cidade de hoje mas também para a de amanhã.

PLANO  
ORIGINAL

### III. SOLUÇÃO PROPOSTA PARA O CASO EM ESTUDO

O Bairro Praça da Alegria, a nível arquitetónico, demonstra-se peculiar na identificação de três momentos de construção distintos:

- i. O primeiro momento é representado pelas primeiras edificações implantadas no lote que estabelecem a frente contínua da fachada que define a Rua da Praça da Alegria. Este momento, composto por duas habitações de construção popular de dois pisos<sup>31</sup> e, entre elas, a entrada para o percurso de acesso interno às habitações da “ilha” (Fig.58).
- ii. O segundo momento é caracterizado pela introdução de pequenas unidades habitacionais no tardo das casas, de construção popular, dispostas em duas bandas com frente para o percurso central do respetivo acesso às habitações e aos sanitários coletivos. Apesar de este conjunto ser atualmente representado por três habitações, especula-se que sejam resultado de um processo de aglutinação entre as células originais, de número superior<sup>32</sup>. Estas seriam definidas por uma proporção mais estreita, com dimensões de quatro metros e vinte centímetros de largura e aproximadamente cinco metros de

<sup>31</sup> Atualmente uma em bom estado de conservação e outra em obras para reabilitação

<sup>32</sup> A teoria aqui esboçada baseia-se na presunção que cada célula seria assistida pelas características típicas da “ilha” do Porto sendo possível desconstruir estas unidades, através dos vãos que compõe a fachada, compreendendo que, para além dos sanitários coletivos, existiram sete unidades habitacionais originais.

comprimento, com uma área aproximada de vinte metros quadrados.

Os sanitários coletivos encontram-se em uso pelos moradores, apesar de estes se encontrarem arruinados e sem condições mínimas de utilização (Fig. 60).

iii. O terceiro momento consiste na ampliação do conjunto, projetado pelo arquiteto Ribeiro Rogério Rodrigues, onde, para além da reconstrução dos sanitários existentes, são adicionados mais catorze fogos em continuidade com a “ilha” existente, com estruturas de apoio ao sustento dos moradores, como galinheiro e campo para cultivo (Fig. 59).

Os fogos, já sob leis de salubridade distintas, procuravam ser de melhor qualidade construtiva e espacial, exibindo uma superfície de utilização mais generosa, com áreas interiores a variar entre os vinte e nove e os trinta e dois metros quadrados, um aumento de sensivelmente dez metros quadrados em relação às pré-existentes. Foi também adotada a construção de sanitários, privados de alcance exterior, localizados na entrada de cada fogo o que concedia um espaço prévio de fraccionamento, entre a casa e o percurso de acesso, cujas dimensões eram também consideravelmente superiores ao existente.

Por fim o espaço entre as duas bandas habitacionais era constituído por uma largura de quase oito metros, com o propósito da criação de espaços ajardinados e, desta forma, procurar a imagem tradicional de uma habitação unifamiliar com jardim individual. Estes novos elementos, introduzidos na tipologia, caracterizam o conjunto com uma maior amplitude luminosa, bem com um novo ritmo volumétrico, através do jogo de saliências na fachada, fugindo à imagem estreita e pouco iluminada das “ilhas” ordinárias<sup>33</sup>.

SITUAÇÃO  
ATUAL

O conjunto habitacional está, hoje, alterado e descaracterizado, especialmente nos pontos seguidamente designados (Fig. 61):

---

<sup>33</sup> Informação baseada no projeto de ampliação de R.R.Rodrigues, encontrado no Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Fig. 58: Primeira implantação no lote.

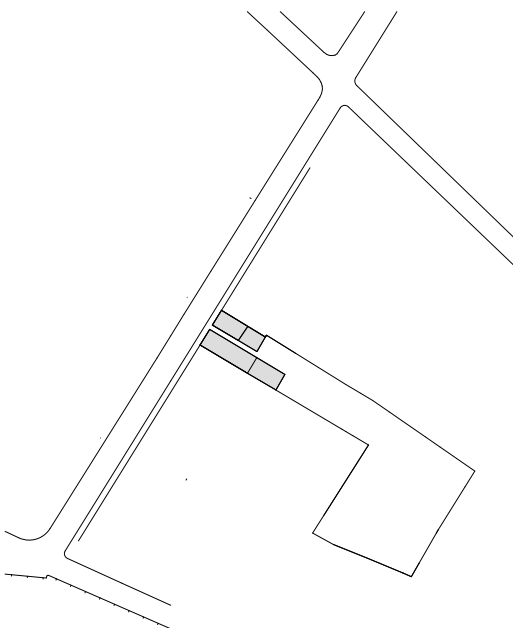


Fig. 59: Terceira implantação no lote.

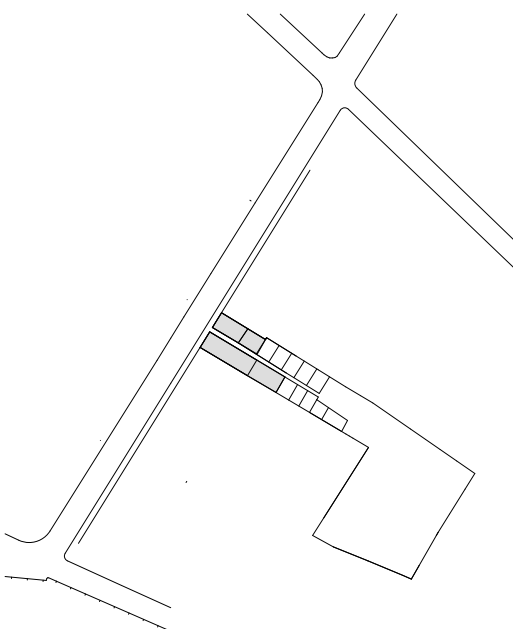
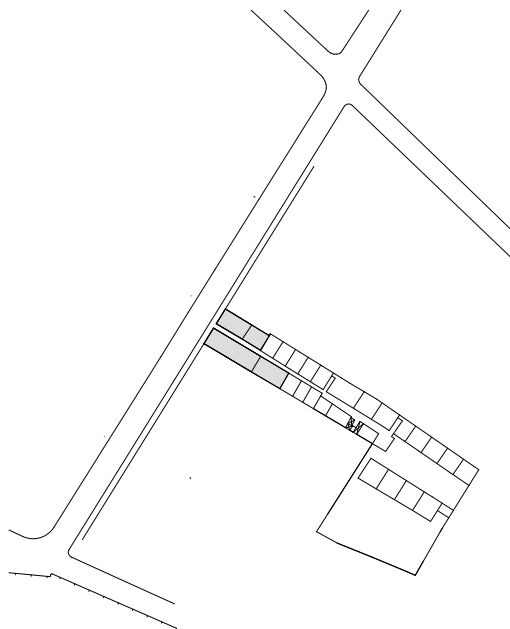


Fig. 60: Segunda implantação no lote.

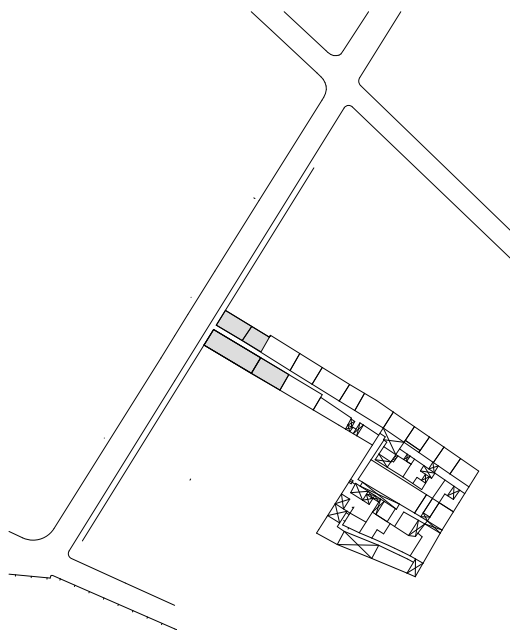


Fig. 61: Situação atual das implantações.





- i. Nas intenções volumétricas que compunham a fachada das últimas unidades a serem construídas onde, para maximizar a área interior dos fogos, a porta de entrada foi alinhada com o limite das saliências que abrigavam os sanitários exteriores, perdendo-se o momento de articulação entre o privado e o coletivo;
- ii. Ainda a verificar-se como alteração interior, tal como no primeiro conjunto construído que definia a “ilha”, existem, inclusive, unidades habitacionais aglutinadas às células vizinhas para potencializar o espaço de utilização;
- iii. Em relação ao largo em frente das unidades habitacionais destinado aos pequenos jardins individuais, poucos são os que se mantiveram como planeado, sendo que a maioria foi alvo de crescimento caótico de estruturas não planeadas, para arrumos e, em alguns casos, para adicionar área habitável aos fogos existentes;
- iv. As zonas comuns foram igualmente apropriados como espaços de anexos e casebres, construídos com recurso a materiais de muito pouca qualidade, encontrando-se, hoje, num elevado estado de degradação.

Todavia, ao confrontar uma das residentes com a questão das más condições habitacionais, esta respondeu: “isto é tudo o que me resta, gosto de viver aqui, só me vou mudar quando morrer”<sup>34</sup>.

Resumidamente, o conjunto habitacional encontra-se, hoje, desconectado do valor histórico, apresentando patologias problemáticas, derivadas da má iluminação, falta de ventilação e degradação das estruturas (Fig.62 - 65).

PROPOSTA  
ESPAÇO PÚBLICO

Revistos os principais pontos caracterizadores do caso de estudo, a solução proposta para as questões de acessibilidade e espaços colectivos caracterizam-se pelos seguintes momentos de intervenção:

- i. Supressão das estruturas insalubres, implantadas no logradouro, seguida da sua substituição por um espaço de horta comunitária e uma zona ajardinada para contacto entre vizinhos, de convívio seguro, especialmente para as crianças (Fig.66).

---

<sup>34</sup> Entrevista informal a uma das moradoras, encontrada no local.



4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

Fig. 62: Fotografia interior da “Ilha”.



Fig. 63: Fotografia interior da “Ilha”.



Fig. 64: Fotografia interior da “Ilha”.



Fig. 65: Fotografia interior da “Ilha”.



- ii. Erradicação dos anexos, no espaço entre as últimas células da “ilha”, e respetiva substituição por dois equipamentos coletivos de extrema importância: uma sala de convívio e um lavadouro comunitário (Fig.68).
- iii. Suprimir os sanitários coletivos em estado miserável, sendo estes substituídos por um conjunto de unidades de arrumação, permitindo que cada morador seja proprietário de um anexo suplementar à área útil do fogo (Fig.67).
- iv. Alargamento do percurso de acesso, através da reentrância destas estruturas de arrumo face o alinhamento das casas de dois pisos de construção primordial.
- v. A cobertura dos arrumos, sendo praticável, é pensada enquanto área promotora de atividades tradicionais da vida portuense. Exemplo dessas práticas são as ocasiões festivas, como é o caso da festa popular do São João<sup>35</sup> e o modo de secagem da roupa, geralmente realizado nas ruas da cidade.
- iv. Sob outra perspectiva, a cobertura, em consola, permite unir o alinhamento das primeiras casas de dois pisos com a reentrância destas células de armazenamento, estabelecendo a continuidade do conjunto.
- vi. A sala de convívio, destinada não só a reuniões da associação de moradores mas também a utilizações distintas, consoante as necessidades, funciona como um complemento à vida social entre vizinhos.
- vii. Por outro lado, o processo inerente à lavandaria é uma necessidade prioritária no quotidiano de qualquer cidadão, porém, devido às dimensões reduzidas das habitações, muitos dos moradores não têm espaço para máquinas de lavar/secar roupa, deslocando-se diariamente ao lavadouro comunitário, situado na Alameda das Fontainhas. A introdução de um lavadouro entende-se como uma infraestrutura fundamental de apoio aos moradores, igualmente importante para outras “ilhas” do quarteirão.
- viii. Previsão de um espaço articulador que possibilita a abertura de todo

---

<sup>35</sup> O São João do Porto é uma festa popular, festejada de 23 para 24 de Junho na cidade do Porto, em Portugal, onde é hábito a família, os amigos e os vizinhos juntarem-se para festejarem em conjunto.

PROPOSTA  
TIPOLOGIA

o conjunto a outras “ilhas” em contato direto com os limites do lote em questão, ambicionando uma rede habitacional entre todas as “ilhas” no interior do quarteirão.

Em relação aos fogos, a proposta pretende constituir uma tipologia que responda maioritariamente à necessidade funcional de habitar, compacta, capaz de ser referência para outros contextos através da densificação e verticalização dos vazios do lote. Assim, a tipologia habitacional proposta caracteriza-se pelos seguintes elementos (Fig. 71 - 81):

- i. Retoma do módulo original da “ilha”, pela praticabilidade da sua proporção no lote portuense, propondo-se, no caso em estudo, a supressão total das estruturas (Fig. 69).
- ii. Restabelecimento do espaço de articulação entre porta de entrada e percurso de acesso, através da criação de um pátio de receção com dois metros de profundidade por dois metros de largura que, por sua vez, permite o acesso a uma escadaria para o piso superior. Este espaço atribui ao percurso interno da “ilha” um novo dinamismo volumétrico e uma melhoria na luminosidade interna.
- iii. Divisão do módulo em duas zonas funcionais, cada uma com aproximadamente dois metros de largura. Uma destinada a uma cela de dormitório com sanitário privado, e outra subdividida entre cozinha e pátio de receção.
- iv. Verticalização da célula para melhor aproveitamento da área útil disponível, através da sobreposição de dois dormitórios, constituindo dois pisos independentes.
- v. Os espaços vazios podem ser mantidos como tal ou serem completados pelos moradores, permitindo a ampliação da casa até a um máximo de quarenta metros quadrados de área útil, vinte metros quadrados a mais que a área inicialmente disponível. Esta ampliação pode assumir diversas formas e funções, conforme as exigências dos utentes, desde o pátio em aberto para usufruir da área exterior, ao atelier de trabalho, ou simplesmente a adição de mais uma divisão de suporte à vida doméstica.

vi. Apesar de esta apropriação ser livre, consegue-se disciplinar a ampliação através do estabelecimento dos seus limites, tanto verticais como horizontais. A construção de apenas parte da casa permite que o investimento inicial seja aplicado na qualidade construtiva e não na quantidade, valorizando o conjunto patrimonial.

Em suma, a recuperação das proporções da célula original permite-nos construir fogos aptos para responder a necessidades funcionais básicas, inerentes à vida doméstica, através de uma tipologia racionada e minimalista, características essenciais na definição das “Ilhas”, estando consequentemente a preservar o lado histórico, cultural e social associado à memória inseparável a estas habitações.

Fig. 66: Primeira fase de demolição.

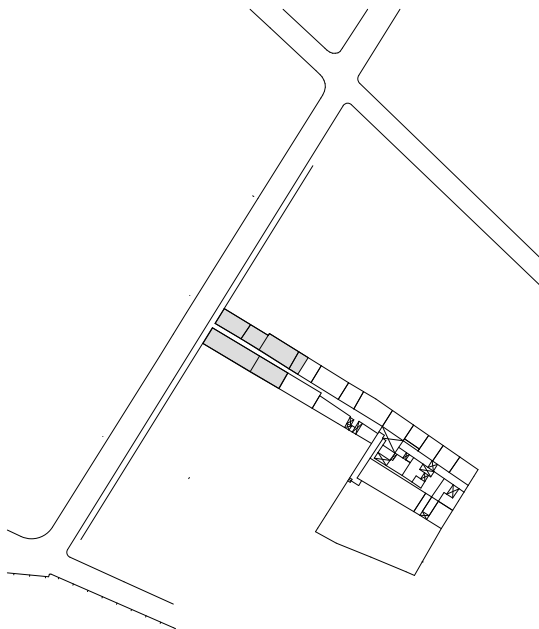


Fig. 67: Terceira fase de demolição.

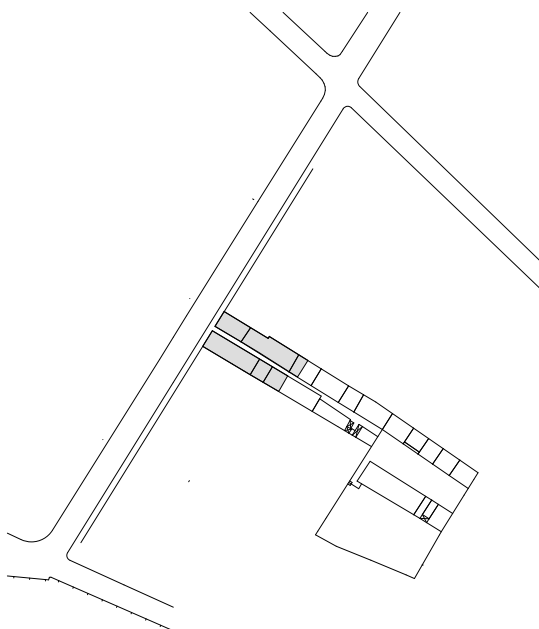
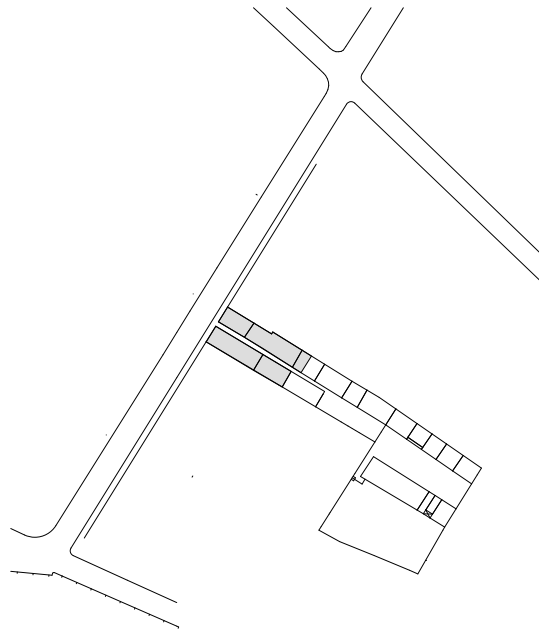


Fig. 68: Segunda fase de demolição.

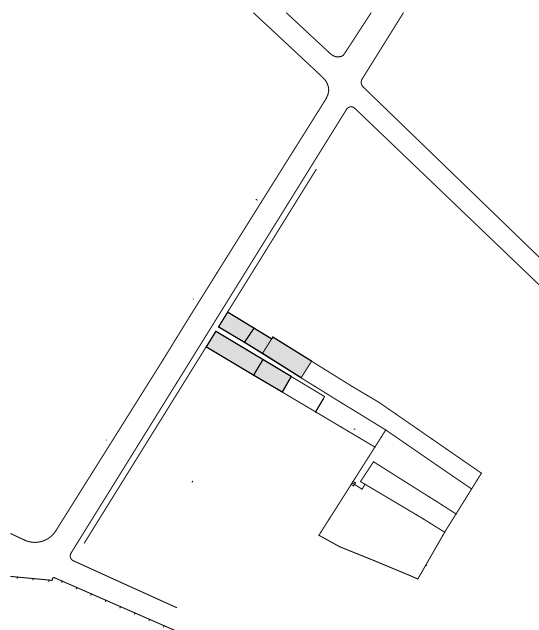
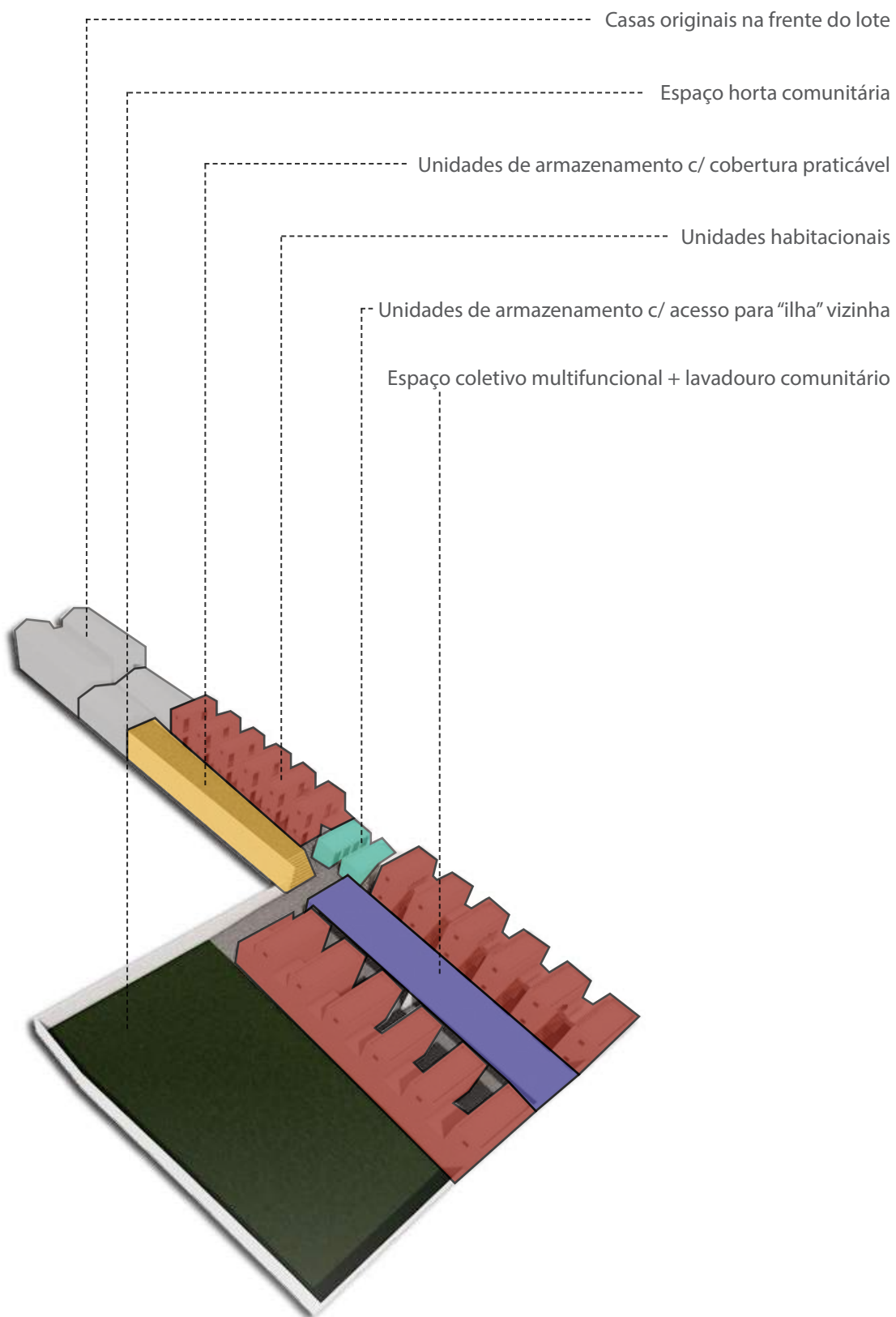


Fig. 69: Quarta fase de demolição.



Fig. 70: Disposição geral da intervenção na “ilha”.



4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIRROS

Fig. 71: Plano geral da intervenção na “ilha”.

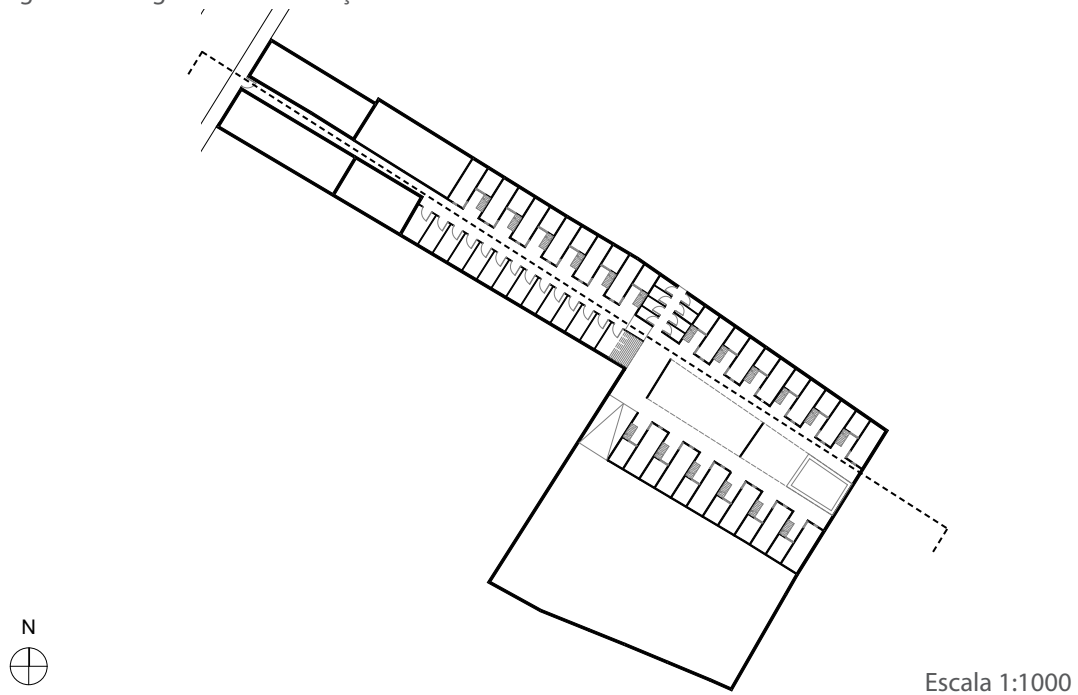


Fig. 72: Corte transversal da “ilha”: construção de origem.

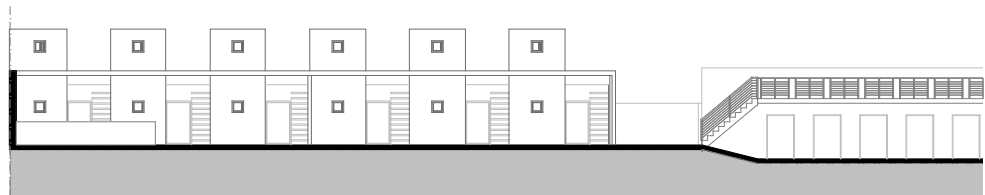
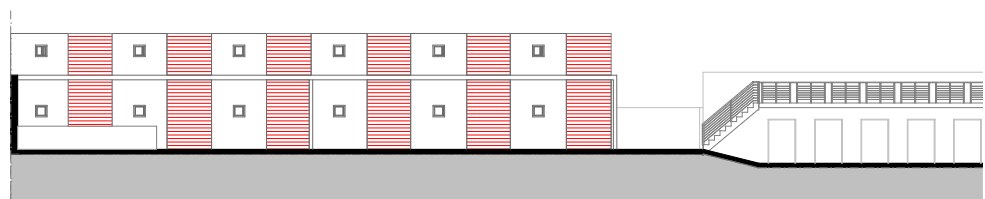


Fig. 73: Corte transversal da “ilha”: espaço previsto para a ampliação.



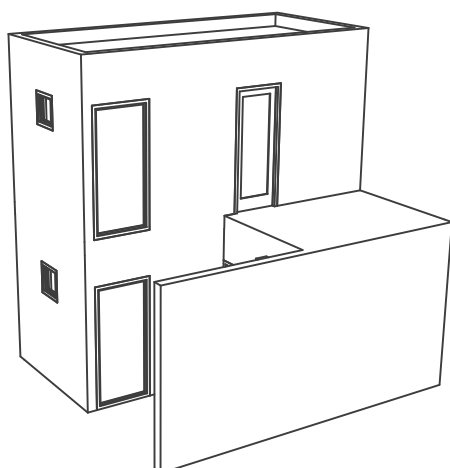


Fig. 74: Axonometria do módulo base.

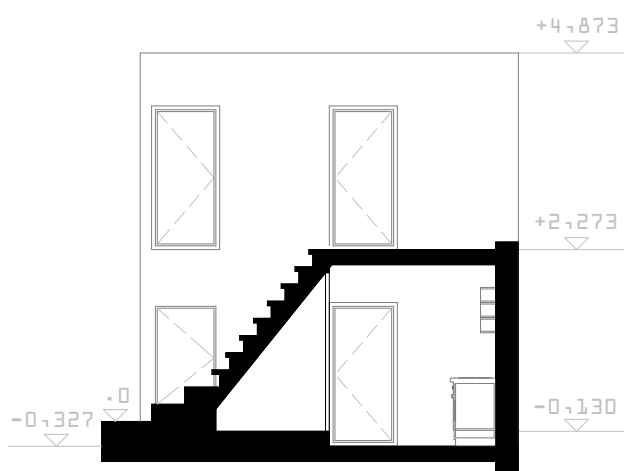


Fig. 75: Corte do módulo base.

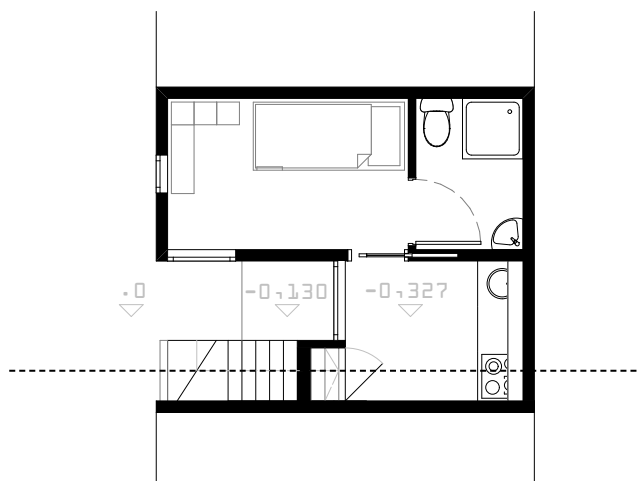


Fig. 76: Planta piso térreo do módulo base.

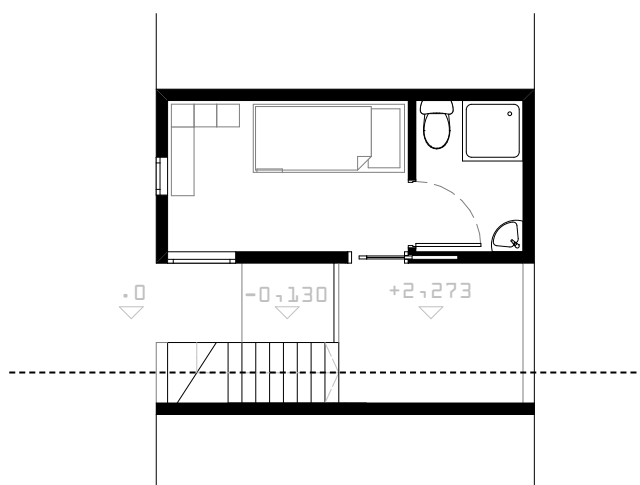


Fig. 77: Planta piso superior do módulo base.





4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

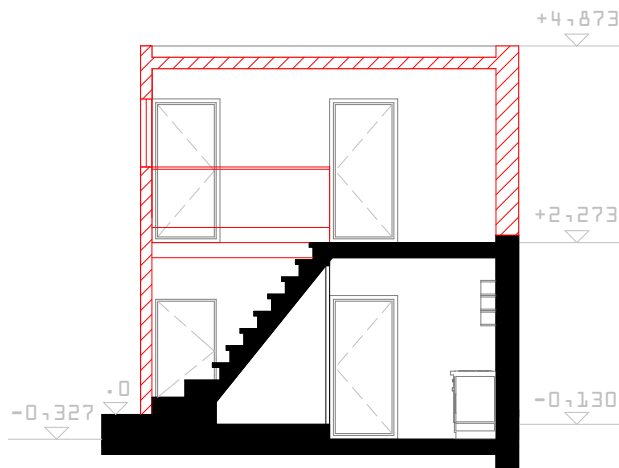


Fig. 78: Corte do módulo ampliado.

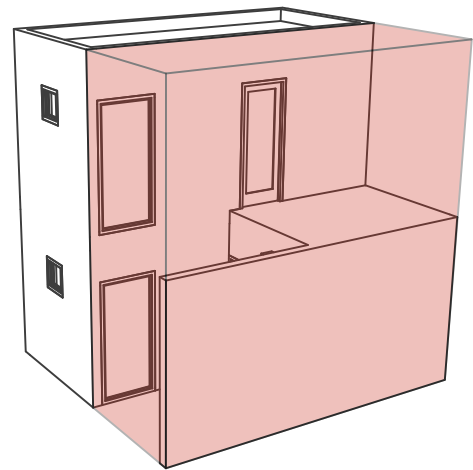


Fig. 81: Axonometria do módulo ampliado.

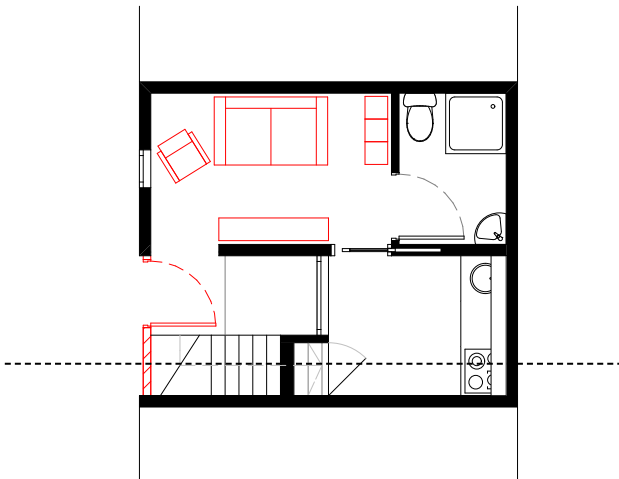


Fig. 79: Planta piso térreo do módulo ampliado.

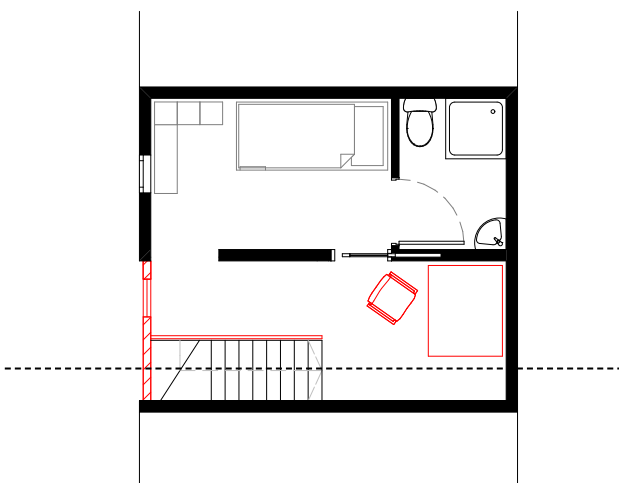


Fig. 80: Planta piso superior do módulo ampliado.



Fig. 82: Perspectiva da “Ilha”: percurso central, acesso às habitações e às unidades de arrumo.



Fig. 83: Perspectiva da “Ilha”: cobertura das unidades de arrumo, zona de secar a roupa.



4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

Fig. 84: Perspectiva da “Ilha”: espaço de convívio, coberto.



Fig. 85: Perspectiva da “Ilha”: lavadouro comunitário



Fig. 86: Perspectiva da “Ilha”: espaço de venda de produtos frescos



Fig. 87: Perspectiva da “Ilha”: zona horta/ jardim comunitário





### 4.3. ESTRATÉGIA DE REQUALIFICAÇÃO PARA O BAIRRO DA POLÍCIA

As condições habitacionais, miseráveis, proporcionadas pela tipologia “ilha”, obrigou o município a repensar a residência económica e a sua relação com a cidade.

Por conseguinte as novas tipologias operárias eram constituídas por casas unifamiliares germinadas, de um ou dois andares, cada uma com o seu próprio jardim que, apesar de serem referidas na propaganda política como casas para a classe laboral, estas eram dirigidas para pessoas de maiores posses, a funcionários públicos ou a trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime salazarista<sup>36</sup>.

Alguns destes novos modelos habitacionais, podem ser relacionados com o design habitacional francês, denominado por “Cité ouvrière Mulhouse” (1853-1897)<sup>37</sup>, dos quais se salientam duas famílias tipológicas:

- i. Um primeiro modelo habitacional denominado por “Carré Mulhousien”, caracterizado pela formação de um núcleo de quatro habitações, de planta quadrangular, com áreas a variar entre os trinta e os cinquenta metros quadrados, com duas frentes para os respetivos jardins privados.
- ii. A segunda tipologia desenvolvida, destinada aos trabalhadores mais qualificados, foi a casa em banda, geralmente composta por uma área mais generosa, com acesso a jardim privado. Os terrenos particulares eram vistos como um elemento equiparavelmente importante à própria casa, pois facultavam a criação de um espaço para cultivo ou lazer.

---

<sup>36</sup> Teixeira, M., C., (1996). *Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*. Lisboa, FCG/JNICT.

<sup>37</sup> Esta urbanização funcionou inicialmente com um laboratório composto por duzentas casas. Contudo, após o seu sucesso, a experiência foi expandida até às mil e duzentas unidades Jonas, S., (1993). “*Les villages ouvriers et Mulhouse*. In: *Article paru dans, Villages ouvriers, Utopie ou réalités? Actes du colloque international au Familistère de Guise. L’archéologie industrielle en France*, França.

A referência a estas duas tipologias francesas é pertinente, visto que os modelos habitacionais, aqui em estudo, enquadram-se sob as mesmas premissas que, tal como no caso anteriormente sintetizado, encontra-se incluído na Área de Reabilitação Urbana\*, em acordo com os objetivos do programa Norte 2014-2020\*.

que, Consequentemente, para a estratégia de requalificação, definiram-se, mais uma vez, três tópicos de síntese:

## **I. ANÁLISE DO CONTEXTO URBANO**

Para se compreender a integração urbana deste caso de estudo e, ao mesmo tempo, estabelecer um processo comparativo com o caso anterior, foram adotados os mesmos métodos e processos de análise cartográfica.

Assim, de acordo com o sistema de raios equidistantes de duzentos e cinquenta metros, estabelecido, anteriormente, para identificação da relação distância-tempo no acesso a transportes públicos mais eficazes e sustentáveis na sua envolvente, foi observado que, nas circunferências equivalentes aos setecentos e cinquenta metros e aos mil metros, encontram-se as seguintes paragens do Metro: “24 de Agosto”, “heroísmo” e “Campanhã” (Fig.88).

Em relação à envolvente construída, destacam-se os seguintes edifícios de interesse patrimonial e urbanístico<sup>39</sup> (Fig.89 - 91):

- i. O conjunto de bairros populares oitocentistas, atualmente em vias de ruína, apesar do seu estado parcialmente ocupado;
- ii. O Hospital de Joaquim Urbano que, apesar de ter encerrado recentemente, situa-se a poucos metros da operação em estudo;
- iii. O Estádio do Dragão, elemento chave na definição do polo desportivo que incube-se da procura proveniente de todo o concelho do Porto, quer pela sua

---

<sup>39</sup> Cartografia disponibilizada online pela Câmara Municipal do Porto.

dimensão e importância no âmbito do lazer, quer pela concentração de outros serviços, que, aliados à boa estrutura viária oferecida, atribuem à zona uma avultada relevância urbana.

Na definição da envolvente quanto à sua densidade, ocupação, tipos de utilização e estado de conservação, são expostos quatro mapas de estrutura semelhante ao caso anterior, onde nos é permitido determinar quatro conclusões:

- i. O território envolvente é de menor densidade construtiva, comparativamente ao caso da “ilha” (Fig.92);
- ii. Uma grande percentagem de edificações encontra-se parcialmente ocupada (Fig.93);
- iii. As dinâmicas funcionais da envolvente são sobretudo residências, sendo a principal tipologia encontrada a de piso térreo comercial, inerente ao facto de esta parte da cidade ser caracterizada por grandes artérias viárias. Existem equipamentos, na sua maioria garagens, oficinas e serviços públicos, com menor relevância funcional (Fig.95);
- iv. Relativamente à conservação, verifica-se que a mancha referente ao estado médio compõe a maioria dos casos, encontrando-se edifícios pontuais em bom estado, geralmente associados a requalificações nas artérias de maior importância e de ligação ao Centro Histórico (Fig.94).

## **II. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA URBANA**

Utilizando os dados obtidos das análises anteriormente referenciadas, podemos concluir que a malha urbana, do caso em análise, difere consideravelmente do contexto urbano do estudo relativo à “ilha”.

Em primeiro, o tecido urbano é caracterizado por uma menor densidade construtiva, confirmando-se uma tipologia habitacional predominantemente com o piso térreo dedicado ao comércio, apresentado valores de desocupação superiores ao caso da “ilha”.

Fig. 88: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente ao Metro, Estação S. Bento, Estação Campanhã e Estação de autocarros da Batalha.

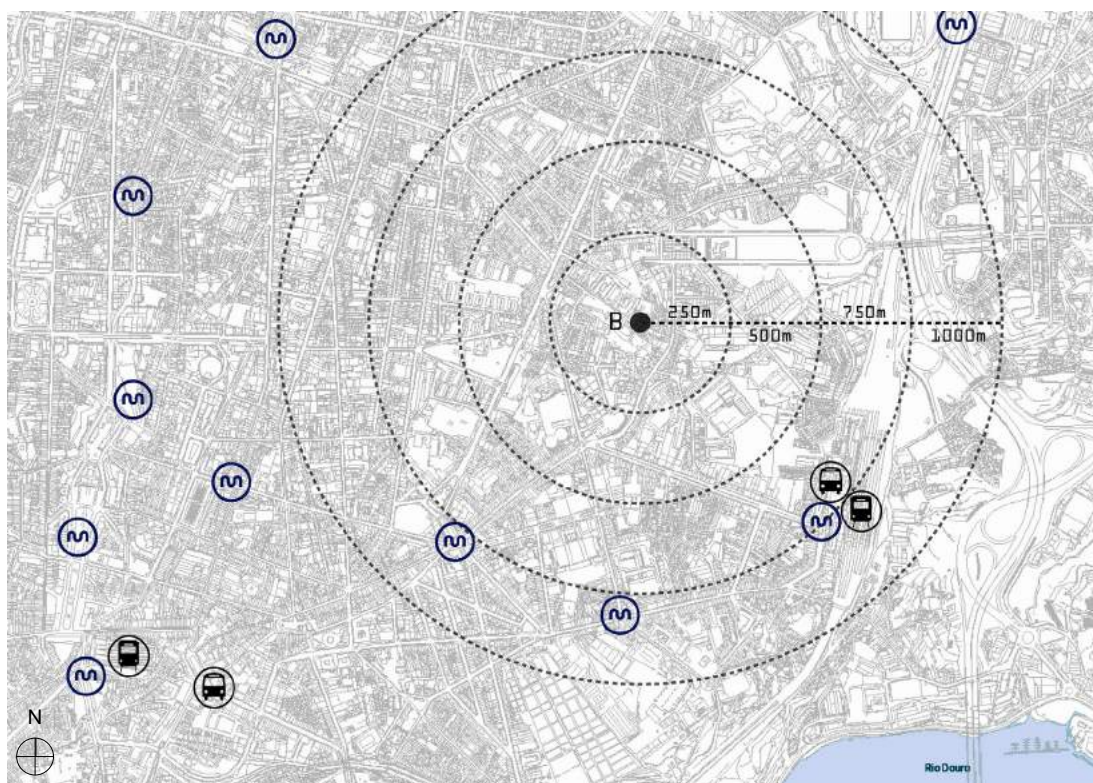
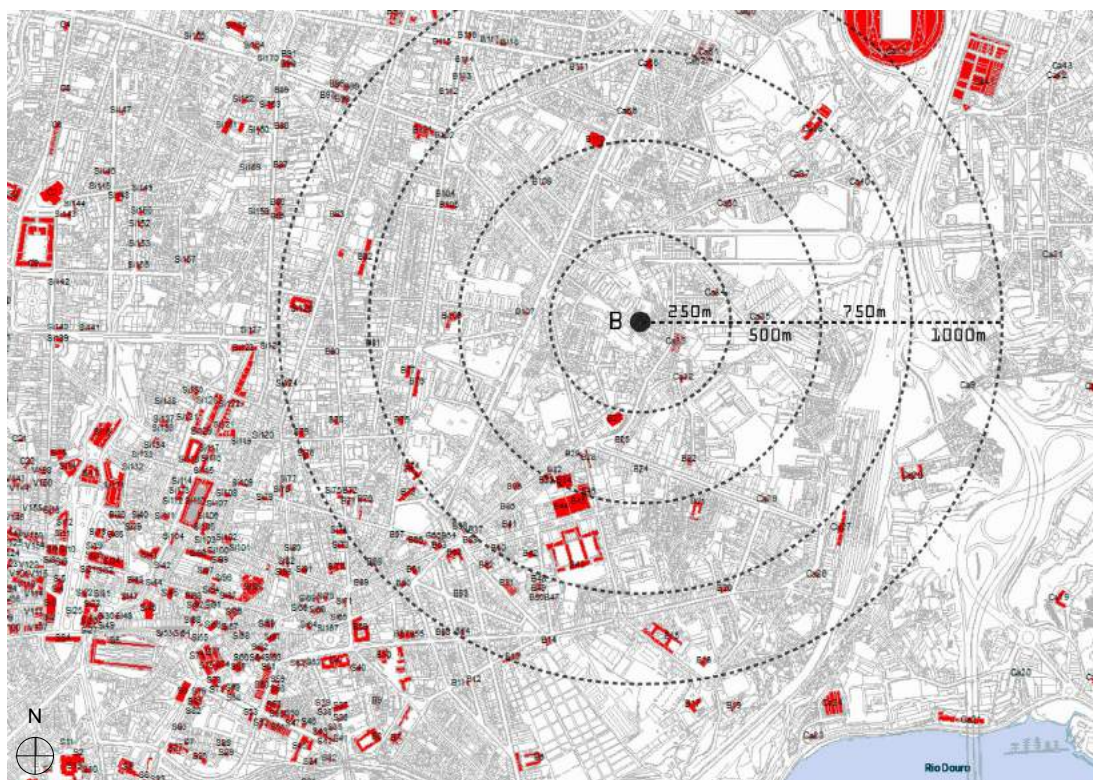


Fig. 89: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente a edifícios de interesse patrimonial.





4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIRROS

Fig. 90: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente ao zonas urbanas de interesse patrimonial.

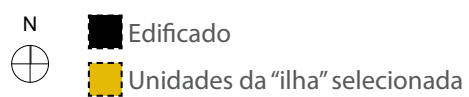
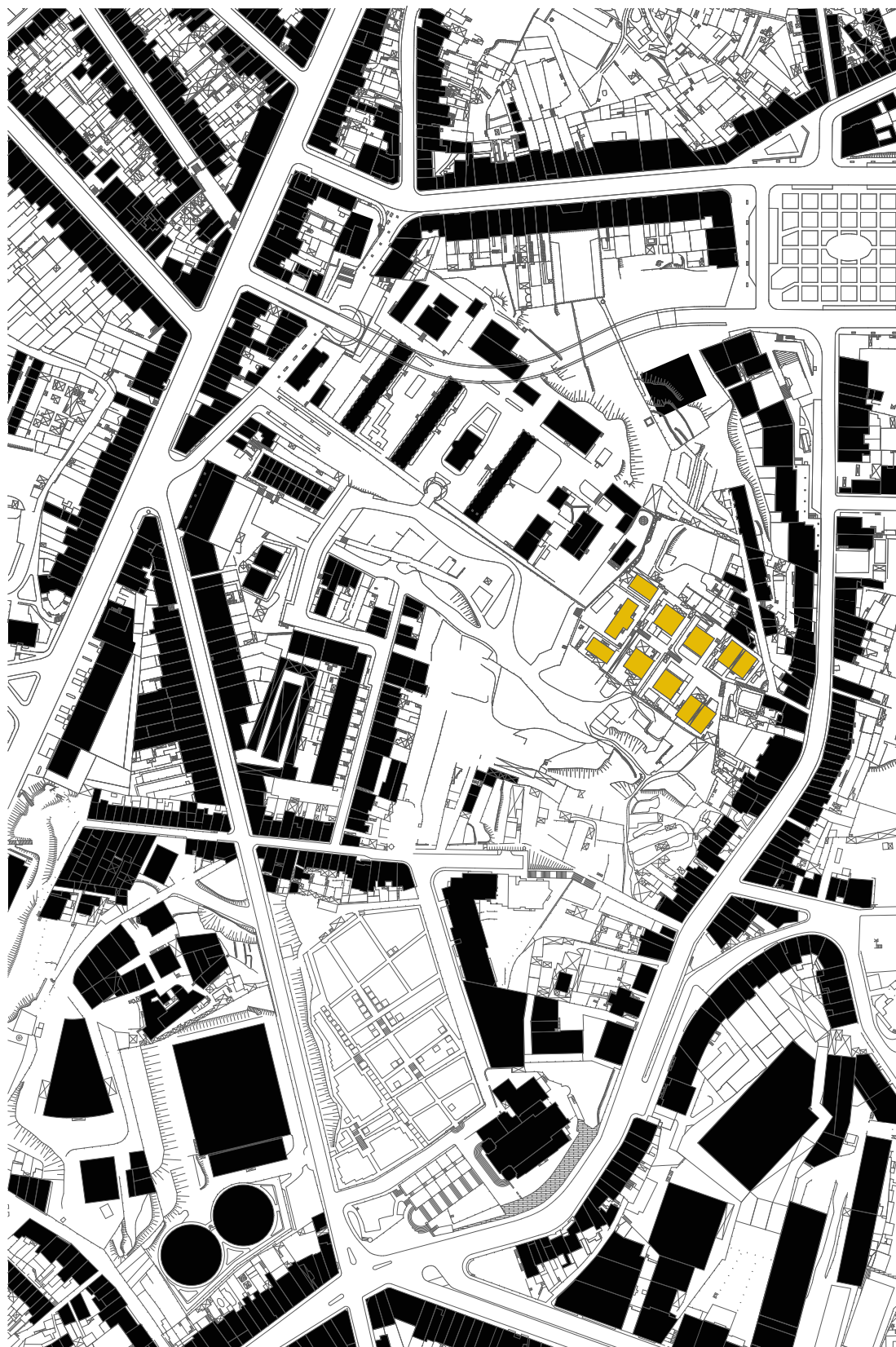


Fig. 91: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente a zonas verdes de interesse patrimonial.





Fig. 92: Cartografia da envolvente da operação (B): localização .



Escala 1:3000

Fig. 93: Cartografia da envolvente da operação (B): estado de ocupação .

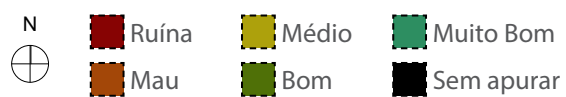


N  
⊕  
■ Devoluto  
■ Ocupado

Escala 1:3000



Fig. 94: Cartografia da envolvente da operação (B): estado de conservação.



Escala 1:3000

Fig. 95: Cartografia da envolvente da operação (B): usos funcionais



N  
Comércio Armazém Habitação  
Serviços Escritório Habitação c/ comércio no piso térreo Escala 1:3000

Em segundo, relativamente ao estado de conservação, a envolvente urbana do presente caso encontra-se mais degradada que a anteriormente estudado, concentrando grande parte dos edifícios com boa manutenção nas principais artérias de grande fluxo viário, permitindo a ligação com os equipamentos e serviços mais importantes da zona.

Resumidamente, são revelados alguns problemas urbanísticos, originados por recentes alterações viárias que impuseram barreiras e isolaram quarteirões do seu quotidiano normal. A panorâmica do caso de estudo abrange terrenos baldios, construções incompletas, bairros em ruínas e casas deterioradas. No entanto, durante o desenvolvimento deste estudo, foi noticiado a aprovação, pela Câmara do Porto, do projeto de requalificação da zona das “Eirinhas”, vizinha dos limites do presente caso, revelando-se mais pertinente e urgente o trabalho aqui documentado, perspetivando a possibilidade da sua integração no projeto que será executado.

Neste projeto é proposta a construção privada de habitação unifamiliar com o objetivo de albergar cem famílias e cerca de trezentos habitantes, reservando verbas para quarenta e oito fogos de habitação social destinados aos moradores que serão desalojados com a demolição das últimas Torres do Aleixo. Prevê-se a construção de um pavilhão polidesportivo, contribuindo para uma zona mais dinâmica, evitando a formação de guetos. Contudo, o projeto não abrange os vários bairros de construção popular existentes na sua envolvente direta, onde alguns destes já se encontram em completa ruína, apesar do seu interesse histórico.

Questiona-se, assim, a posição face a estas estruturas pré-existentes e quais serão as consequências destas novas construções para o Bairro em estudo no presente documento, atualmente com a maioria das suas casas ocupadas e que verá o seu acesso principal, de grande amplitude e visibilidade, concretizado pela frente do Hospital, ficar reduzido a caminhos improvisados e propícios a marginalização, perdendo a pouca integração que ainda mantinha com a cidade e, no pior dos cenários, este pode ser conduzido à decadência absoluta e perda do seu carácter cultural e social.



A requalificação do espaço apresenta-se como uma oportunidade de introduzir novas formas de ocupar a cidade contemporânea, mantendo o seu valor histórico, criando melhores condições habitacionais, preservando os valores comunitários e modernizando as habitações através da reinterpretação destas tipologias enquanto lares económicos, compactos e sustentáveis.

O perfil de procura por estas habitações é, portanto, definido, como no caso da “ilha”, pelo carácter económico e comunitário. Apesar das condições morfológicas e tipológicas de áreas mais generosas, o público-alvo, para além das famílias atuais que desejam permanecer, continua a focar-se nos jovens e famílias recém-formadas.

A reintegração destes espaços tem como igual objetivo ao caso anterior, a exploração de características positivas da tipologia procedente e a introdução de algumas das particularidades apresentadas anteriormente nos casos exemplares, para a habitação económica, compacta e sustentável.

Desta forma, a estratégia visa preservar o valor histórico destas habitações através da manutenção do seu aspeto exterior bem como da relação dos vãos com o interior, compreendendo as suas condicionantes mas manipulando o espaço a favor de uma organização espacial mais adequada ao quotidiano dos novos perfis de procura.

Em relação aos espaços exteriores pretende-se compreender o fenómeno da ampliação improvisada, transformando esta de forma mais organizada e disciplinada, permitindo manter a essência histórica presente nas soluções construtivas originais e, ao mesmo tempo, atribuindo um sentido de maior unidade a todo o conjunto apesar das diferentes tipologias existentes, distinguindo a nova intervenção da original. Intenciona-se igualmente, reforçar o espaço social e comunitário através de espaços de uso coletivo e zonas de horta urbana que permitam a criação de verdadeiros laços de fraternidade.

### III. SOLUÇÃO PROPOSTA PARA O CASO EM ESTUDO

O desenho original (Fig.96) para a encosta entre a Travessa das Eirinhas e a Travessa do Bonfim, previa a construção de uma escola primária de apoio a um conjunto de vinte e oito fogos unifamiliares económicos, construídos sob ideais de promoção de valores familiares e comunitários. O conjunto foi assim distribuído por seis plataformas desniveladas, desde a cota aproximada de cento e trinta e cinco à cota cento e dezassete, contendo dois acessos, um pela cota superior e outro pela inferior.

As várias relações entre plataformas e habitações são designadas da seguinte forma (ver anexos dos desenhos das tipologias originais, pp. 143 - 145):

- i. A entrada pela cota inferior é realizado por uma escadaria estreita e longa, com arranque na Travessa do Bonfim, que antes de atingir a primeira plataforma de habitações é interrompida por um patamar, intermédio, cotado a cento e dezassete metros, um espaço ajardinado de uso coletivo, representando um momento de aproximação do alcance à comunidade;
- ii. Dois metros acima encontram-se as primeiras quatro casas do bairro e respetiva escadaria de acesso à plataforma seguinte. Estas habitações são definidas por uma tipologia germinada quadripartida, de um só piso, com acesso individual ao interior de cada fogo. Para futuras referências no presente documento, esta tipologia será mencionada como tipologia (A);
- iii. O nível seguinte, na cota cento e vinte e três metros, é caracterizado por duas escadarias de união entre as plataformas seguintes, inerentes a um eixo central, com os respetivos núcleos habitacionais colocados nas laterais. Aqui são implantados três casas, uma de iguais características à tipologia (A) e duas germinadas e quadripartidas, mas de dois pisos e de características semelhantes às das já anteriormente referidas “carré mollousien”, que serão futuramente



Fig. 96: Cartografia da envolvente da operação (B): plano original.

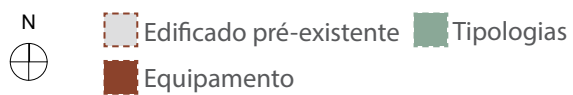
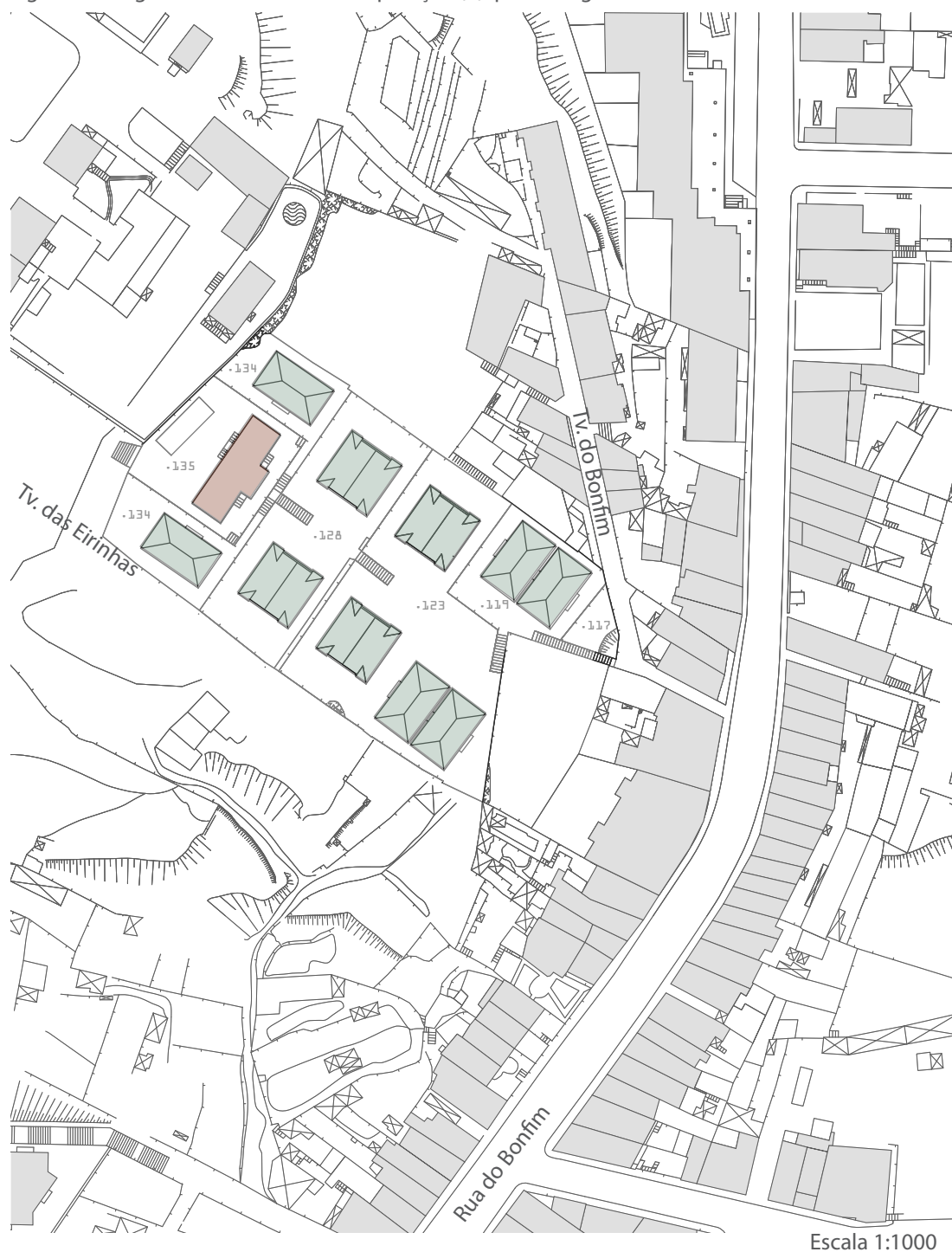
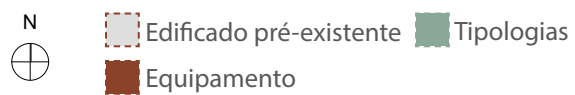
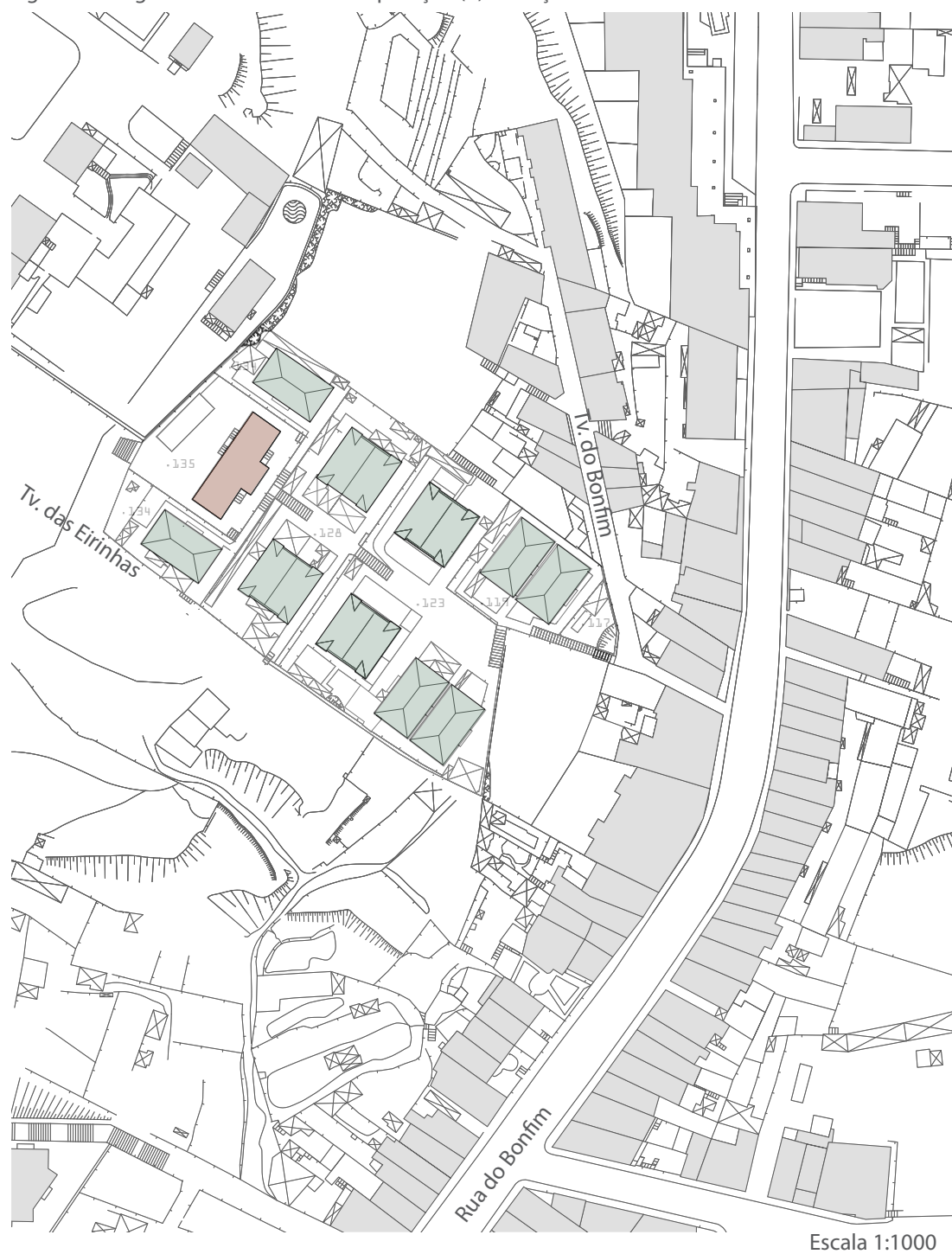


Fig. 97: Cartografia da envolvente da operação (B): situação atual.



referenciados como tipologia (B);

iv. Através deste eixo de circulação, é possível aceder às três últimas plataformas. A primeira na cota aproximada aos cento e vinte e oito metros, onde se implantam dois núcleos de tipologia (B), a segunda seis metros mais alta, onde se situam dois conjuntos habitacionais semelhantes à tipologia (A), germinadas mas não quadripartidas;

v. Por fim, a última, situada na cota de cento e trinta e cinco metros, onde se implanta a escola. Este equipamento, com sensivelmente cento e setenta e cinco metros quadrados, tem a sua entrada principal no extremo noroeste de todo o conjunto, realizado através da Travessa das Eirinhas, próxima do acesso principal do Hospital Joaquim Urbano, que permite o acesso longitudinal do bairro, entre a cota superior e a cota inferior;

#### SITUAÇÃO ATUAL

O panorama do bairro, hoje, (Fig.97) é no mínimo descaracterizador do valor histórico e arquitetónico devido, sobretudo, a fatores que a apropriação dos utentes foi instaurando, tais como:

- i. A fixação de uma vedação da plataforma onde se situa a escola, hoje devoluta, conduziu a que o acesso ao bairro pela cota superior tenha sido inviabilizado, sobrando um único acesso pela cota inferior. Impraticável para a maioria dos moradores, já com idades avançadas, a falta de um acesso viável obrigou a que os moradores rasgassem os limites exteriores do bairro para se improvisarem acessos;
- ii. Sobre a questão da acessibilidade é igualmente importante compreender que a introdução do elemento viário, na vida do quotidiano, não foi prevista no plano original. Consequentemente, os moradores, face à carência de lugares próprios para estacionamento, foram apropriando-se de terrenos alheios junto dos seus limites. Esta apropriação abusiva conduz a situações de conflito entre os proprietários dos terrenos e os moradores (Fig. 100).



Fig. 98: Fotografia bairros na envolvente



Fig. 99: Fotografia bairros na envolvente



Fig. 100: Fotografia chegada ao Bairro da Polícia.



Fig. 101: Fotografia Bairro da Polícia.



Fig. 102: Fotografia Bairro da Polícia.



Fig. 103: Fotografia Bairro da Polícia.



Fig. 104: Fotografia Bairro da Polícia.



Fig. 105: Fotografia Bairro da Polícia.



iii. Relativamente ao espaço comum em redor das casas, originalmente planeado para a criação de jardins individuais e espaços de contacto social, foi sofrendo um avolumamento de pequenas estruturas, de multiplicação orgânica e pouco planeada, conduzindo a uma imagem anárquica e confusa (Fig. 102).

iv. Quanto aos núcleos habitacionais, apesar de apresentarem estruturas bem conservadas, a grande maioria já sofreu remodelações tanto interiores como exteriores, embora pouco significativas, salientando-se somente as entradas da tipologia (B) que, pela transformação ocorrida, perdeu-se um elemento volumétrico de grande valor na caracterização arquitetónica.

Em suma, a mutação espacial a que o Bairro foi sujeito, revela-nos pistas relativamente às necessidades essenciais dos moradores, úteis para a elaboração da futura intervenção. Destaca-se a questão dos acessos como principal âncora de vários problemas, tais como a introdução do elemento viário e a acessibilidade às plataformas superiores.

#### PROPOSTA ESPAÇO PÚBLICO

Por conseguinte, a primeira fase de intervenção qualifica-se pelos subseqüentes pontos de idealização (Fig. 106 - 108):

i. Como alternativa viária, foi estudado um novo acesso à cota superior do bairro, através da Travessa do Bonfim, uma rua atualmente sem saída, mas onde existe a potencialidade de conexão ao bairro (Fig.106);

ii. Esta junção é conseguida através do aproveitamento de uma abertura por entre os edifícios existentes, concedendo passagem até aos terrenos devolutos que constituem o limite nordeste do bairro. Pondera-se assim, a possibilidade de ser proposta a aquisição destes, pelo município, para realizar uma zona que articule lugares de estacionamento público com o acesso às várias plataformas do bairro;

iii. Em termos de acesso pedonal existe, atualmente, uma escadaria que une a

Fig. 106: Cartografia da envolvente da operação (B): primeira fase de intervenção, ampliação plataformas.

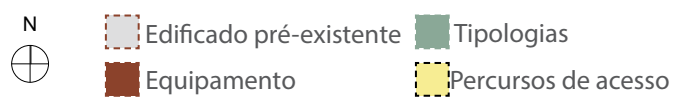
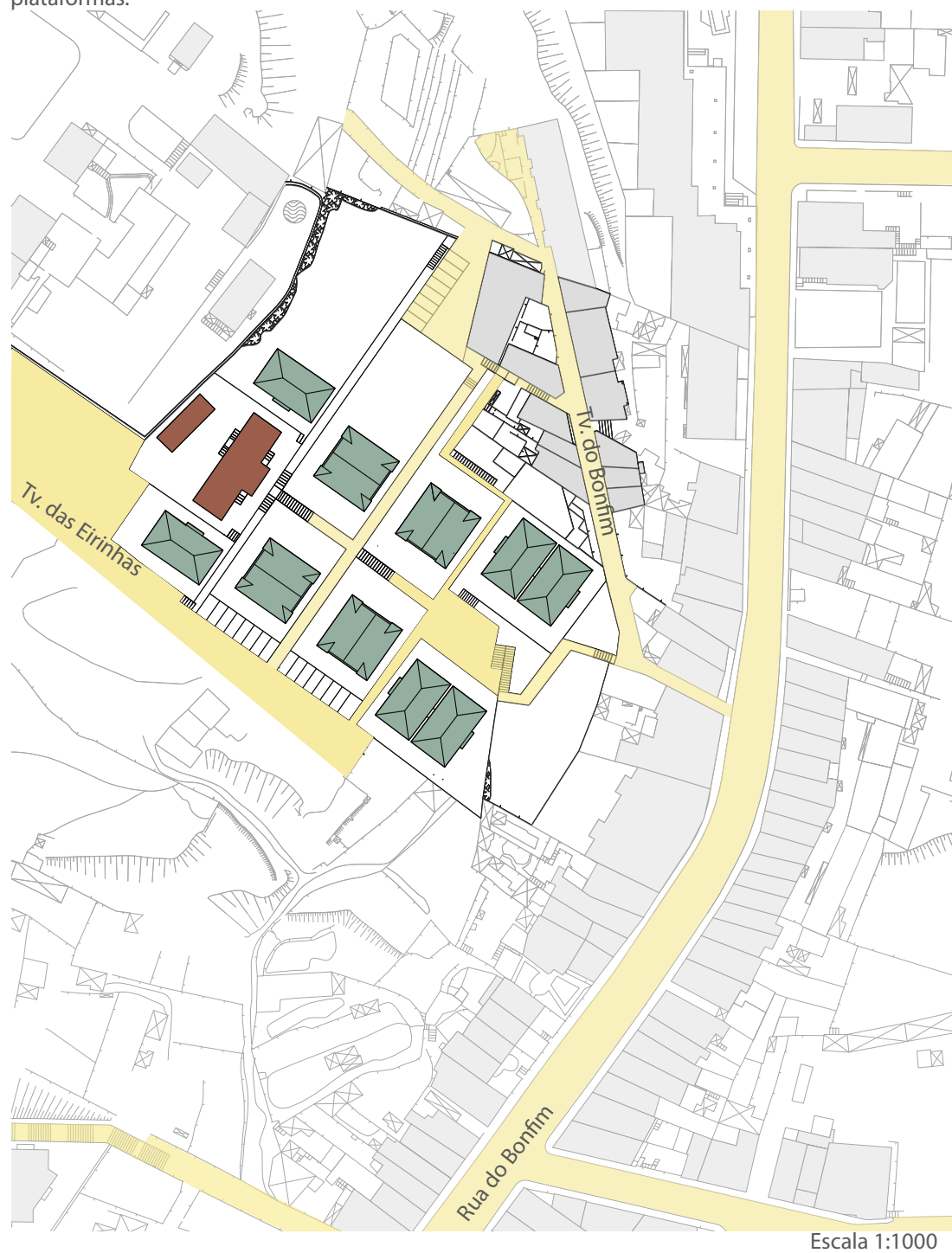




Fig. 107: Cartografia da envolvente da operação (B): segunda fase de intervenção, ampliação das casas.

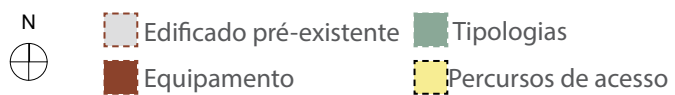
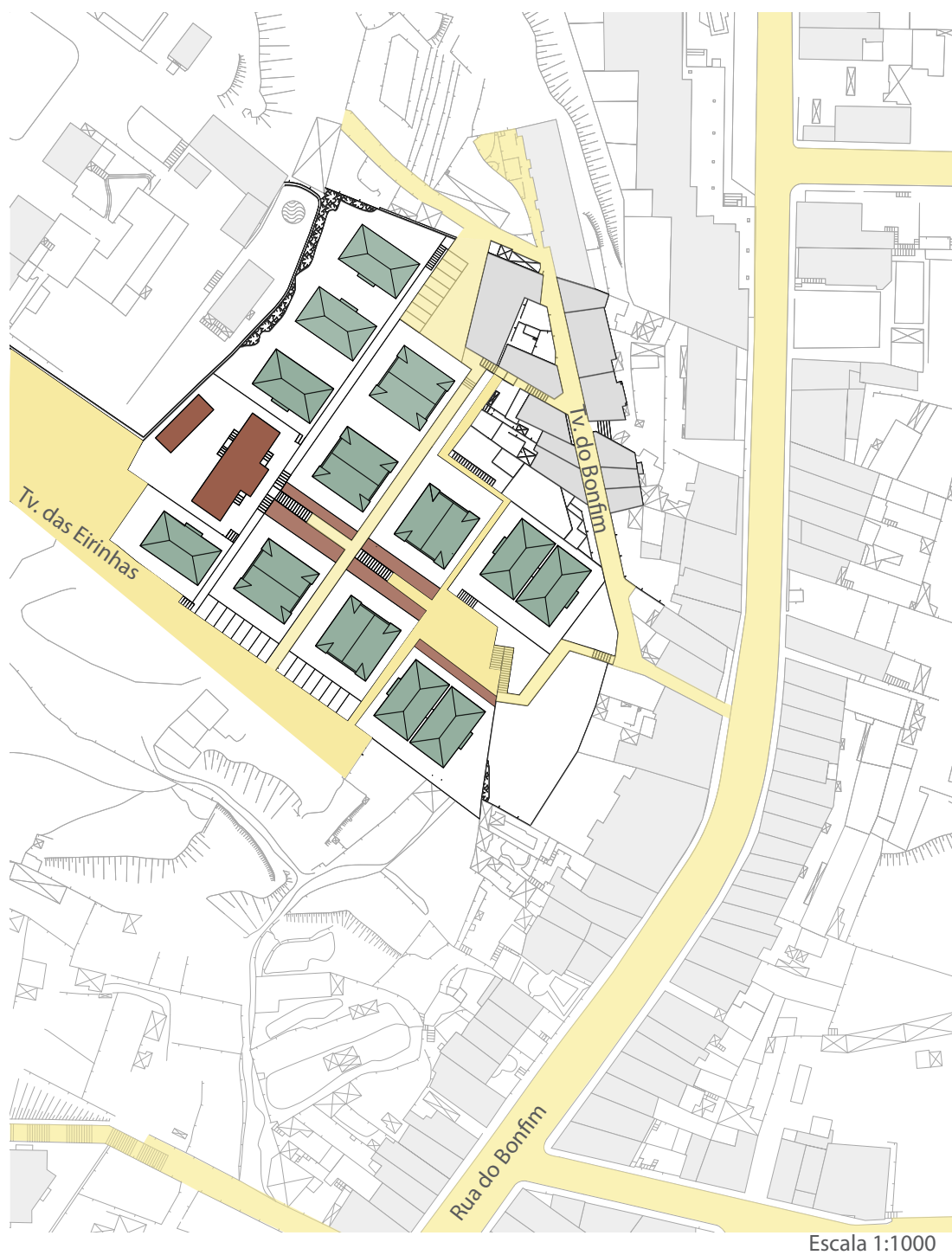
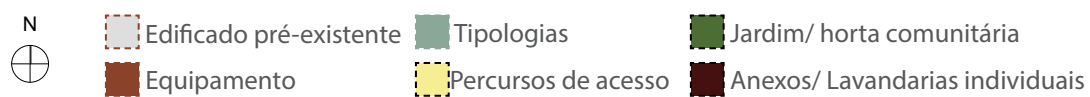
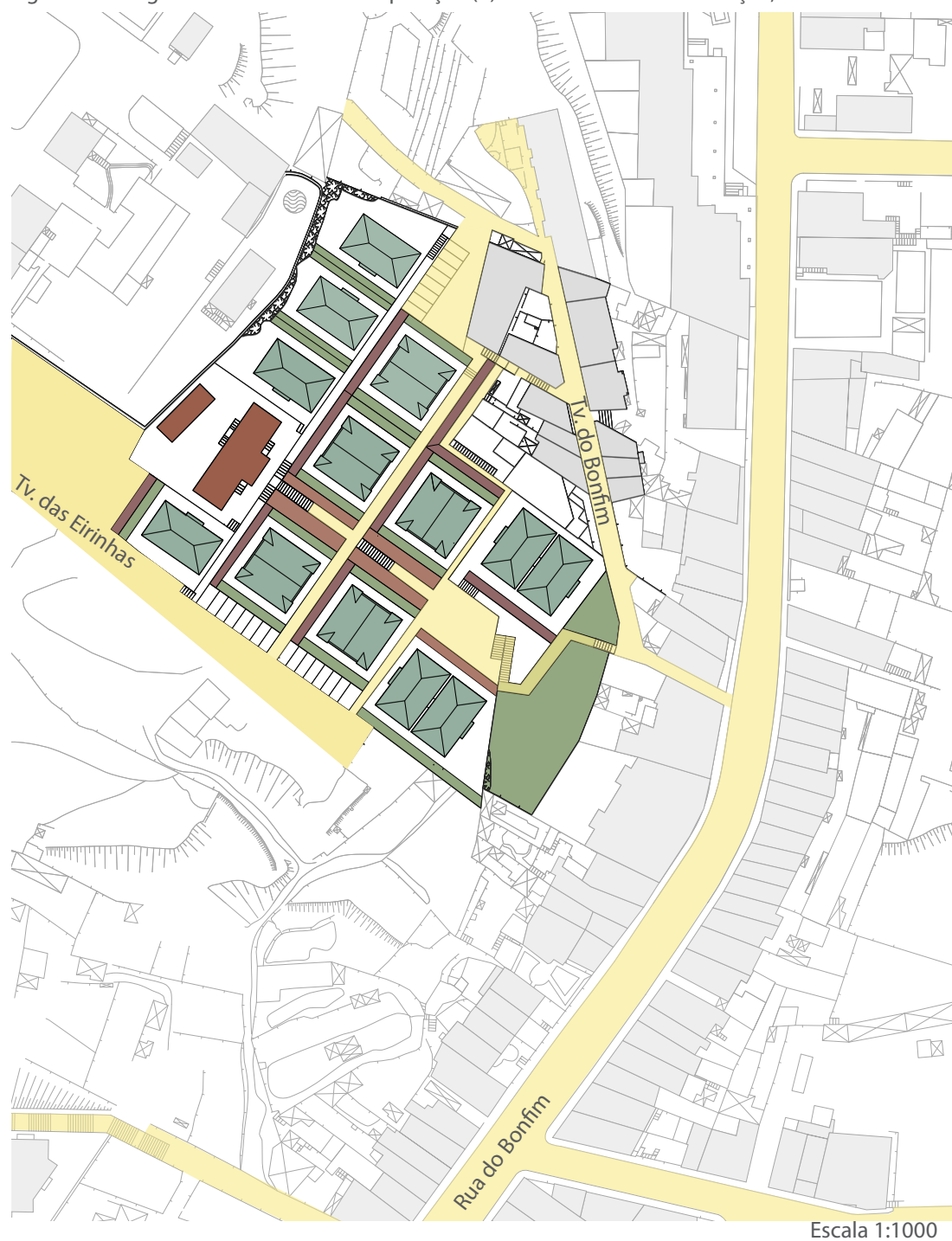


Fig. 108: Cartografia da envolvente da operação (B): terceira fase de intervenção, anexos e hortas.





Travessa do Bonfim aos mesmos terrenos, podendo esta vir a ser reutilizada como acesso pedonal à cota superior, alternativo à entrada pela plataforma jardim;

iv. Esta articulação permite que se estabeleça um sistema de percurso transversal, em alternativa ao único eixo de ligação central entre as várias plataformas. Consegue-se ainda deixar em aberto, a possibilidade de estabelecer ligação com outros pontos do contexto urbano;

v. No entanto, considera-se excessiva a dimensão generosa destes terrenos, somente para desempenhar esta função, apontando-se a oportunidade de expandir as plataformas na transversal, a partir dos limites das três últimas plataformas, prevendo a construção de mais dois conjuntos germinados. Semelhantes à tipologia (A) e outro de tipologia (B). Para além de expandir a capacidade habitacional do bairro, é obtido uma densificação da malha urbana, reforçando as dinâmicas que irão ser implementadas pelas novas edificações previstas no projeto da futura obra na Travessa das Eirinhas<sup>39</sup>;

vi. Em relação ao acesso pedonal, realizado pela escadaria da cota inferior, recomenda-se a redução do comprimento desta, somente até ao patamar intermédio, correspondente ao jardim da comunidade;

vii. Por sua vez, é ponderada a expansão deste patamar para a encosta, atualmente degradada, com estruturas arruinadas e resíduos ilegalmente depositados. Esta expansão nivelada, com o pequeno patamar ajardinado, permite a constituição de uma futura plataforma, de espaço público ajardinado, com possíveis equipamentos comunitários, zonas de convívio ao ar livre e ainda espaços para jogos coletivos;

viii. É criado um percurso, rompido através do jardim, entre a entrada deste e o elemento de comunicação vertical que permite o alcance aos níveis superiores.

ix. Para aceder a estes, propõe-se um novo patamar, intermédio, facultando o acesso às primeiras duas casas de tipologia (A) e às plataformas superiores.

---

<sup>39</sup> Referente ao projeto recentemente aprovado pela Câmara Municipal de habitação privada e social na Travessa das Eirinhas.

Através deste espaço articulador, consegue-se diluir a diferença de cotas, preservando a mesma linguagem pré-existente, contribuindo para a definição unitária do bairro;

x. Para resolver a descaracterização do bairro, causada pelas estruturas, desordenadas, adjacentes às habitações, teve-se como principal meta, a substituição destes mesmos, por edificações bem desenhadas, que satisfaçam a necessidade de espaço extra, mas de forma clara e em conformidade com a caracterização do agrupamento primordialmente edificado;

xi. Indica-se a disposição de uma estrutura suplementar à casa, com dois metros de largura, disposta junto do muro de contenção da plataforma, deixando livre o lado sul com frente para os vários percursos internos do bairro. Consegue-se, assim, favorecer a iluminação e ventilação natural. Este elemento destina-se à introdução de anexos, lavandarias individuais e hortas;

xii. Apesar desta componente adicionada densificar o conjunto e melhorar a definição dos limites internos, continuam a existir espaços vazios nas laterais das escadarias pertencentes ao eixo central, sem função e propícios à ocupação espontânea;

xiii. De modo a preencher estes espaços desguarnecidos, sugere-se a construção de estruturas de cobertura ajardinada, de planta livre, com o objetivo de abrigar programas recreativos como mercados de produtos frescos, “tasquinhas”, feiras de antiguidades ou têxteis, etc. Com isto, pretende-se a introdução de uma nova dinâmica no eixo central do bairro que permita a formação de uma rua de interesse para moradores, não só do bairro mas também da envolvente próxima;

xiv. Por fim, recomenda-se o alargamento das atividades descritas anteriormente até à escola, devoluta, ambicionando colocar o bairro enquanto charneira de novas dinâmicas urbanas.

4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIRROS

Fig. 109: 3D vista geral da operação (B).

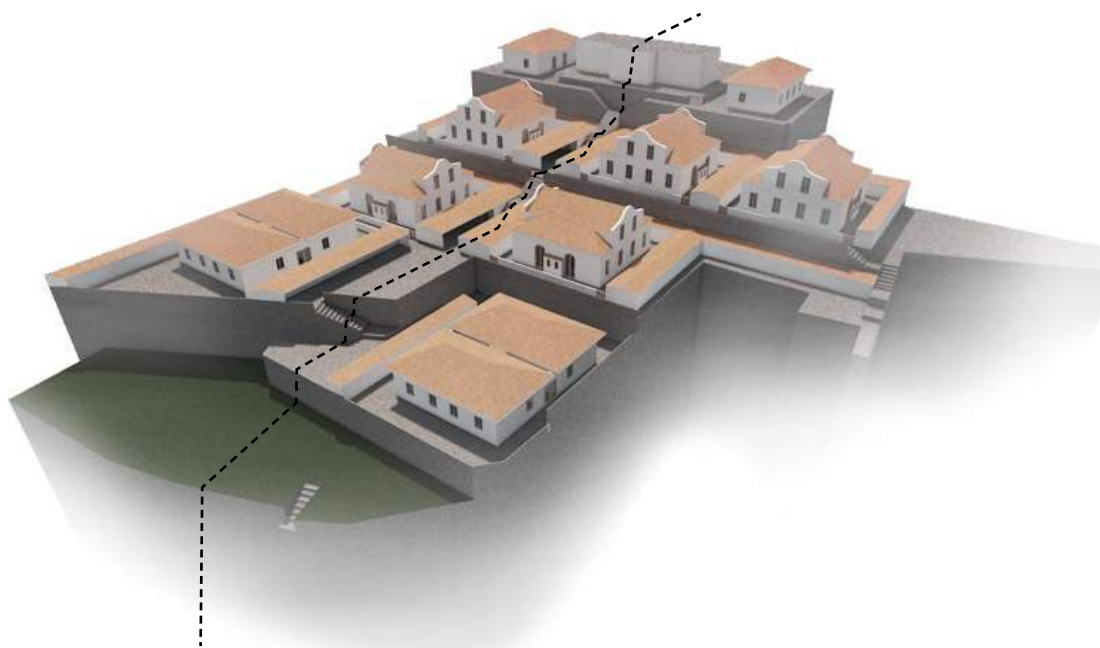


Fig. 110: Corte longitudinal da operação (B).

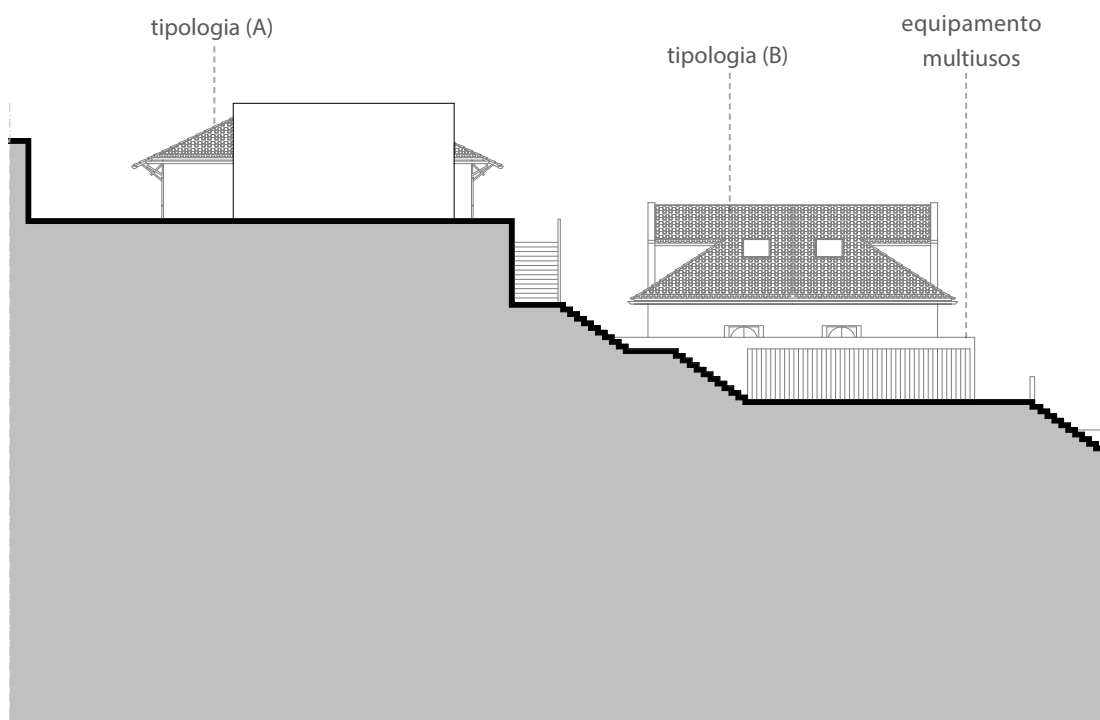


Fig. 111: Vista geral da operação (B): ênfase do eixo central para instalar novas dinâmicas funcionais.

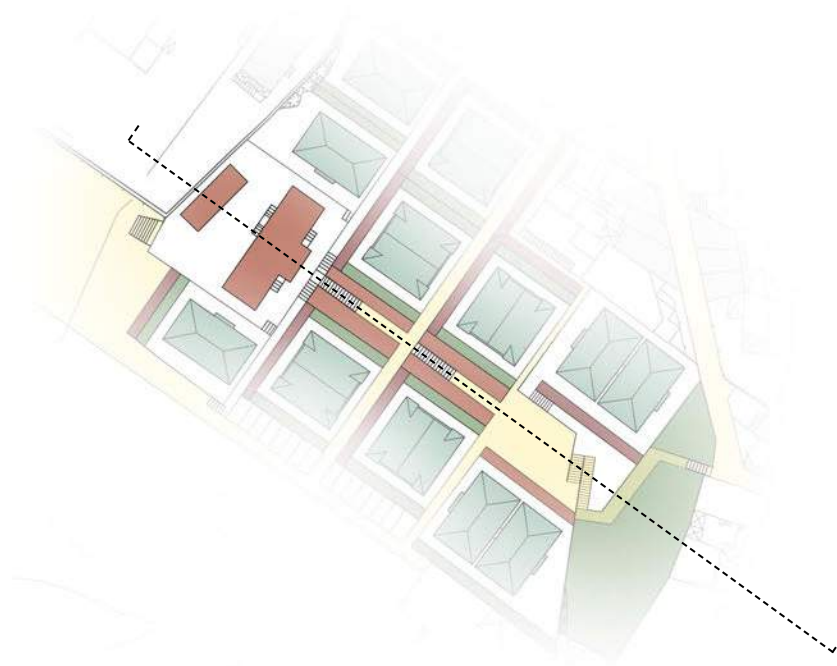
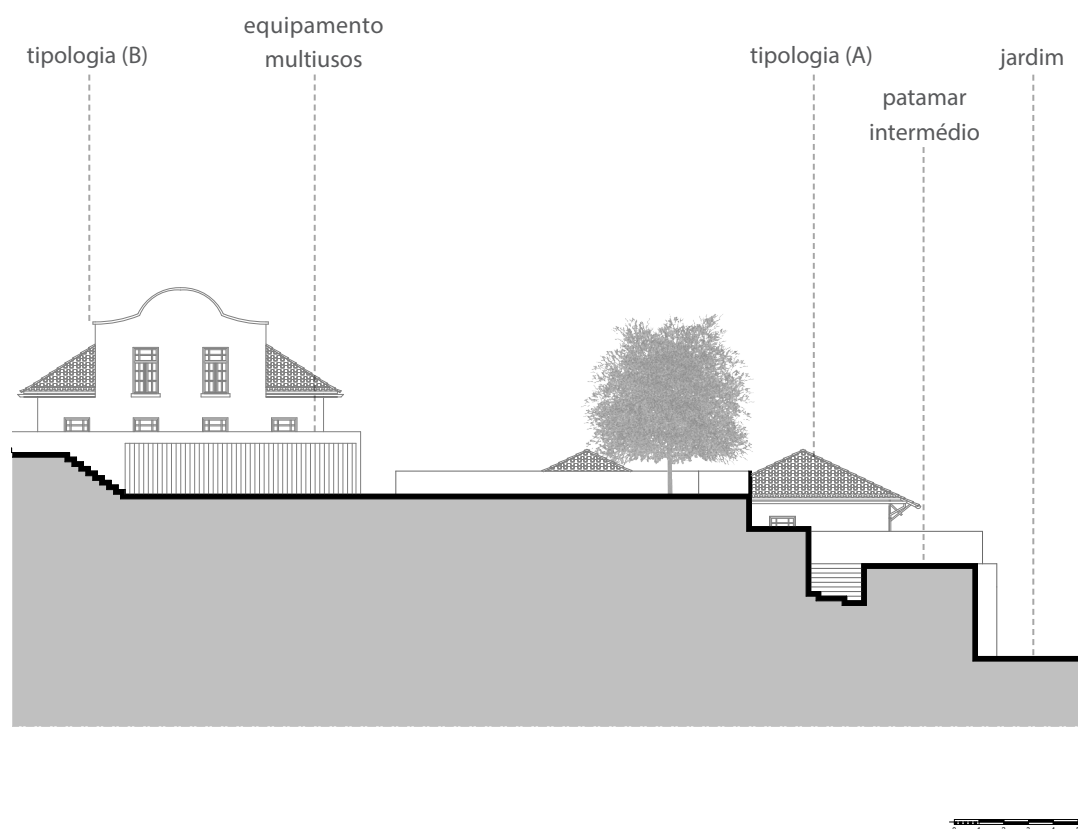


Fig. 110: (continuação) Corte longitudinal da operação (B).



PROPOSTA  
TIPOLOGIA (A)

**Segundo o desígnio de compreender o valor histórico e cultural, o conjunto procedente define-se em dois momentos:**

- a. Por um acesso individual, à habitação e ao quarto de banho exterior, realizado através de um corredor, centralmente disposto, no núcleo das quatro casas. Saliente-se a sua condição estreita e pouco iluminada;
- b. Os fogos, com uma área útil aproximadamente de quarenta e dois metros quadrados, são caracterizados, na organização interior original, pela divisão da planta quadrangular em quatro espaços, todos de área semelhante e cada um com iluminação natural, realizada por janela ou portada. O acesso ao interior é realizado diretamente pela cozinha da qual se pode aceder às três outras divisões.

O espaço, sob esta organização, responde somente às necessidades habitacionais essenciais, não proporcionando qualidade de estar nem características que promovam a apropriação e a preservação da identidade cultural e social de cada família ou indivíduo.

**Com tal finalidade, a proposta para a tipologia (A), designa-se pelos seguintes pontos de conceptualização (Fig.112 - 115):**

- i. Para os quartos de banho exteriores, pouco práticos no quotidiano, propõe-se a sua erradicação, transferindo-os para o interior de cada casa. Assim, sem este elemento, recomenda-se a união dos quatro corredores num só, originando um percurso restrito aos moradores, com mais área de circulação interna, tal como espaço para socialização;
- ii. A característica fundamental na reorganização interior é a criação de um mezanino, através da utilização integral do pé direito disponível, incluindo o espaço reservado para o sótão, definido pelo telhado de duas águas. Na sua totalidade, representa uma altura de cinco metros e vinte, desta forma, consegue-se transformar a casa, originalmente de um só piso, para uma casa de dois pisos de setenta e dois metros quadrados, mais trinta que a tipologia original;

Fig. 112: Corte transversal da tipologia (A): B-B'

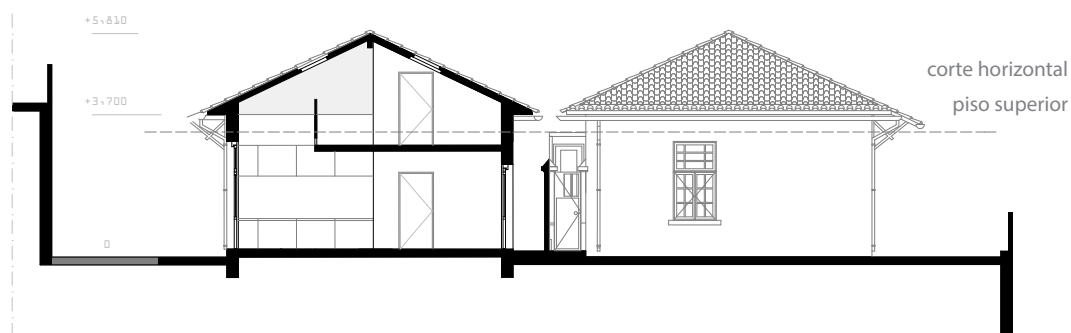


Fig. 113: Planta piso térreo da tipologia (A).



4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

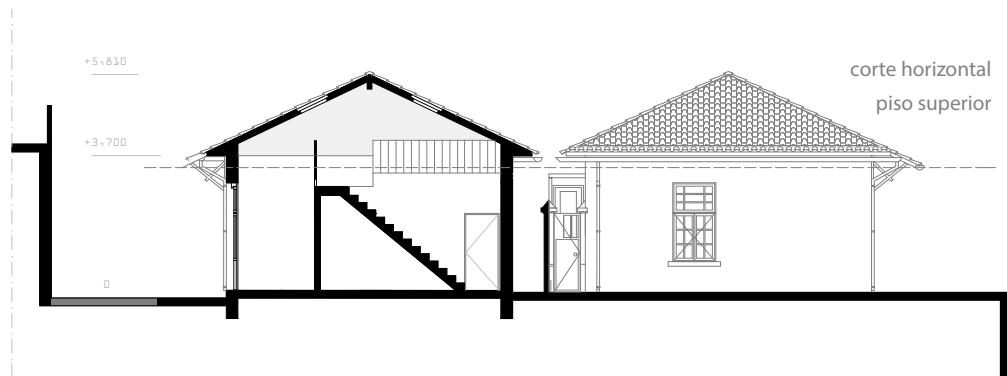
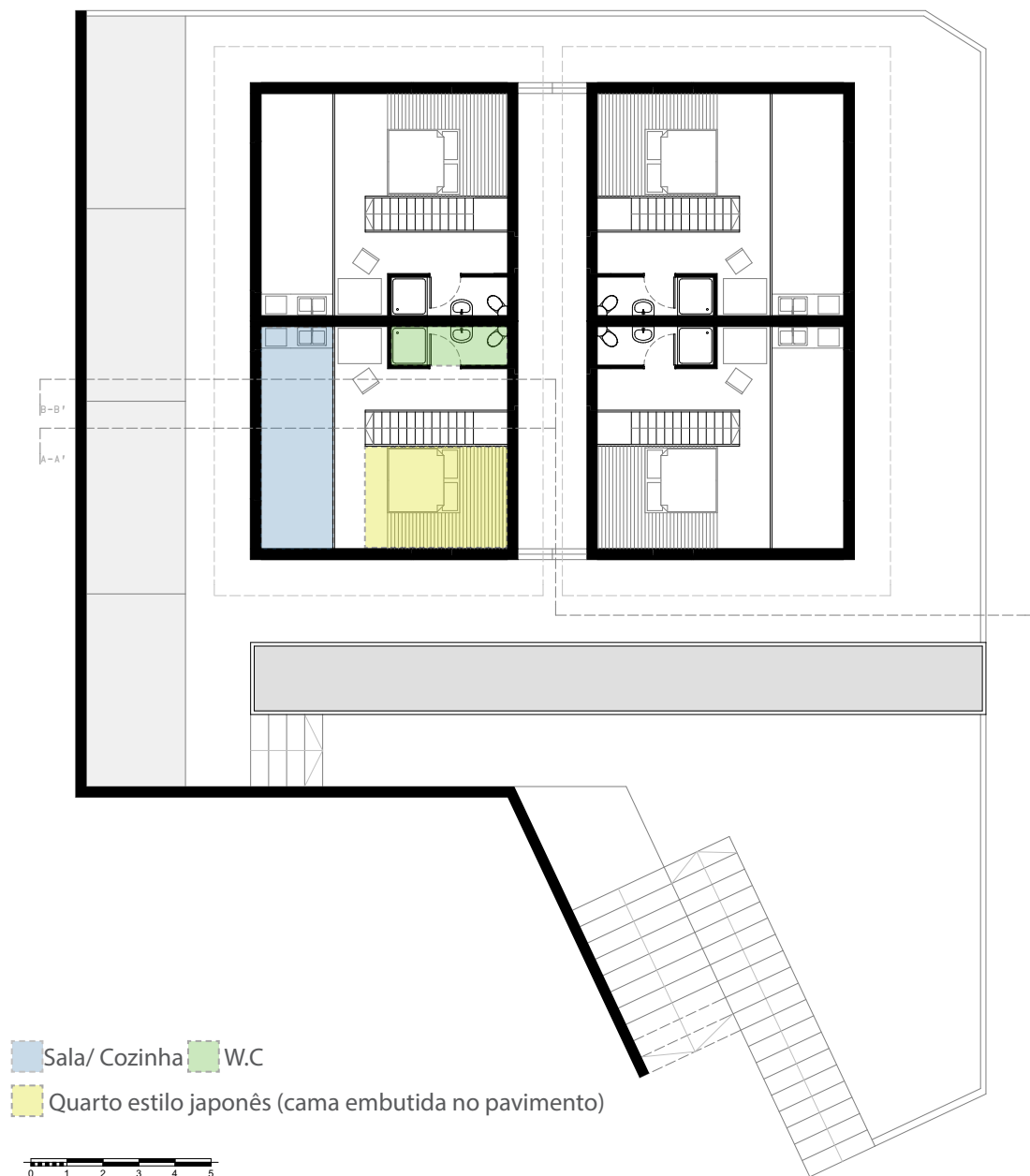


Fig. 114: Corte transversal da tipologia (A): A-A'

Fig. 115: Planta piso superior da tipologia (A).





iii. O momento de entrada na casa passa a ser talhado por um primeiro espaço de chegada, do qual é permitida a perceção da totalidade da casa, através do eixo visual com a cozinha, iluminada pela portada e pela reentrância modelada, de acesso ao mezanino e a uma divisão, no piso térreo, com iluminação natural, pensada para receber diferentes funções;

iv. A divisão do piso térreo, pode ser entendida como um quarto individual, com aproximadamente oito metros quadrados, colocando a possibilidade de fusão com a sala de estar, disposta do lado oposto da casa, funcionando como ampliação desta área, ou reservar este espaço para incorporar um escritório.

v. O mezanino é composto por nichos volumétricos que asseguram a apropriação do espaço de inúmeras maneiras, projetando em si uma zona de dormir, com cama embutida no pavimento e um quarto de banho privado, de características iguais ao do piso inferior;

vi. Regressando ao piso térreo, no mesmo espaço de receção, apenas alguns metros de distância da porta, encontra-se um quarto de banho completo. Embora de dimensões muito reduzidas, este é capaz de responder às necessidades mínimas da vida doméstica;

vii. A escadaria, anteriormente mencionada, é distribuída ao longo deste espaço de chegada, sendo a sua parte inferior utilizada para espaço de arrumação. Esta, com o seu comprimento, invade o espaço da cozinha, criando um estrangulamento com a sala, introduzindo um espaço de articulação onde poderá ser adaptada enquanto espaço com mesa de jantar. O fracionamento entre a cozinha e a sala reduz problemas funcionais, nomeadamente o alastramento de odores;

viii. Em relação aos diferentes pés direitos da casa, importa mencionar que, na divisão multifuncional do piso térreo, tem um pé direito de dois metros e oitenta e cinco, enquanto na restante parte da casa, coberta pelo mezanino, tem um pé direito de dois metros e cinquenta e cinco. Esta diferença deriva do facto da altura da janela do quarto térreo atingir uma altura máxima de dois

metros e oitenta, tal como nos restantes vãos da casa, não permitindo reduzir o pé direito original nesta área. Assim, no mezanino, é notado um desnível no piso, visualmente representado por uma plataforma com trinta e cinco centímetros de altura, à qual permite destacar no espaço amplo, enquanto sector mais contido, ideal para albergar a cama do quarto;

ix. A questão da acessibilidade para utentes de mobilidade reduzida, comprova-se uma meta inexecutável, pela necessidade de integração de todas as condições e elementos correspondentes à sua utilização, incompatíveis às áreas mínimas do fogo.

#### PROPOSTA TIPOLOGIA (B)

O discurso em relação à tipologia (B) em muito se assemelha à modelo anterior, apesar das características morfológicas distintas, guarda-se o mesmo desígnio da tipologia previamente analisada.

**Para compreender o valor histórico e cultural, o conjunto procedente define-se em dois momentos:**

a. A tipologia original, composta por dois pisos de área útil, aproximada a sessenta e seis metros quadrados, segmenta o piso térreo em três compartimentos. O primeiro destes corresponderia ao espaço de chegada, com acesso direto para o exterior, comportando nele, a cozinha, a sala de estar e a escadaria para o piso superior. Este, por sua vez, é igualmente dividido em três secções, mas apenas uma destas teria luz natural, não fornecendo condições mínimas de habitabilidade para as outras duas divisões;

b. Através da análise dos planos originais e da verificação das casas no terreno averiguou-se que, estas, apresentam uma alteração crítica, com implicações formais na plasticidade exterior – um negativo na fachada, contraposto ao volume saliente dos sanitários exteriores, que constitui um momento prévio à porta de entrada, de abrigo, tendo sido fechado e absorvido como elemento interior.

A relação dos grandes pés direitos, com os vãos largamente rasgados na fachada, os jogos de luz e sombra nas saliências cuidadosamente desenhadas, o remate em meia circunferência da fachada frontal, singulariza uma construção simples, sem recurso a muitos materiais nobres, mas de grande cuidado na plasticidade arquitetónica. Infelizmente, o conjunto tem vindo a descaracterizar-se, pretendendo-se, aqui, travar esta proliferação e recuperar as características perdidas.

**Sob este propósito, a solução proposta para a tipologia (B), designa-se pelos seguintes pontos de conceptualização (Fig.116 - 119):**

- i. Recomenda-se a recuperação do nicho de receção exterior e a manutenção da saliência externa do sanitário. Elementos chave na definição plástica do conjunto habitacional;
- ii. Rematar as saliências, na base, com dois degraus para compensar a diferença de cotas entre piso interior e piso exterior;
- iii. Preservar o sanitário no local original, conferindo-lhe uma área superior, para nele integrar um quarto de banho completo.
- iv. A chegada ao interior do fogo é assim acompanhada por este volume ressaltado na fachada, conduzindo a um pequeno momento de chegada, confinado entre porta de entrada, acesso ao sanitário e acesso à escadaria para o piso superior;
- v. Neste espaço de receção, estabelece-se uma perceção visual com todo o piso térreo, com a escadaria aberta para o novo *open space*, proveniente da fusão de todos os compartimentos deste piso;
- vi. Aqui incorpora-se a sala aberta sobre a cozinha, ampla e bem proporcionada, agradável pelo seu carácter bem iluminado e ventilado, associado a um pé direito de três metros e vinte e duas janelas de quase dois metros de altura;
- vii. Sob as escadas é reservado um espaço de arrumos;
- viii. A escadaria, de acesso à parte superior, de carácter mais privado é implantada, paralelamente, ao sanitário do piso térreo, concedendo maior

economia do espaço de contacto direto com as fachadas livres, razão pela qual a escadaria original procurou uma localização semelhante. A sua forma em “U” é rematada para o lado interno da casa, proporcionando mais área útil.

ix. A receção no andar superior é personalizada por um pequeno corredor de acesso aos quatro novos compartimentos integrados no andar.

x. Destes um é o sanitário, encastrado em espaço sobrance do alinhamento da escadaria, incluindo compartimento para duche, que formam, sobre si, um espaço de sótão para arrumação.

xi. A terceiro das divisões, definida por nove metros quadrados, constitui o quarto principal que contempla a única janela existente no piso.

xii. A quarta divisão espacial é um dormitório, com seis metros quadrados e cinquenta centímetros, com luz zenital. Este compartimento localiza-se na zona em que as águas do telhado impõem um pé direito mais condicionado, apesar de ser garantida a dimensão mínima de utilização;

xiii. Por fim, através da divisão previamente referida, acede-se à última superfície espacial do andar que, pela redução abrupta do pé direito, não pode ser habitável, sendo destinado a arrumos.

Fig. 116: Corte transversal da tipologia (B): A-A'

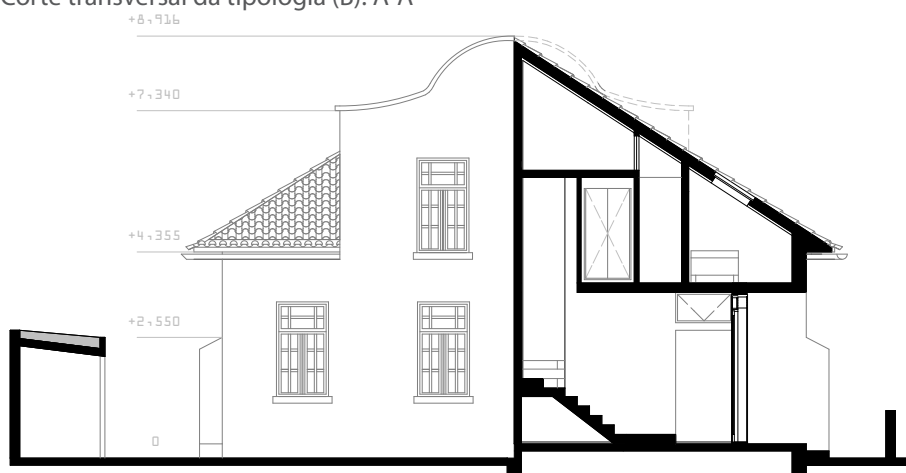
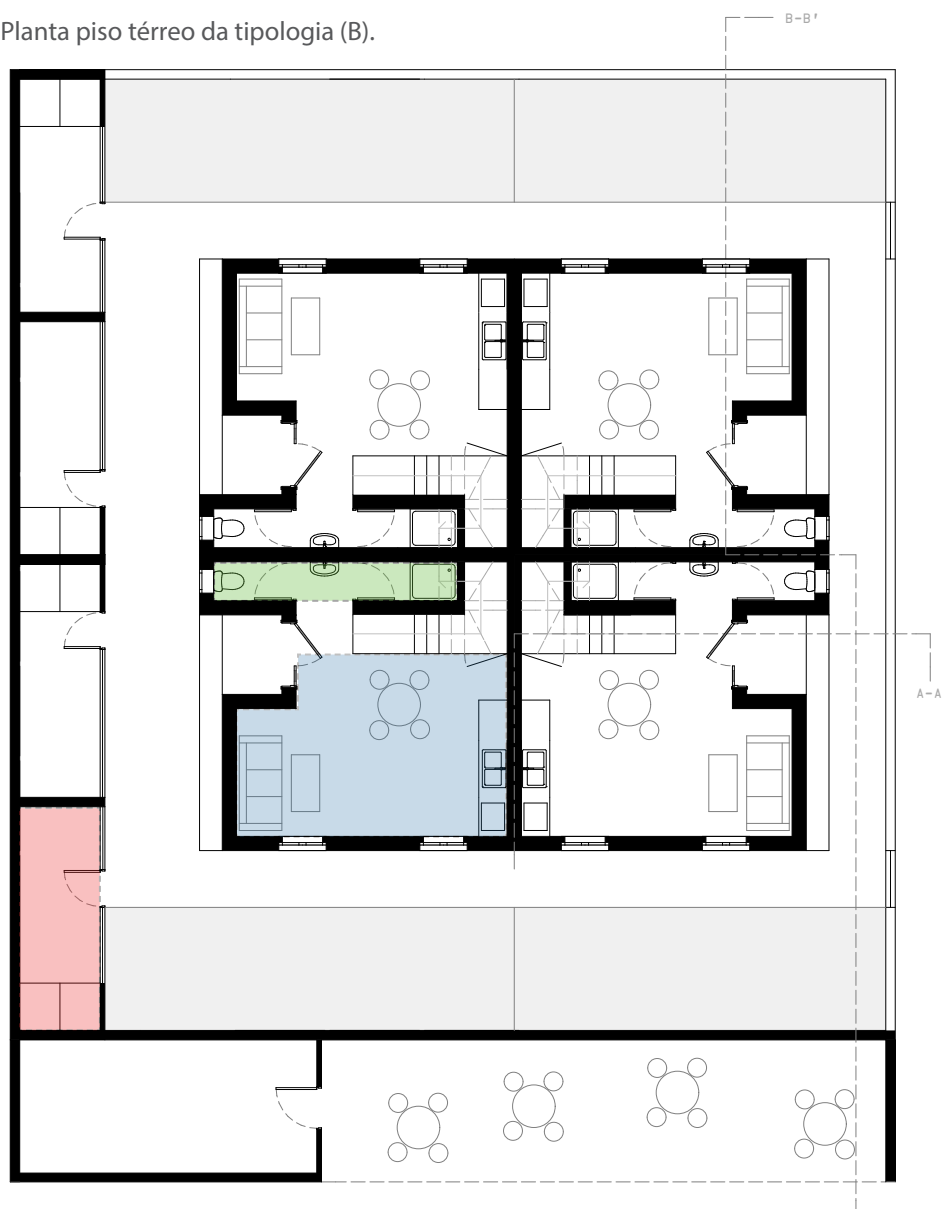


Fig. 117: Planta piso térreo da tipologia (B).



- Anexos/ Lavandaria
- Sala/ Cozinha
- Hortas comunitárias
- W.C

4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIRROS

Fig. 118: Corte transversal da tipologia (B): B-B'

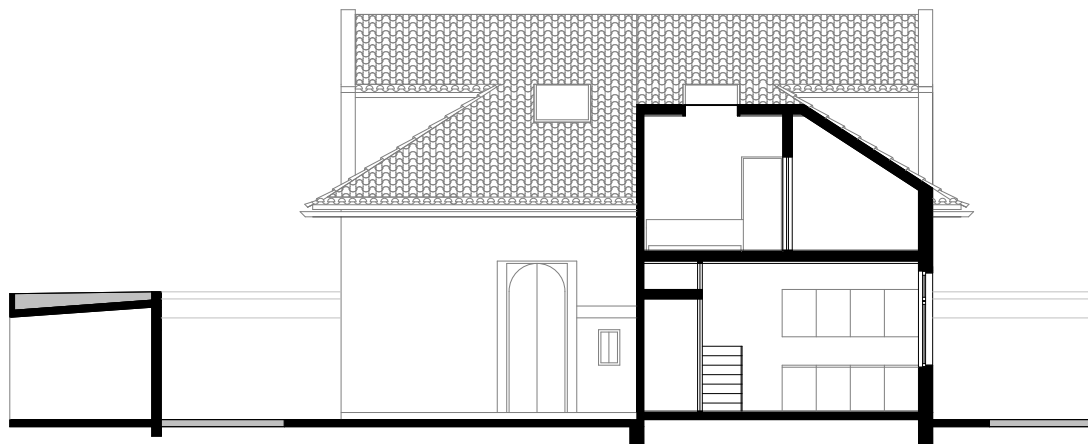


Fig. 119: Planta piso superior da tipologia (B).



Fig. 120: Perspectiva do bairro: vista geral pelo acesso inferior.



Fig. 121: Perspectiva do bairro: vista do jardim comunitário.





4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

Fig. 122: Perspectiva do bairro: vista do patamar intermédio.



Fig. 123: Perspectiva do bairro: vista do eixo de novas alternativas funcionais.



Fig. 124: Perspectiva do bairro: vista ilustrativa das novas dinâmicas, praça.



Fig. 125: Perspectiva do bairro: vista ilustrativa das novas dinâmicas, percursos.





4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

Fig. 126: Perspectiva do bairro: vista aérea .



Fig. 127: Perspectiva do bairro: vista aérea do eixo das novas alternativas funcionais.





4. O CASO PORTUENSE,  
ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM DOIS BAIROS

## **5. NOTAS CONCLUSIVAS**

A presente dissertação, de carácter híbrido, situa-se entre um documento teórico e um documento prático, de análise e estratégia para intervir na habitação popular oitocentista, servindo de argumento de defesa desta tipologia perante as autoridades públicas e, ao mesmo tempo, como referência para futuros desenvolvimentos.

É importante reforçar que não se trata de restaurar monumentos, mas sim de requalificar tipologias habitacionais, de interesse histórico, cultural e social. Para tal, é necessário encarar estes espaços como elementos do património e da identidade portuense, que carecem de disciplina legislativa que proteja os interesses sociais e arquitetónicos, como é exemplo, o já praticado, na requalificação do edificado da zona histórica.

As estratégias de intervenção, presentes neste estudo, pretendem, de igual forma, demonstrar que a habitação operária é no seu conjunto distinta e caracterizada por várias condições. Assim, as sínteses desenvolvidas apresentam diferentes atitudes de intervenção face aos casos selecionados.

No caso da “ilha” desenvolveu-se um plano que previa a demolição da pré-existência insalubre e a construção de uma nova estrutura comunitária, com habitação e equipamentos de convívios e de ajuda ao quotidiano, inspirada na tipologia original.

Por oposição, para o bairro operário selecionado, assumiu-se que era imprescindível a preservação das estruturas, prevendo inclusivamente, a recuperação de alguns elementos espaciais, perdidos ao longo do tempo, importantes na caracterização arquitetónica do conjunto. Apesar de ter sido pretendido a preservação estética, foi evitada uma atitude “fachadista”, onde a organização interior em nada se relaciona com o exterior, pelo contrário, consideraram-se os diferentes pés-direitos e vãos das fachadas, de modo a conservar determinadas relações visuais e arquitetónicas.

Contudo, apesar de atitudes distintas, ambas as estratégias partilham as mesmas premissas de intervenção, de promoção dos valores comunitários, da introdução de novas dinâmicas funcionais e espaços tradicionais, como é o caso das zonas de mercado e das lavandarias individuais, no caso do bairro, e do lavadouro comum, no caso da “ilha”.



A integração dos jardins e hortas é, igualmente, uma questão fundamental a recuperar, particularmente pelas novas tendências da sociedade a ganhar cada vez mais interesse pelas “hortas urbanas”.

A readaptação destes ambientes domésticos de carácter popular aos padrões da sociedade contemporânea apresenta-se como o grande desafio, especialmente pela sua condicionante em termos de áreas, que obriga a realização de uma tipologia minimalista, impossibilitando de introduzir elementos específicos, como por exemplo, condições mínimas para habitações adaptadas a pessoas de mobilidade reduzida.

Em suma, o ensaio desenvolvido, propõe duas estratégias distintas, apresentando visões conceptuais, por vezes no limbo da utopia, estabelecidas sob diretrizes e valores de comunidade e de sustentabilidade no âmbito da cidade de hoje e de amanhã.

## **A. LISTA DE FIGURAS E BIBLIOGRAFIA**

## LISTA DAS FIGURAS

Fig.1: Mapa de anéis equidistantes: cartografia de referência [Vásquez, B., I., e Conceição, P., (2015) tab.2.43 p.87]	24
Fig.2: Mapa de anéis equidistantes: localização das operações previamente selecionadas. [do autor]	24
Fig.3: Mapa da operação (A): tipo “ilha”. [do autor]	25
Fig.4: Mapa da operação (B): tipo bairro. [do autor]	25
Fig.5: Mapa da operação (C): tipo “ilha”. [do autor]	25
Fig.6: Mapa da operação (D): tipo bairro. [do autor]	25
Fig.7: Modelo Ilha da Bela Vista. [proibidoapontar.blogspot.pt]	39
Fig.8: Modelo Ilha da Bela Vista. [proibidoapontar.blogspot.pt]	39
Fig.9: Modelo Ilha da Bela Vista. [proibidoapontar.blogspot.pt]	39
Fig.10: Modelo Ilha da Bela Vista. [proibidoapontar.blogspot.pt]	39
Fig.11: Modelo Ilha da Bela Vista. [proibidoapontar.blogspot.pt]	39
Fig.12: Modelo Ilha da Bela Vista. [proibidoapontar.blogspot.pt]	39
Fig.13: Fotografia “Sustainable Housing Prototype”. [archdaily.com]	46
Fig.14: Fotografia “Sustainable Housing Prototype”. [archdaily.com]	46
Fig.15: Fotografia “Sustainable Housing Prototype”. [archdaily.com]	46
Fig.16: Fotografia “Sustainable Housing Prototype”. [archdaily.com]	46
Fig.17: Fotografia “Sustainable Housing Prototype”. [archdaily.com]	46
Fig.18: Modelo “Sustainable Housing Prototype”. [archdaily.com]	46
Fig.19: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 1. [archdaily.com]	47
Fig.20: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 2. [archdaily.com]	47
Fig.21: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 3. [archdaily.com]	47
Fig.22: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 4. [archdaily.com]	48
Fig.23: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 5. [archdaily.com]	48
Fig.24: Axonometria “Sustainable Housing Prototype”: tipologia 6. [archdaily.com]	48
Fig.25: Fotografia “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	52

Fig.26: Fotografia “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	52
Fig.27: Fotografia “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	52
Fig.28: Fotografia “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	52
Fig.29: Fotografia “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	52
Fig.30: Fotografia “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	52
Fig.31: Esquema conceptual “Quinta Monroy”: implantação. [archdaily.com]	53
Fig.32: Esquema conceptual “Quinta Monroy”: moldura do espaço vazio [archdaily.com].	53
Fig.33: Plano geral “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	53
Fig.34: Corte transversal “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	54
Fig.35: Planta “Quinta Monroy”. [archdaily.com]	54
Fig.36: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.37: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.38: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.39: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.40: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.41: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.42: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.43: Fotografia “casa Vila Matilde”. [terraetuma.com.br]	57
Fig.44: Corte longitudinal “casa Vila Matilde”: percurso de ligação a todos os compartimentos. [terraetuma.com.br]	58
Fig.45: Planta “casa Vila Matilde”: piso térreo. [terraetuma.com.br]	58
Fig.46: Corte longitudinal “casa Vila Matilde”: pátio interior. [terraetuma.com.br]	59
Fig.47: Planta “casa Vila Matilde”: piso superior. [terraetuma.com.br]	59
Fig.48: Mapa de delimitação: linha do Metro do Porto e paragens dispostas por afluência. [do autor]	65
Fig.49: Mapa de delimitação: localização das operações (A) e (B). [do autor]	65
Fig.50: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente ao Metro, Estação S.Bento, Estação Campanhã e Estação de autocarros da Batalha. [do autor]	69

Fig.51: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente a edifícios de interesse patrimonial. [do autor]	69
Fig.52: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente a zonas urbanas de interesse patrimonial. [do autor]	70
Fig.53: Mapa de proximidade da operação (A) relativamente a zonas verdes de interesse patrimonial. [do autor]	70
Fig.54: Cartografia da envolvente da operação (A): localização. [do autor]	71
Fig.55: Cartografia da envolvente da operação (A): estado de ocupação. [do autor]	71
Fig.56: Cartografia da envolvente da operação (A): estado de conservação. [do autor]	72
Fig.57: Cartografia da envolvente da operação (A): usos funcionais. [do autor]	72
Fig.58: Primeira implantação no lote. [do autor]	77
Fig.59: Segunda implantação no lote. [do autor]	77
Fig.60: Terceira implantação no lote. [do autor]	77
Fig.61: Situação atual das implantações. [do autor]	77
Fig.62: Fotografia interior da “ilha”. [do autor]	79
Fig.63: Fotografia interior da “ilha”. [do autor]	79
Fig.64: Fotografia interior da “ilha”. [do autor]	79
Fig.65: Fotografia interior da “ilha”. [do autor]	79
Fig.66: Primeira fase de demolição. [do autor]	83
Fig.67: Segunda fase de demolição. [do autor]	83
Fig.68: Terceira fase de demolição. [do autor]	83
Fig.69: Quarta fase de demolição. [do autor]	83
Fig.70: Disposição geral da intervenção na “ilha”. [do autor]	84
Fig.71: Plano geral da intervenção na “ilha” [do autor]	85
Fig.72: Corte transversal da “ilha”: construção de origem. [do autor]	85
Fig.73: Corte transversal da “ilha” espaço previsto para ampliação. [do autor]	85
Fig.74: Axonometria do módulo base. [do autor]	87
Fig.75: Corte do módulo base. [do autor]	87

Fig.76: Planta piso térreo do módulo base. [do autor]	87
Fig.77: Planta piso superior do módulo base. [do autor]	87
Fig.78: Corte do módulo ampliado. [do autor]	88
Fig.79: Planta piso térreo do módulo ampliado. [do autor]	88
Fig.80: Planta piso superior do módulo ampliado. [do autor]	88
Fig.81: Axonometria do módulo ampliado. [do autor]	88
Fig.82: Perspetiva da “ilha”: percurso central, acesso às habitações e às unidades de arrumo. [do autor]	89
Fig.83: Perspetiva da “ilha”: cobertura das unidades de arrumo, zona de secar a roupa. [do autor]	89
Fig.84: Perspetiva da “ilha”: espaço de convívio. coberto. [do autor]	90
Fig.85: Perspetiva da “ilha”: Lavadouro comunitário. [do autor]	90
Fig.86: Perspetiva da “ilha”: espaço de venda de produtos frescos. [do autor]	91
Fig.87: Perspetiva da “ilha”: zona horta/ jardim comunitário. [do autor]	91
Fig.88: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente ao Metro, Estação S.Bento, Estação Campanhã e Estação de autocarros da Batalha. [do autor]	95
Fig.89: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente a edifícios de interesse patrimonial. [do autor]	95
Fig.90: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente a zonas urbanas de interesse patrimonial. [do autor]	96
Fig.91: Mapa de proximidade da operação (B) relativamente a zonas verdes de interesse patrimonial. [do autor]	96
Fig.92: Cartografia da envolvente da operação (B): localização. [do autor]	97
Fig.93: Cartografia da envolvente da operação (B): estado de ocupação. [do autor]	98
Fig.94: Cartografia da envolvente da operação (B): estado de conservação. [do autor]	99
Fig.95: Cartografia da envolvente da operação (B): usos funcionais. [do autor]	100
Fig.96: Cartografia da envolvente da operação (B): plano original [do autor]	104
Fig.97: Cartografia da envolvente da operação (B): situação atual [do autor]	105
Fig.98: Fotografia bairros na envolvente. [do autor]	107
Fig.99: Fotografia bairros na envolvente. [do autor]	107

Fig.100: Fotografia chegada ao Bairro da Polícia. [do autor]	107
Fig.101: Fotografia Bairro da Polícia. [do autor]	107
Fig.102: Fotografia Bairro da Polícia. [do autor]	107
Fig.103: Fotografia Bairro da Polícia. [do autor]	107
Fig.104: Fotografia Bairro da Polícia. [do autor]	107
Fig.105: Fotografia Bairro da Polícia. [do autor]	107
Fig.106: Cartografia da envolvente da operação (B): primeira fase de intervenção, ampliação plataformas. [do autor]	109
Fig.107: Cartografia da envolvente da operação (B): segunda fase de intervenção, ampliação das casas. [do autor]	110
Fig.108: Cartografia da envolvente da operação (B): terceira fase de intervenção, anexos e horas. [do autor]	111
Fig.109: 3D vista geral da operação (B). [do autor]	114
Fig.110: Corte longitudinal da operação (B). [do autor]	114
Fig.111: Vista geral da operação (B): ênfase do eixo central para instalar novas dinâmicas funcionais.[do autor]	115
Fig.112: Corte transversal da tipologia (A): B-B' [do autor]	117
Fig.113: Planta piso térreo da tipologia (A). [do autor]	117
Fig.114: Corte transversal da tipologia (A): A-A' [do autor]	118
Fig.115: Planta piso superior da tipologia (A). [do autor]	118
Fig.116: Corte transversal da tipologia (B): A-A' [do autor]	123
Fig.117: Planta piso térreo da tipologia (B). [do autor]	123
Fig.118: Corte transversal da tipologia (B): B-B' [do autor]	124
Fig.119: Planta superior da tipologia (B). [do autor]	124
Fig.120: Perspetiva do bairro: vista geral pelo acesso inferior. [do autor]	125
Fig.121: Perspetiva do bairro: vista do jardim comunitário. [do autor]	125
Fig.122: Perspetiva do bairro: vista do patamar intermédio. [do autor]	126
Fig.123: Perspetiva do bairro: vista do eixo de novas alternativas funcionais. [do autor]	126
Fig.124: Perspetiva do bairro: vista ilustrativa das novas dinâmicas, praça. [do autor]	127



Fig.125: Perspetiva do bairro: vista ilustrativa das novas dinâmicas, percurso. [do autor]	127
Fig.126: Perspetiva do bairro: vista aérea. [do autor]	128
Fig.127: Perspetiva do bairro: vista aérea do eixo das novas alternativas funcionais. [do autor]	128

## BIBLIOGRAFIA GERAL

AALTO, A. *Architecture and Furniture: Aalto*. New York. Museum of Modern Art, 1938.

ARAVENA, A. *El Lugar de la Arquitectura*. Santiago, Chile. ARQ, 2002.

Campos, E., (1932). *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto. Porto. Empresa Industrial Gráfica do Porto. p. 20.

Campos, J., (2002), *Concretizar o Intangível*. In: *A Dimensão Intangível na Cidade Histórica*. Porto, Município do Porto, pp. 11 – 13. In: Gonçalves, E. (Ed.). *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933*. Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, p. 249.

Cordeiro, J. (2002). *A Dimensão Escondida do Património Histórico Portuense*. In: Campos, J. (Ed.). *A Dimensão Intangível na Cidade Histórica*. Porto, Município do Porto, pp. 69 – 76.

Teixeira, M., C., (1996). *Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto*. Lisboa, FCG/JNICT.

Gonçalves, E. (Ed.). *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933*. Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Jonas, S., (1993). *Les villages ouvriers et Mulhouse*. In: *Article paru dans, Villages ouvriers, Utopie ou réalités? Actes du colloque international au Familistère de Guise. L'archéologie industrielle en France*, França.

MCCOY, E. *Modern California houses; case study houses, 1945-1962*. New York. Reinhold Pub. Corp, 1962.

Santos, M., P., (2002). *Um Lugar na Cidade – o Centro Histórico do Porto e a dimensão intangível do sujeito Patrimonial*. In: Campos, J. (Ed.). *A Dimensão Intangível na Cidade Histórica*. Porto, Município do Porto, pp. 41 – 53.

Siza, A. (2009). *Évora Malagueira*. In: Siza, A. (Ed.). *01 textos*. Porto. Civilização Editora, p.228.

Vásquez, B., I., e Conceição, P., (2015) *“Ilhas” do Porto, Levantamento e Caracterização*. 1ª Edição. Porto. Município do Porto.

## WEBGRAFIA

*ArchDaily*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/775234/proposta-de-tatiana-bilbao-na-bienal-de-arquitetura-de-chicago-responde-ao-problema-de-habitacao-social-no-mexico>. [Consultado em 05/08/2016].

*Building of the year 2016*. [Em Linha]. Disponível em: <http://boty.archdaily.com/us/2016>. [Consultado em 05/08/2016].

*Carta Europeia do Património Arquitectónico*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/ccCARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>. [Consultado em 01/08/2016].

Costa., N., R., e Bastos., R., (2015). *Bairro do Aleixo: Entre o “querer ficar” e o “querer sair”*. [Em Linha]. Disponível em: <https://jpn.up.pt/2015/06/29/bairro-do-aleixo-querer-ficar-querer-sair/>. [Consultado em 01/08/2016].

*Chicago Architecture Biennial* [Em Linha]. Disponível em: <http://chicagoarchitecturebiennial.org/exhibition/participants/tatiana-bilbao-s.c/>. [Consultado em 05/08/2016].

*Terra e Tuma*. [Em Linha]. Disponível em: [http://www.terraetuma.com.br/arquitetura\\_hab.php?ci=2&pid=110](http://www.terraetuma.com.br/arquitetura_hab.php?ci=2&pid=110). [Consultado em 05/08/2016].

Fernandes, C., e Figueiredo, F., (2016). *Bairro do Leal: Um problema sem fim à vista*. [Em Linha]. Disponível em: <https://jpn.up.pt/2016/03/31/bairro-do-leal-um-problema-sem-fim-a-vista/>. [Consultado em 01/08/2016].

*Metro do Porto*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.metrodoporto.pt/uploads/document/file/324/RelatContas2015.pdf> p. 24. [Consultado em 09/08/2016]

*Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.norte2020.pt/>. [Consultado em 09/08/2016]

*Porto*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.porto.pt/noticias/solucao-para-o-aleixo-resolve-problemas-das-eirinhas>. [Consultado em 01/08/2016].

*Público*. [Em Linha]. Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/bairro-do-nicolau-nas-fontainhas-do-porto-esta-a-ser-esvaziado-1601821>. [Consultado em 01/08/2016].

Rodrigues, M., F., (2013). *Em defesa do direito à habitação no Bairro Nicolau do Porto*. [Em Linha]. Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/em-defesa-do-direito-a-habitacao-no-bairro-nicolau-do-porto-1602011>. [Consultado em 01/08/2016].

*RTP*. [Em Linha]. Disponível em: [http://www.rtp.pt/noticias/pais/camara-do-porto-vai-comprar-casas-no-centro-historico-para-evitar-pessao-turistica\\_v927595](http://www.rtp.pt/noticias/pais/camara-do-porto-vai-comprar-casas-no-centro-historico-para-evitar-pessao-turistica_v927595). [Consultado em 01/08/2016].

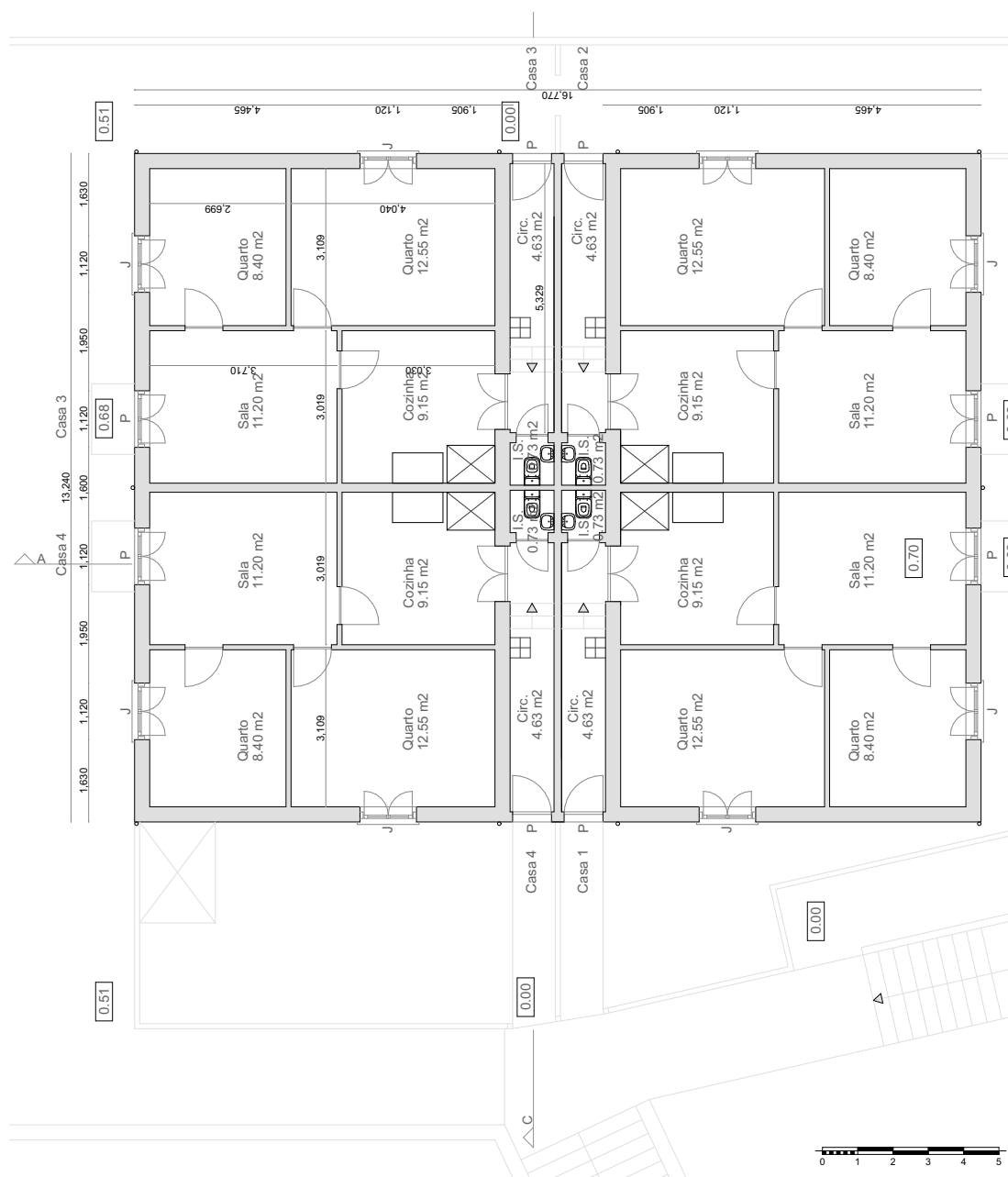
*Sic Notícias*. [Em Linha]. Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-03-21-Venda-de-ilhas-e-bairros-populares-no-Porto-pode-aumentar-rendas>. [Consultado em 01/08/2016].

*Sic Notícias*. [Em Linha]. Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-03-21-Venda-de-ilhas-e-bairros-populares-no-Porto-pode-aumentar-rendas>. [Consultado em 01/08/2016].

Vieira, B., A., et alii. (2016). *Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/790883/quem-vai-poder-morar-em-lisboa-da-gentrificacao-e-do-turismo-a-subida-no-preco-da-habitacao-causas-consequencias-e-propostas>. [Consultado em 01/08/2016].

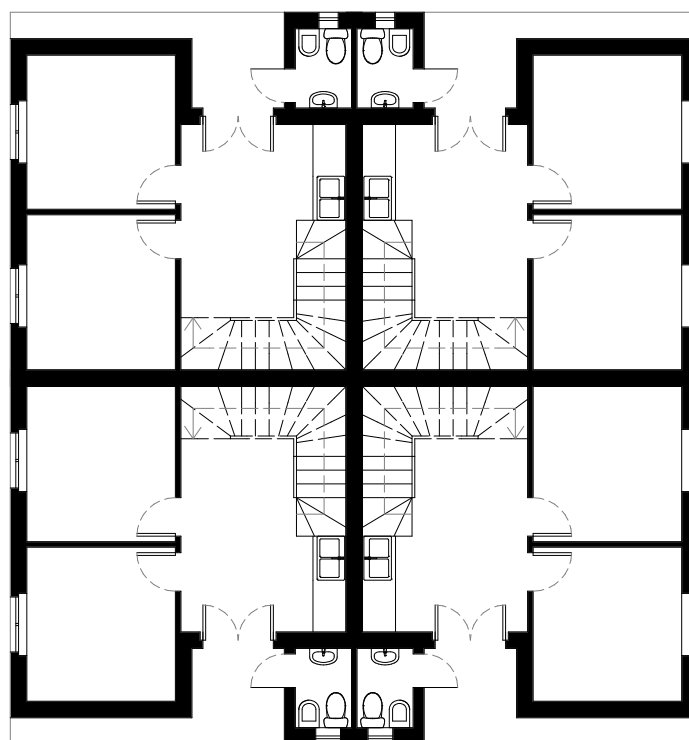
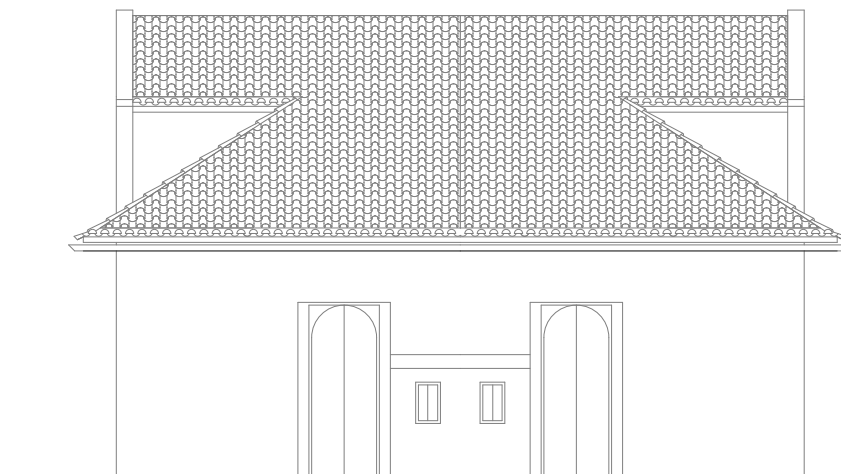
## **B. DESENHOS EM ANEXO**





Desenhos obtidos no Arquivo Municipal

Desenhos das casas do Bairro originais: alçado secundário + planta do piso térreo da tipologia (B).



Desenhos obtidos a partir de levantamentos e plantas do Arquivo Municipal

